

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA
MESTRADO EM TEORIA LITERÁRIA

CONTESTADO
VISÕES E PROJEÇÕES DA MODERNIDADE

Susan Aparecida de Oliveira

ILHA DE SANTA CATARINA

fevereiro / 2001


Contestado: Visões e projeções da Modernidade

Susan Aparecida de Oliveira


Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título

MESTRE EM LITERATURA

Área de concentração em Teoria Literária e aprovada na sua forma final pelo
Curso de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina.



Profa. Dra. Alai Garcia Diniz
ORIENTADORA



Profa. Dra. Simone Pereira Schmidt
COORDENADORA DO CURSO


BANCA EXAMINADORA:




Profa. Dra. Alai Garcia Diniz
PRESIDENTE



Prof. Dr. Geraldo Moreira Prado (UFRJ)



Prof. Dr. Claudio Celso Alano da Cruz (UFSC)



Profa. Dra. Tania Regina Oliveira Ramos (UFSC)
SUPLENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA
MESTRADO EM TEORIA LITERÁRIA.

CONTESTADO

VISÕES E PROJEÇÕES DA MODERNIDADE

Dissertação apresentada por Susan Aparecida de Oliveira ao curso de pós-graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em **Literatura**, área de concentração em Teoria Literária.

ILHA DE SANTA CATARINA

fevereiro / 2001

*Para Demerval e Maria José,
meus pais*

AGRADECIMENTOS

A ajuda de Maria José, minha mãe, foi fundamental para a realização deste trabalho. Por tanta força, paciência e amor que dedicou, especialmente aos meus filhos, eu agradeço a ela em primeiro lugar e também ao meu pai.

Agradeço a minha orientadora Alai, pessoa rara, de espírito militante e criativo, por sua grande generosidade, honestidade intelectual e pelo respeito com que sempre tratou as minhas convicções e incertezas.

Sou grata aos professores do curso de pós-graduação em Literatura pela acolhida e estímulo, particularmente a Claudia de Lima Costa, Tânia Regina de Oliveira Ramos, Maria Lúcia de Barros Camargo, Simone Pereira Schmidt e também a Jean Langdon, do curso de pós-graduação em Antropologia. Agradeço a Elba e Mirtes, da secretaria da pós-graduação em Literatura, a Margarete e Lurdes da biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, pela atenção e o carinho. Agradeço, enfim, a todas as pessoas da UFSC que, como essas às quais me referi, mantêm com seu trabalho, a dignidade da universidade pública.

Existem pessoas que, já de longa data, me acompanham ombro a ombro em vários percursos. Neste, sobretudo, foram excepcionais. Agradeço ao meu companheiro Sandro, por partilhar comigo tantos projetos e, especialmente este, em todas as suas inquietações, buscas e encontros. A Silvia, minha amiga-irmã, agradeço pela cumplicidade incondicional.

Existem também outras tantas pessoas que encontrei no meio da caminhada e que já fazem parte dela. Sou imensamente grata aos amigos Felipe “mago dos teclados”, a Valéria pelas valiosas observações e, também, a Luísa, Geovane, Sônia e Soraia. Gostaria, ainda, de registrar o profundo

respeito que guardo pelas pessoas com quem conversei nas cidades de Lages, Curitiba, Campos Novos e Itanópolis, e que me ensinaram uma nova visão do Contestado.

Finalmente, agradeço ao CNPq pela concessão da bolsa de estudos que muito me auxiliou, esperando que cada vez mais estudantes possam, também, ser incluídos no seu indispensável programa.

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	I
<i>Sumário</i>	III
<i>Resumo</i>	V
<i>Abstract</i>	VI
 <i>Considerações iniciais</i>	 01
 I A PROPÓSITO DE UMA LEITURA DA MODERNIDADE	 16
I.1 <i>Semióforos e Semiosis</i>	16
I.2 <i>Modernidade refletida</i>	24
I.3 <i>Alegorias da modernidade I</i>	30
I.3.1 <i>Vitrines</i>	30
I.3.2 <i>Caleidoscópio</i>	34
I.3.3 <i>Panóptico</i>	39
 II MAQUINISMOS	 46
II.1 <i>A engenharia da transição</i>	46
II.2 <i>O sertão do "Contestado" no projeto moderno</i>	52
II.2.1 <i>O "Contestado" no mapa do sertão</i>	54
II.3 <i>Notas sobre o Imperialismo</i>	58
II.3.1 <i>Missão Brazil Railway no "Contestado"</i>	58
II.3.2 <i>Conjuntura e mundialidade</i>	61
II.3.3 <i>Geopolítica</i>	63
II.4 <i>Militarização e racismo</i>	69
II.5 <i>A militarização como tecnologia da formação do "jagunço"</i>	76
 III INVENTÁRIO	 84
III.1 <i>Uma genealogia</i>	84
III.2 <i>A memória das ruínas</i>	93
III.3 <i>O hibridismo e a afirmação da história</i>	96
III.4 <i>A "falta" de Euclides</i>	103
III.5 <i>Modernidade contra a vanguarda</i>	110
III.6 <i>O espaço da liminaridade</i>	116
 IV CARTOGRAFIAS	 119
IV.1 <i>A cartografia do "Contestado" como espaço das lutas de significação</i>	119
IV.2 <i>A cartografia do "Contestado" como espaço de poder</i>	125
IV.3 <i>O hiato historiográfico e a não-cartografia</i>	139
IV.4 <i>Tradição seletiva e semióforos do "Contestado"</i>	147
 V FOTO-ETNO-GRAFIAS	 161
V.1 <i>Imagens e legendas, estereótipos e figurações</i>	161
V.2 <i>Ambivalência e preservação</i>	179

<i>V.3 Alegorias da modernidade II.....</i>	181
<i>V.4 Etnografia e alegoria.....</i>	187
<i>V.5 Simulacro e alegoria.....</i>	191
<i>V.6 A sacralização da fotografia.....</i>	198
 <i>Considerações finais.....</i>	 200
<i>Bibliografia.....</i>	204

Resumo

Meu trabalho focaliza a influência do imaginário moderno nas representações do “Contestado”. Este imaginário consiste, sobretudo, nas idéias de território, cultura, região, nação, identidade e alteridade que se expressam num tipo de relação entre textos e imagens que são significativos das formas de representação da modernidade. A relação entre textos, imagens e imaginário constitui-se, assim, num campo de significação no qual surgem as lutas interpretativas que definem o “Contestado”.

Abstract

My work refers to the influence of the modern imaginary of Contestado's representations. This imaginary consists in ideas about territory, culture, region, identity, diversity, and express itself in a kind of relationship between texts and images that are signifying ways of modernity representation. This relationship represents a constitution in the realm of signification which rises interpretative fights that defines the Contestado.

SÉCULO XX.

Vitor Ramil

*Vida espiral
Nave febril
O carro que vai veloz
Sob o céu da campanha
Século XX
Uma temporada no inferno
Pela mão feminina do jovem poeta
Siglo XX
Acende os teus faróis
Tempo bom
Templo no escuro
Augusto traduz Arnaut
E a fome ainda mata milhões*

*Tanto, tanto, tanto
E nem vêς!
Golpe e chacarera
Super-Homem
E o herói Macunaíma
Tango e Monarquia
O mar azul de Varadero
E de Miami
Que não vêς!*

*Sonho no fim
Túnel do fim
O trilho do trem da morte
Acaba nas nuvens
Século XX
Tua cara no espelho
Revela Repensa Refaz
Lava os olhos
E tira esse batom
Tempo bom
Templo que cai
Um índio nu na floresta
E gente em pequenas prisões
Simples, simples, simples
E nem vêς!*

*Punks e Atahualpa
O imperialismo
E a Nicarágua de Sandino
Sempre nessa dança sem sentido
A vanguarda e o retrocesso
A dança que não vêς!*

*"Campos de meus avós e que guardam
Entretanto seu nome de Azevedo,
Indefinidos campos que não posso
De todo imaginar. Meus anos tardam
E não olhei ainda essas cansadas
Léguas de pó e pátria que meus mortos
Viram cavalgando, esses abertos
Caminhos, seus ocasos e alvoradas.
A planície é ubíqua. Avistei-os
Em Iowa, no Sul, em terra hebréia,
Naquele salgueiral da Galiléia
Que os humanos pés de Cristo palmilharam.
Não os perdi. São meus. Eu os detenho
No esquecimento, num casual empenho."*

*"Os caminhos são dois. O daquele homem
De ferro e de soberba, e que cavalga,
Firme em sua fé, pela dúbia selva
Do mundo, entre as burlas e a dança
Imóvel do Demônio e da Morte,
E o outro, o breve, o meu. Em que apagada
Noite ou manhã antiga descobriram
Meus olhos a fantástica epopéia,
O perdurável sonho de Durero,
O herói e a caterva de suas sombras
Que me buscam, me espreitam e me encontram?
A mim, não ao paladino, exorta o branco
Ancião coroado de sinuosas
Serpentes. A clepsidra sucessiva
Mede meu tempo, não seu eterno agora.
Eu serei a cinza e a escuridão;
Eu, que parti depois, terei alcançado
Meu término mortal; tu, que não és,
Tu, cavaleiro da reta espada
E da selva rígida, teu passo
Prosseguirás enquanto os homens durem,
Imperturbável, imaginário, eterno."*

(poemas de Jorge Luis Borges,
In: *Elogio da Sombra*)

Considerações iniciais

A reflexão que me proponho a fazer se detém na influência do imaginário da modernidade sobre a constituição de um campo comum de significação - em que estão estabelecidas várias interpretações e representações - que se denomina “Contestado”. Nesta reflexão, portanto, estão implicados alguns questionamentos dos significados atribuídos ao enunciado “Contestado”, no qual percebo a predominância dos traços do maquinismo do imaginário moderno e a produtividade elocutória das imagens que o constituíram, fundamentalmente na época da eclosão da Guerra do Contestado (1912 – 1916). Durante a primeira metade do século XX, pelo menos, estes traços imprimiram-se paradigmaticamente através do tipo de discurso que se produziu baseado no ideário médico sanitaria e no projeto nacional modernizador, como é notável nas teses de Oswaldo Rodrigues Cabral e Aujor Ávila da Luz. Ambos os autores iniciaram uma luta interpretativa sobre a Guerra do Contestado, que teve o seu ápice quando os dois médicos disputaram uma única vaga para a cadeira de medicina legal na Faculdade de Direito na década de 50. A obra de Ávila, *Os Fanáticos, Crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos* (1952), seria apreciada na disputa em questão como uma tese em medicina legal. Como resposta, Oswaldo Rodrigues Cabral produz a obra *João Maria – interpretação da campanha do Contestado* (1960).¹

¹ Segundo o depoimento do historiador Walter Piazza no pós-fácio da segunda edição da obra *Os fanáticos, crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos* (1999), de Aujor Ávila da Luz. Nas palavras de Piazza: “O livro de Aujor Ávila da Luz é um furor, também, quanto aos estudos que sobre a matéria foram feitos. Em primeiro lugar porque provocou uma das explosões de cólera de Oswaldo Rodrigues Cabral, explorando um tema que desejava fosse seu e isto demonstrou na série de sete artigos que estampou em *Os Fanáticos (apreciações em torno de um livro)* (*A Gazeta*, Florianópolis, edições de 16 de abril de 1952 e seguintes), aos quais Aujor Ávila da Luz contestou em *Erros de uma crítica (ainda os fanáticos)* (*O Estado*, Florianópolis, edição de 6 de maio de 1952). As diatribes de Oswaldo Rodrigues Cabral contra a obra de Aujor Ávila da Luz encobrem uma luta que se travava nos bastidores da cultura catarinense, onde se pelejava por uma única vaga no quadro da nossa Faculdade de Direito para a cadeira de Medicina Legal, disputada pelos dois médicos que tinham, ainda, como contendor, o Dr. Joaquim Madeira Neves. *Os Fanáticos* era um título ponderável a ser avaliado pela banca examinadora daquele concurso. (...) A partir de então Oswaldo Rodrigues Cabral se embrenha na tarefa de escrever *João Maria – interpretação da campanha do Contestado* (São Paulo, Cia. Edit. Nacional, col. “Brasileira”, v.310, 1960), movendo céus e terras para realizar, no mais breve espaço de tempo possível, o seu trabalho de gabinete, porquanto as coletas de dados em campo ou *in situ* foram efetuadas por

No entanto, a rivalidade pessoal entre ambos é o aspecto menos importante. O que interessa é ver que esse episódio particular se revela como um aspecto estruturante da *gramática gerativa*² do campo de significação do “Contestado”: a aliança entre as projeções do imaginário fundacional da modernidade e as posições de poder e autoridade.

Os traços do imaginário moderno subsistem não apenas nas idéias que marcam um certo tipo de discurso mas, também, nas formas de escrita impregnadas de reproduções fotográficas e projeções cartográficas “datadas”, ou seja, localizadas cultural e historicamente, mas que ao serem fartamente utilizadas na forma de acervo documental, ajudaram a sustentar um regime de verdade da escrita baseado no realismo da imagem.

Mas, o campo das idéias não sendo mero reflexo das experiências datáveis, das estruturas objetivas ou das contradições que emergem em certos momentos com mais força, faz com que o aspecto estritamente contextual da geração do campo de significação do “Contestado” seja apenas um dos aspectos das intervenções neste campo. Através da formação de um extenso sistema de referências - com seus textos historiográficos, documentos, impressos, obras histórico-ficcionais e uma intensa reprodutibilidade das imagens -, que se sustenta devido às suas relações com os foros disciplinares e instituições de saber e poder, produziu-se a modelagem desse campo de significação “oficial”. Nele, as idéias de modernidade “datáveis” são, por outro lado, constitutivas dos próprios mecanismos escriturais e imagéticos pelos quais elas vigoram como um campo de significação consolidado e altamente produtivo ainda hoje, como um imaginário habitual.

diversas pessoas, inclusive por mim (v. prefácio à aludida obra, p. 1-2).” pp.294-295.

² *Gramática gerativa* é o principal conceito da teoria linguística de Noam Chomsky. Embora esteja, obviamente, deslocado da sua aplicabilidade formal, a função desse conceito da gramática ampliada é reter a idéia de que embora as transformações sintáticas e semânticas impliquem em variações nas produções de significado, estes processos não conseguem apagar as marcas de sua estrutura constituinte, de sua gramática original. In: CHOMSKY, Noam. *Studies on semantics in generative grammar*. The Hague: Mouton, 1975.

A produtividade das idéias e a sua consolidação como sistema de referências oficial passa, necessariamente, por eixos de intertextualidade e pela articulação entre a representação cultural e as instâncias de saber e poder que lhe conferem validade e autoridade. Estes são os lugares a partir dos quais o discurso oficial da representação do “Contestado” é construído.

Por tudo isso, o uso do termo “Contestado” – excetuando a idéia de lugar - é colocado entre aspas denotando que se trata de uma construção discursiva a qual, pelo uso costumeiro, foi sendo naturalizada e adquirindo, portanto, uma função identificadora com o real. A expressão “Contestado” - como eu a compreendo e utilizo - caracteriza, sobretudo, a vigência sob suspeição de uma representação assimiladora e consensual das diversas experiências que constituem o evento “Contestado”.

Foi necessário ampliar o foco de observação – para antes, depois e além da guerra -, para entender que as idéias de modernidade se identificam tanto com irrupções momentâneas, mudanças abruptas, mensagens rápidas e imagens fortemente elocutórias emitidas profusamente, como também com uma continuidade conservadora como sua mentalidade inaugural, e que se faz visível especialmente quando a intelectualidade letrada urbana se debruça a esquadrihar, cartografar, narrar e traduzir os movimentos sociais, especialmente os do campo, tratados como atrasados e *pré-modernos*.

O papel da imagem do *outro*, fundamental na afirmação da experiência moderna neo-colonial e na formação dos estados nacionais, tomou uma configuração científica na modernidade, legitimadora da representação de uma racionalidade hegemônica, naturalmente superior, como protagonista do projeto civilizatório ocidentalista. Nesse sentido, a existência de um “sistema de escrita” faz parte tanto da *gramática gerativa* das idéias hegemônicas, sendo para ela uma necessidade estrutural, quanto uma consequência direta dos mecanismos que o imaginário da modernidade projetou.

O questionamento das formas de representação da modernidade tem como premissa a reflexão sobre o processo de ocidentalização e de como os diferentes grupos étnicos e sociais latino-americanos foram, por ele, identificados em três momentos básicos de sua expansão.

Segundo Walter Mignolo, o primeiro momento do ocidentalismo seria o dos discursos da anexação territorial e conversão cultural, da construção dos macro-relatos geográficos que faziam a apologia da conquista; no segundo momento, teria vez a construção discursiva em torno da noção de “América” e “Novo Mundo” e as idéias do seu primitivismo cultural intrínseco; e, ao terceiro momento, caberia o surgimento do paradigma cientificista da modernidade, da civilização e do progresso histórico unilinear da humanidade. O repensar do ocidentalismo teria, pois, que estabelecer uma relação com os três momentos e propor um novo processo de significação baseado nas lutas sociais de ruptura com estes momentos geradores.³ Para Nelly Richard:

“Esta definición nos habla de una teoria de la cultura según la cual ésta se crea mediante pactos de significación y luchas de interpretación siempre materializadas en posiciones y situaciones específicas, en ‘historias locales’ cuya densidade experiencial debemos proteger contra el “diseño global” de las teorías que amenazan con borrar lo real- concreto de cada práctica de la diferencia.”⁴

O posicionamento crítico de que falam Nelly Richard e Walter Mignolo se faz de uma contraposição à historicidade ocidentalista da modernidade, cuja implicação consiste, sobretudo, em indagar as histórias locais rearticulando as categorias de espacialidade e temporalidade, pois tais categorias, dentro do discurso ocidentalista e modernista, têm vinculado cultura e território numa

³ MIGNOLO, Walter. “Posoccidentalismo: Las Epistemologías Fronterizas y el Dilema de los Estudios (Latinoamericanos) de Areas”. In: *Revista Iberoamericana*. Santiago-Pittsburgh, Vol. LXII, n.176-177, 1996, pp. 687-691.

⁴ RICHARD, Nelly. “Intersectando Latinoamerica con el Latinoamericanismo”. In: *Revista Iberoamericana*. Santiago-Pittsburgh, Vol.LXIII, n.180-181, 1997, p.352.

fórmula que pretende depurar e homogeneizar diferenças culturais e raciais para criar totalidades nacionais, continentais e subcontinentais, o que constitui-se na “*parte integral de la idea misma de occidentalismo, de la construcción de occidente como el sí-mismo, y del resto de planeta como la otredad.*”⁵

O papel da teoria cultural, ainda segundo Mignolo e Richard, destina-se a interpretar as diferentes experiências em seus contextos particulares, ou melhor, particularizar a relação entre cultura e territorialidade, cuja definição, como experiência local, não existe *à priori*, ou à parte das relações materiais e simbólicas vividas, tal qual ocorre nas formas de representação construídas pelo ocidentalismo. Sobre a importância da distinção entre *experiência* e *representação*, conclui Nelly Richard:

“...la defensa del valor de ‘experiencia’ opuesta a la categoria de ‘representación’ supone generalmente, para el humanismo, una realidad vivenciada desde el cuerpo o la biografía que escapa como tal a la mediación discursiva de los signos. Pero no todo rescate de la experiencia se confunde con este naturalismo del dato primario. Tomada en su dimensión no ontológica sino epistemológica, la noción de experiencia tiene el valor critico de postular la concreción histórico-social de subjetividades-en-contexto, la materialidad específica de las posiciones institucionales a través de las cuales estas subjetividades comunican y recrean sus significados en acción. Trasladado al plano del saber, el recurso a la experiencia nos habla de um

⁵MIGNOLO, Walter. Op. cit., p.681.

conocimiento teorico que se produce multiarticulado por efectos
locales de significación.”⁶ (grifos da autora)

Assim, o questionamento que possibilita a articulação das experiências locais do “Contestado” como um *devoir* epistemológico, faz-se a partir de um pensar o “Contestado” como uma prática discursiva. Significa penetrar num campo minado de discursos legitimadores da ordem colonial, nacional e imperial, de representações disciplinadoras, provenientes destas instâncias ininterruptas de poder, nas narrativas e no imaginário geopolítico, que ficaram traduzidos numa cartografia que insere sobre as experiências locais como a forma mais sistematizada de dominação da escrita e da racionalidade ocidental.

A cartografia foi, no nível da disputa jurídica, um poderoso instrumento conceitual para a argumentação relativa à constituição das fronteiras, utilizada pelos interessados na anexação do território contestado, e um aliado imprescindível das forças armadas nacionais quando ocorreu a Guerra. Por isso, entendo que a cartografia se constituiu como a primeira forma de violência simbólica direta da escrita, sendo a expressão de uma territorialização do poder de uma cultura dita racional, civilizada e letrada sobre outra dita irracional, selvagem e iletrada.

Importa, sobretudo, reconhecer que os processos de territorialização constituem, fundamentalmente, uma disciplina cultural que implica, para a consecução da sua legitimidade normativa, numa *geografia imaginada* e num *modo de escrita*.

Edward Said, em sua importante obra *Orientalismo* (1996), demonstrou muito bem que o Oriente é um campo discursivo construído sobre um poderoso consenso ocidental: um conjunto orgânico de opiniões de letrados e obras identificadoras, uma consciência geopolítica reiterada em todo tipo de

⁶ RICHARD, Nelly. Op. cit., p.352.

textos. E é desse modo que a cartografia da qual resulta o *orientalismo* pode ser entendida como um *sistema de escrita*.⁷

Dessa forma, a formação da territorialidade de um domínio está pautada na conquista e anexação de territórios e povos mas, também, nas idéias de superioridade racial e cultural que as sustentam e que implicam na de subalternidade.

Assim, se faz necessário um *exame geográfico da experiência histórica*, percebendo que a geografia também faz parte tanto desta experiência quanto da sua representação, pois,

“como nenhum de nós está fora ou além da geografia, da mesma forma nenhum de nós está totalmente ausente da luta pela geografia. Essa luta é complexa e interessante porque não se restringe a soldados e canhões, abrangendo também idéias, formas, imagens e representações.”⁸

Entendo que as narrativas que se seguiram ao final da Guerra mantiveram uma relação paradigmática e suplementar com as representações e a cartografia do poder. Mantiveram, no plurisemantismo, o teor simbólico da dominação cultural.

No que tange à escolha dos textos, não importa tanto que se defina a tipologia de cada um, pela distinção entre história e romance que equivaleria a discriminá-los pelo critério de realidade e ficção. Embora no meu trabalho de escrita as alusões a esse tipo de convenção sejam importantes, para distinguir-lhes o valor, se literário ou documental, o que conta é, na condição de texto, observar como se dá a relação entre texto, imagem e imaginário, especialmente no que concerne à forma *moderna* dessa relação. Assim,

⁷ SAID, Edward. *Orientalismo, o oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

⁸ Idem., *ibid.*, p.40.

“Concebidos como um espaço aberto a múltiplas leituras, os textos e também todas as categorias de imagens, não podem, então, ser apreendidos nem como objectos cuja distribuição bastaria identificar nem como entidades cujo significado se colocaria em termos universais, mas presos na rede contraditória das utilizações que os constituíram historicamente.”⁹

A leitura de uma textualidade moderna que procuro fazer das projeções da modernidade em alguns textos e imagens do “Contestado” é, como tenho chamado, uma leitura *contra-legendas*. Esta proposta surgiu da observação das representações do movimento insurgente na Guerra do Contestado em algumas obras que se apoiam na intensa repetição e reprodução de fotografias, mapas, descrições, figurações e ilustrações diversas ancoradas em legendas explicativas, para construir uma alteridade. Estes tipos de recursos atuam como signos que mantêm, enfaticamente, uma poderosa engrenagem que move um modo histórico-econômico de escrita da cultura e de leitura massificada. O objetivo de tal abordagem é a *rasura* das legendas, ou seja, uma dissuasão do agenciamento proposto.

Para tanto, devemos estar imbuídos, não necessariamente da condição, mas da ótica do “*estrangeiro que habita em nós*”, como diria Julia Kristeva¹⁰; e que nos faz questionar a nacionalidade, como uma “referencialidade comunitária” imposta por legendas que nos identificam. É, em certo sentido, retomando a experiência da *cidade real* de Ángel Rama¹¹, um recriar os nossos percursos de identificação

⁹ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1987, p.61.

¹⁰ KRISTEVA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.9.

¹¹ A experiência da *cidade real* é constituída por todo um conjunto de ações no âmbito da sociedade civil, que desestabilizam o controle da *cidade letrada* enquanto poder normativo instituído pelo Estado. Sobre a relação entre a *cidade letrada* e a *cidade real*, ambos conceitos de Ángel Rama, ver: ROSA, Sandro R., *A crítica cultural de Ángel Rama: ética e política para interpretar as diferenças na América Latina*, dissertação de mestrado, UFSC, 2000.

pelo *estranhamento* e pela contingência, porque não podemos estar acomodados e nem conformados ao lugar que a “história” reservou para nós.

Em outras palavras, o arbítrio de uma representação cultural que delimita uma alteridade, acompanhando a construção hegemônica, deve ser questionado por uma crítica que trabalhe sobre os limites dessa representação, vale dizer, transformando a fronteira cultural num espaço de emergência de novos *locus* enunciativos, nos quais os saberes insurgentes poderão criar posições de questionamento e dissenso político, a partir das suas performances e experiências, numa intervenção que desestabilize o sistema de representação - porque incompatíveis com ele - e da autoridade da escrita.

A cartografia que se produz nessa condição de *estranhamento* é um mapa contingente, feito de vários percursos e relatos de percursos, cujo sentido *performativo* vem da percepção da quebra das fronteiras pelo movimento de cruzá-las. No percurso é que se dá a produção da diferença, e não na espacialidade como tal, pois “*não existe espacialidade que não organize a determinação de fronteiras*”¹², a diferença é a transgressão da fronteira como limite.

“Transgressão do limite, desobediência à lei do lugar, ele representa a partida, a lesão de um estado, a ambição de um poder conquistador, ou a fuga de um exílio, de qualquer maneira a ‘traição’ de uma ordem. Mas ao mesmo tempo ergue um alhures que extravia, deixa ou faz ressurgir, fora das fronteiras, a estranheza que era controlada no interior (...). No interior das fronteiras já está o estrangeiro, exotismo ou *sabbat* da memória, inquietante familiaridade. Tudo ocorre como se a própria delimitação fosse a ponte que abre para seu outro.”¹³

¹² CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1990, p.209.

¹³ Idem., *Ibid.*, p.215.

Assim, o percurso, como performance da diferença e em oposição à noção de diversidade e síntese, deve ser o ponto articular de uma política textual que não deve servir apenas como foro privilegiado para reconversões nos limites do contratualismo e do consenso pluralista.

Algum percurso

O meu projeto de estudos nasceu inicialmente, da preocupação em pensar a oralidade como prática articuladora da contra-hegemonia popular no planalto serrano, que é, como a compreendo, uma forma de posicionamento nas *lutas pela significação cultural*. No entanto, entendendo que a oralidade é uma contra-hegemonia frente ao processo escritural que constitui o campo de produção da hegemonia, não pude me eximir de enfocar a relação entre a oralidade e a escrita num conceito mais amplo de cultura. Assim, acabei tomando o rumo da confirmação da hegemonia da escrita tentando nela notar os traços do eclipse, ou seja, as anulações, as “faltas” e os substitutos que caracterizam a oralidade no processo escritural.

Segundo Raymond Williams, uma hegemonia é “*um sistema vivido de significados e valores - constitutivo e constituidor - que, ao serem confirmados como práticas, parecem confirmarem-se reciprocamente*”. A hegemonia precisa que as suas práticas de totalização sejam assimiladas e internalizadas e se tornem a consciência vivida e constantemente reiterada de que ela se nutre para se impor como tal. Ela é um processo em constante recriação incorporadora das contradições, e encontra nessa incorporação os seus próprios limites, ou seja, os pressupostos de sua ruptura, a sua contra-hegemonia. A análise do processo cultural deve incluir os que estão à margem procurando o lugar diferencial do contra-hegemônico por dentro da hegemonia.¹⁴

¹⁴ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. RJ: Zahar, 1979, pp.113-115

Assim, faço uso de algumas noções e conceitos críticos que tentam, aqui, abrir o campo interpretativo sobre o lugar diferencial em que, na prática escritural, se dá o encontro entre a hegemonia e a contra-hegemonia, entre o letramento especializado e a oralidade sincrética, entre concepções antagônicas de modernidade, baseando-me, portanto, na idéia de que estas visões culturais, não pressupõem domínios exclusivos, mas espaços de contato e conflito.

Cabe dizer que a validade da teoria não é o objetivo deste estudo, nem um pretexto para a análise que foi empreendida. A escolha teórica foi uma consequência dos questionamentos que fiz. Como já havia dito, a minha perspectiva nasceu da oralidade obliterada e tutelada na luta de significação e, embora enfocando um *modo de escrita*, no avesso esse trabalho ainda se coloca como um *dever* da possibilidade de reflexão sobre a oralidade

Meu projeto parte dessa luta de significação, que é uma escolha política. Mas, esse aspecto crucial e definitivo não é o único. Ele se coloca, nesse processo de construção teórica e de escolhas, ao lado da relação de subjetividade que tenho com o meu tema de estudos, a “região do Contestado”, o planalto serrano, lugar onde nasci e vivi na infância.

Quando lá estive, recentemente, a trabalho, mas já com o projeto de pesquisa me inquietando, pensava aproveitar a viagem para visitar, sobretudo, a biblioteca da Universidade do Contestado em Curitiba, museus e instituições que me pudessem fornecer algum material e informações. Planejava, futuramente, voltar em alguns lugares e obter entrevistas com pessoas que pudessem dar algum tipo de testemunho, não especificamente um testemunho revelador sobre a Guerra, mas um testemunho que pudesse mostrar o imaginário popular da Guerra a partir das ligações da oralidade popular com o sistema da escrita e com a tradição cultural atribuída à “região do Contestado”.

No entanto, a viagem me trouxe outra perspectiva.

Se você for olhar um mapa, verá uma rede de cidades e localidades ligadas por grandes vias rodoviárias e estradas vicinais – aliás, em qualquer mapa de qualquer região dos sertões do Brasil a configuração é semelhante -, no entanto, se chegar à elas já implica em algumas dificuldades, locomover-se entre as pequenas cidades do interior é um problema que exige estratégia. Ônibus direto de uma cidade vizinha à outra é muito raro ou inexistente. Comumente, é preciso esperar que saia um ônibus de Florianópolis ou de Lages até uma das cidades maiores do Oeste, como Joaçaba ou Chapecó, para que se possa num desses ônibus viajar, por exemplo, de Curitiba a Campos Novos, cidades muito próximas. Mesmo quem não conhece, só de olhar o mapa percebe que se trata de uma distância mínima, se comparada à anterior.

A Universidade do Contestado de Curitiba fica próxima ao trevo que dá acesso à cidade, mas o ônibus em que eu estava, não entrava na cidade. O motorista me disse que do trevo à Universidade o caminho se fazia à pé ou de carona. Fui à pé. Depois de algum tempo na biblioteca da Universidade, perguntei como devia fazer para chegar ao centro, para chegar na rodoviária. Novamente, o que me disseram é que não havia ônibus que ligasse a Universidade ao centro da cidade mas, se esperasse um pouco, poderia pegar uma carona na Kombi de um funcionário, junto com várias outras pessoas. Já no carro, me contaram que as pessoas que estudam ou trabalham na Universidade, entre moradores de Curitiba e das cidades próximas, utilizam-se de várias caronas diferentes no mesmo itinerário, diariamente, inclusive para adequarem-se aos horários absurdos dos ônibus. São estratégias de percurso que cotidianamente são postas em prática, sobre os caminhos da carta geográfica, para que as pessoas possam realizar suas aspirações e suas necessidades.

Saindo das estradas principais, entrando em núcleos ou periferias rurais das cidades do interior, a visão não é totalmente diferente. Assim, grandes vias e estradas de barro, quase desertas de veículos por quilômetros intermináveis, ao longo de imensas propriedades de terras improdutivas, quase em abandono, ou propriedades menores insuladas na campanha, compõem a paisagem moderna do sertão.

Fiz poucas vezes esse percurso entre as cidades de Lages, Curitiba e Campos Novos. Andando de ônibus em horários insólitos, esperando horas na beira da estrada, trevos e rodoviárias, conversei com muitas pessoas sobre a visível necessidade de tanta locomoção e, ao mesmo tempo, tanta dificuldade de transporte. Me disseram que era assim mesmo, eu é que não estava acostumada. As pessoas tinham que ir onde havia trabalho, onde tinham deixado as famílias, parentes, precisavam de médicos e hospitais públicos, tinham que estudar. E tudo isso estava disperso, as necessidades imediatas exigiam um caminhar tortuoso, difícil, mas enfim, possível.

Uma vez, enquanto esperava, me veio à memória outra viagem à “região do Contestado” que fiz há mais de vinte anos, daquela vez para Iraní. Os campos do Iraní, uma cidadezinha muito pequena, no ponto mais alto do planalto. Saí à noite de Florianópolis num ônibus rumo à Joaçaba e de lá, já não lembro muito bem dos detalhes, mas troquei de ônibus ainda duas vezes para chegar até Iraní. Na última etapa, já amanhecia quando o ônibus parou pela primeira vez na beira da estrada - e pararia tantas outras vezes -, para que entrassem as crianças que iam para escola em Iraní, e entrassem homens e mulheres carregados de coisas e patos e galinhas. Assim, lentamente, chegamos todos no ônibus lotado, a Iraní.

A sobrevivência nas cidades do interior obriga as pessoas a uma constante migração entre localidades vizinhas, a estarem sempre na estrada.. Entre o trabalhar e o habitar se produzem deslocamentos impressionantes. Sobre os espaços esquadrinhados, sobre as linhas rodoviárias do progresso, as pessoas andam distâncias à pé, com trouxas e sacolas, com suas crianças. Sobre as vias, às vezes, passa algum carro veloz que não interrompe o caminhar lento e obstinado.

Numa das viagens de ônibus - entre os muitos passageiros que me acompanharam, ocupando sucessivamente o lugar ao meu lado, embarcando num ponto, fazendo parte do meu percurso e desembarcado em esquinas e beiras de estradas, alguns quilômetros depois - eu conversei com uma mulher que carregava uma criança. Ela me contou que ia todos os dias trabalhar em casa de uma família, mas morava longe. Saíam, ela e a criança, todos os dias muito cedo para pegar uma carona de carroça

acom um vizinho que também trabalhava por aqueles lados. Ele as deixava próximas do seu destino e o resto elas percorriam a pé. No final da tarde, elas retornavam com o ônibus até uma entrada próxima à via expressa.

Acompanhei com os olhos a mulher depois que ela desceu do ônibus. Da janela eu observei que atravessou a via e tomou o rumo de uma estrada de chão. Anoitecia, chovia e fazia frio. Ela cobriu a criança e foi seguindo na estrada, onde não se avistava nada, nada de casas, nada de abrigo, provavelmente por vários quilômetros. Lembrei-me de um filme: *Anahí de las Misiones*.

Esse caminhar no sertão é um documento vivo de cultura, é uma prática que agrega valores de produção da vida, de resistência às determinações e, ao mesmo tempo, um empenho em enfrentá-las que remonta aos intensos contatos no povoamento do sertão que se fizeram, historicamente, do encontro entre indígenas, tropeiros, peões, monges andarilhos, peregrinos, migrantes, refugiados, fugitivos, degredados. É, numa palavra, a experiência popular do “Contestado” e, mais que isso, é parte da história dessa cultura, um caminhar em constante recriação a engendrar nos novos caminhar cotidianos, novas estratégias de lutas. E - nesses novos deslocamentos, movidos por novas necessidades de sobrevivência, nas caronas compartilhadas, nos percursos solitários - quem sabe se encontram subjetivados, alimentando a persistência da vontade, memórias das lutas e experiências passadas, elos com essa “tradição popular” caminhante compondo com outros traços uma *estrutura de sentimentos*, uma vivência afetiva dos valores que estruturam uma experiência social ainda em formação.¹⁵

Invocar a *estrutura de sentimento*, manter a imagem concreta dos percursos e dos relatos como cartografia do “Contestado”, alimenta a minha vontade crítica no meu próprio processo de escrita.

¹⁵ O conceito de *estrutura de sentimentos* de Raymond Williams parte do pressuposto de que “há uma tensão freqüente entre a interpretação recebida e a experiência prática”, ou seja, “aquilo que está sendo realmente vivido, e não apenas aquilo que acreditamos estar sendo vivido. Não obstante, a alternativa real às formas fixas recebidas e produzidas não é o silêncio: não a ausência, o inconsciente que a cultura burguesa mitificou. É um tipo de sentimento e pensamento que é realmente social e material, mas em fases embriônicas, antes de se tornar uma troca plenamente articulada e definida. Suas relações com o que já está articulado e definido são, então, excepcionalmente complexas.” In: WILLIAMS, Raymond. Op. cit., pp.134-135.

Acho que faz parte do meu temperamento acreditar que se deve buscar no movimento de uma experiência singular uma performance coletiva, uma espécie de catarse na qual os rostos se confundem e se encontram em suas estratégias de percurso *sem origem*¹⁶ e fazem delas uma luta no processo de significação.

¹⁶ É nesse sentido, portanto, são práticas que se colocam contra a *gramática gerativa* e os seus efeitos sobre a produção de significados a qual, eficazmente, tem definido as experiências do “Contestado”.

I A PROPÓSITO DE UMA LEITURA DA MODERNIDADE

I.1 Semióforos e Semiosis

No seu mais recente ensaio sobre a nação, Marilena Chauí¹ nos propõe um recurso interpretativo: a nação como *semióforo*. Do patrimônio etimológico grego - composto pelas palavras *semeion* = signos, sinais, vestígios e *phoros* = trazer para a frente, expor, fazer brotar - o termo *semeiophoros* é utilizado pela autora para sugerir como signos, rastros e vestígios servem para indicar de algo o seu uso, expressar a sua função, ou manifestar de algum acontecimento o seu presságio ou a sua consequência. O valor dos *semióforos* não está, pois, em sua materialidade, mas em sua produtividade simbólica: “Um *semióforo* é fecundo porque dele não cessam de brotar efeitos de significação.”²

Os *semióforos* são, portanto, indícios materiais, sinais visíveis, mas que comunicam o invisível e, nesse sentido, como conexão entre a evidência e o imaginário, não se pode dizer que a própria evidência não seja uma projeção do imaginário a atribuir a significação. Se eles são, numa palavra, máquinas de imaginar, não excluem o imaginário de sua produção, pelo que, poderíamos dizer, que é o próprio imaginário que nos *semióforos* se estrutura e, metaforicamente, produz o núcleo que o materializa em explosões de significação.

Os *semióforos* constituem um campo simbólico no qual se articula o imaginário ao evento, no qual se constróem os significados para as ações e intervenções no real. O manejo dessa linguagem simbólica, com o advento do Estado e das formas de representação política e da necessidade de construção da hegemonia e do consenso, passou a ser de fundamental interesse para aqueles que precisavam legitimar socialmente os acordos e ações produzidas no âmbito do Estado e, para tanto,

¹ CHAUÍ, Marilena. *Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000, pp.11,12.

² Idem., *ibid.*, p.11-12

passou a ser “*propriedade daqueles que detêm o poder para produzir e conservar um sistema de crenças ou sistema de instituições que lhes permite dominar um meio social.*”³

Marilena Chauí explica que o Estado Moderno, enquanto *locus* do poder político, precisa de um *semióforo* fundante que dê acesso ao imaginário coletivo para realizar a hegemonia:

“Para realizar essa tarefa, o poder político precisa construir um semióforo fundamental, aquele que será o lugar e o guardião dos semióforos públicos. Esse semióforo-matriz é a *nação*. Por meio da *intelligentsia* (ou de seus intelectuais orgânicos), da escola, da biblioteca, do museu, do arquivo de documentos raros, do patrimônio histórico e geográfico e dos monumentos celebratórios, o poder político faz da nação o sujeito produtor dos semióforos nacionais e, ao mesmo tempo, o objeto do culto integrador da sociedade una e indivisa.”⁴

O principal *semióforo* é, portanto, um imaginário: a nação. É, também, o princípio fundador que deve servir de conexão para outros *semióforos* destinados a produzir os sinais materiais da nação, suas evidências, seus eventos, suas marcas, suas imagens. É imprescindível, então, que haja *uma* cultura e *uma* história em condições de ser transformadas em patrimônio público, em acervos e coleções de objetos destinadas a reproduzir os sinais visíveis da nação enquanto uma estrutura-estruturante da sua significação, cuja função nevrálgica no processo de construção hegemônica e de produção do consenso advém da criação de um “interesse comum” que sirva de legitimação para a representação política e do controle da sociedade, razão mesma do Estado Moderno.

³ Idem, *ibid.*, p.13

⁴ Idem, *ibid.*, p.14

Carlo Ginzburg aponta o surgimento, no século XIX e já no âmbito das ciências humanas, de um modelo epistemológico com força de paradigma baseado em sinais e rastros, um *saber indicial*. Este paradigma *centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais*, que se firma na modernidade, remonta a tradições culturais milenares, as quais produziram um tipo de conhecimento venatório constituído pela experiência em observar e perseguir rastros, em decifrar sinais, que se conecta aos processos de significação da experiência cotidiana como um conjunto orgânico de saberes conjecturais, locais, em constante reelaboração cultural.⁵

A sistematização escrita dos saberes populares e oralizados foi feita, inicialmente, pela burguesia letrada à época da Contra-Reforma - cujo símbolo e instrumento foi a *Encyclopédie* - e possibilitou muito a entrada posterior do paradigma indicial nas estratégias metodológicas positivistas das disciplinas humanistas - fundamentalmente na medicina, na psicanálise, na antropologia, na crítica literária e artística.⁶, ligando-se a partir daí à produção e disseminação do controle social.

No auge do colonialismo, esse paradigma se coloca como método de identificação do Outro em sua individualidade psíquica e biológica. Se torna, sobretudo, um método aperfeiçoado de coisificação, esquadrinhamento e dominação dos corpos.

Ginzburg oferece um exemplo do conhecimento indiciário na experiência colonial britânica.

“...nas colônias britânicas, e não somente na Índia: os nativos eram analfabetos, litigiosos, astutos, mentirosos e, aos olhos de um europeu, todos iguais entre si. Em 1880, Herschel anunciou em *Nature* que, depois de dezessete anos de experiências, as impressões digitais foram introduzidas oficialmente no distrito de

⁵ GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 149.

⁶ Idem, *ibid.*, p. 167.

Hooghly, onde já eram usadas havia três anos com ótimos resultados. Os funcionários imperiais tinham-se apropriado do saber indiciário dos bengaleses e viraram-no contra eles.

(...)Assim, aquela que, aos olhos dos administradores britânicos, fora até pouco antes uma multidão indistinta de ‘fuças’ bengalesas (para usar o termo pejorativo de Filarete) tornava-se subitamente uma série de indivíduos assinalados cada qual por um traço biológico específico. Essa prodigiosa extensão da noção de individualidade ocorria de fato através da relação com o Estado e seus órgãos burocráticos e policiais. Até o último habitante do mais miserável vilarejo da Ásia ou da Europa tornava-se, graças às impressões digitais, reconhecível e controlável.”⁷

No entanto, Ginzburg propõe uma reapropriação do paradigma indiciário pela epistemologia crítica, para explicitar a existência de conexões profundas entre aquelas coleções de objetos culturais e elementos “enciclopédicos”, os *semióforos* identificadores, considerados constitutivos da cultura e inerentes a uma trajetória histórica, com as formas modernas de agenciamento e controle social sempre mais sutis e minuciosas.

Nesse campo de análise, entendo que a Guerra do Contestado se constituiu num *semióforo* de fundamental importância para o “projeto nação” e, mais especificamente, pelos sinais de modernidade que nela puderam ter significação. Os sinais de modernidade, como a intervenção da maquinaria industrial e do capital, do Estado e da sua máquina de guerra, a luta pela terra e pelo território, testemunham as conexões entre o projeto nação e o evento “Contestado”, na medida em que estas

⁷ Idem, *ibid.*, pp. 175-176.

conexões significam o nacionalismo, o desdobramento colonial, o imperialismo, a militarização, o racismo, a dominação cultural, o hibridismo, o controle, o atraso, o progresso.

Transposto para o meu propósito, de trabalhar sobre os indícios que levam a observar eventos de modernidade no “Contestado”, o paradigma indiciário traz consigo a conotação política da inversão de que fala Ginzburg. Ou seja, apontar os indícios de modernidade, como os que citei acima, é parte da inversão, pois, em muitos casos, o “Contestado” é tratado como um testemunho do atraso. Mas ainda não é suficiente, pois a modernidade do “Contestado” não está somente nos sinais materiais de modernidade, ou numa experiência de modernidade, mas consiste num imaginário da modernidade que atua na produção da significação do evento “Contestado”.

Assim, a inversão maior se dá como percepção de que o “Contestado” é um evento moderno porque o imaginário da modernidade atua e cria as evidências com as quais lida na construção desse evento. Existe, portanto, uma forma de projeção do ver, uma forma de olhar e descrever o visto e torná-lo indício baseadas num imaginário da modernidade, particularmente dominante no início do século XX e afirmado em imagens e projeções do real.

Esse imaginário e os seus indícios, tal como eu percebo, se revelam, em princípio, na forma como estão estruturadas as obras sobre o “Contestado”: os textos articulando ao processo narrativo inúmeras descrições, transcrições, fotos, mapas e legendas, que visam, sobretudo, criar uma imagem, uma tipologia, uma paisagem mental e estereótipos, através de imagens repetidas, que servem não só ao propósito da reprodutibilidade da imagem, mas a reprodutibilidade de uma visão do real, ou no amplo sentido de reprodução do real, tal como concebido pelo entusiasmo dos letrados com a plena visibilidade que influenciaria toda uma forma de escrita e leitura modernas no século XX. Nesse sentido, destaco que há um culminar na obra *Contestado* (1987) – produzida pelo governo do Estado de Santa Catarina, representado por Esperidião Amin, em parceria com a Fundação Roberto Marinho - onde textos de vários autores estão entremeados por imagens legendadas, sendo que estas aparecem numa relação suplementar

com os textos, ou seja, estabelecem ligações complexas com os textos nos quais se inserem e que podem ser de reiteração do sentido neles proposto ou de oposição às idéias apresentadas desencadeando uma narrativa à margem dos textos. De qualquer modo, as imagens não são mera figuração ou ilustração, mas sinais que atuam na formação do imaginário e na fixação de determinados significados. Ler estes sinais impressos ao inverso, *contra as legendas*: alegorias, simulacros, ausências, estereótipos, tradição seletiva, cartografia.

Para avançar um pouco mais na questão da inversão epistemológica, Walter Mignolo⁸ sugere o conceito de *semiosis* para discutir os atos de fala (dicentes) e autoridade - que criam os *semióforos* - e as respostas possíveis em situação de dominação cultural. O sentido do conceito equivale a pensar a partir da *praxis* cultural e não da cultura como saber enciclopédico, coleção de objetos, costumes típicos, etc. Segundo ele, o sentido propositivo da *semiosis* é uma espécie de *filosofar caminhando*, que se faz pela fusão da oralidade grega (herança clássica e fundacional do Ocidente) à oralidade popular dos colonizados como prática contra-escritural.

Esse *filosofar caminhando* pós-ocidental é uma forma de luta interpretativa contra os atos de fala e autoridade que decidem, sob uma noção de unidade cultural e territorial, os critérios e postulados que criam identidades e exclusões.

Sem querer simplificar em demasia, pode-se inferir que pela *semiosis* cultural se define uma existência cultural-territorial fora do âmbito *cidade letrada*.⁹ Como por exemplo, no caso da comunidade narrativa platina, cuja representação gráfica de zona fronteira não a consegue expressar enquanto

⁸ MIGNOLO, Walter. "Decires Fuera de Lugar: Sujetos Dicentes, Roles Sociales y Formas de Inscripción". In: *Revista de Crítica Literária Latinoamericana*. Lima-Berkeley, 1995, pp. 9-11. As demais referências ao conceito são dessas páginas.

⁹ Ver a respeito, especificamente: RAMA, Ángel. *A Cidade das Letras*. SP: Brasiliense, 1985, p.93. Trad. Emir Sader. Rama, em outra obra, também define a *cidade letrada* como "que fue la que, com confiscatorio exclusivismo, se apropió del ejercicio de la literatura e impuso las normas que la definían y, por lo tanto, fijó quiénes podían practicarla." In: *Transculturación Narrativa en América Latina*. México: Siglo Veintiuno, 1982, p.85.

realidade transnacional¹⁰, ou, no caso do “Contestado”, quando a representação gráfica pretende delimitar essa comunidade narrativa, circunscrevê-la num espaço restrito.

Nesse sentido, a comunidade narrativa do “Contestado” trava uma luta interpretativa com essa cartografia, na qual, por obra de diferentes posições de sujeito que se alternaram na construção da linguagem hegemônica, se colocou em operação um conceito de “Contestado”. Existe uma disputa que se trava no campo simbólico, ou melhor, o “Contestado” é um campo simbólico no qual se travam lutas interpretativas que estão obscurecidas pela intensificação da produção de *semióforos* da nação sobre o evento da Guerra, que marcam a inclusão do território, a sua cultura e a sua memória ao patrimônio nacional. São instituições, obras, discursos, imagens, eventos comemorativos, museus, marcos históricos do “Contestado” que atuam como garantidores da hegemonia. Essas várias produções estão constantemente sendo rearticuladas para o controle da cultura local, pois uma hegemonia não se conclui consolidada de uma vez por todas, mas deve ser recriada conjunturalmente. Assim é que situações e posições de locução e seus efeitos elocutórios rearticulam enunciados que confirmam a dominação, o que implica trazer a noção de *semiosis* para abordar a questão do “Contestado”.

A *semiosis*, como em geral são pensadas as teorias da enunciação, pretende pôr em relevo as posições de locução “*simultâneas ou sucessivas*”. No caso da escrita moderna, como um *palimpsesto*, ela sugere que uma dada interpretação do passado vem como criação propiciada por uma gramática gerativa que articula passado e presente, memória e utopia. Segundo a metáfora do *palimpsesto*, é preciso desfazer-se da idéia de que certas formas de interpretação do passado são “alheias”, explicitando que as posições atuais do sujeito da locução estão impregnadas com as marcas anteriores.¹¹

¹⁰ VERDESIO, Gustavo. “Las Representaciones Territoriales del Uruguay Colonial: hacia una hermenéutica pluritópica”. In: *Revista de Crítica Literária Latinoamericana*. Lima-Berkeley, 1997, pp.135-161.

¹¹ ADORNO, Rolena. “Textos Imborrables: posiciones simultaneas y sucesivas del sujeto colonial”. In: *Revista de Crítica Literária Latinoamericana*. Lima-Berkeley, 1995. A autora compara a *semiosis* ao *palimpsesto* de Gerard Genette, que aponta a busca do tempo em Proust e coloca o problema das posições de sujeito na modernidade, pois na sua leitura de Proust, o *palimpsesto* é a metáfora da escritura moderna. p.34

Tendo em conta que as posições de sujeito são tanto objetivas quanto subjetivas, a moderna condição do nacionalismo e do imperialismo é explicada como sendo aquela em que se alternam períodos e formas de coerção e formas de consentimento. Tal condição, nesse sentido, é sedimentada não apenas através do uso da violência mas em dependência progressiva das construções imaginárias, idéias de comunidade, interagindo com visões sobre si e sobre o outro. Portanto, trata-se de pensar a articulação fundamental entre a materialidade da Guerra e o imaginário sobre ela, a produção do controle objetivo e a produção da subjetividade, alternâncias conjunturais ou semânticas, mas significações recíprocas.

Se não há uma primeira instância na origem de uma *estructura de sentimientos* e, nesse sentido, o imaginário não estabelece historicamente uma relação exclusiva com o visual – os sinais podem ter outras linguagens –, no entanto, na construção da modernidade, essa relação com o visível exacerba-se. Assim, sabendo ou reiterando que é impossível separar a tecnologia que produz uma mentalidade calcada no visível da própria mentalidade moderna, tratarei o imaginário moderno num sentido que se aproxima ao que expõe Claudia Moller:

“ Hay una influencia mutua entre el imaginario colectivo y el imaginario individual, por tanto, la presión del imaginario colectivo es sólo una de las posibilidades de influencia, porque sin duda también puede existir la dirección inversa, es decir, las imágenes producidas por el imaginario individual y que constituyen el imaginario individual pueden imponerse a todo un grupo de cualquier extensión que fuera.

Finalmente, la historia del imaginario o historia de las producciones del espíritu están ligadas no al texto, a la palabra o al gesto, sino a la imagen. Ese imaginario que permite tratar el documento literario y el documento artístico como documentos históricos de pleno derecho a condición de respetar su

especificidad; historia de las conductas, de las prácticas, de los rituales que reenvía a una realidad oculta, subyacente o historia simbólica.”¹²

Enfatizarei, especialmente neste primeiro capítulo e em parte do segundo, alguns recortes que nos sugerem certas manifestações do imaginário moderno e suas repercussões nas projeções de modernidade no Brasil, os quais ajudam a ver o “Contestado” como um dos retratos desse Brasil moderno.

1.2 Modernidade refletida

No início do século XX, a modernidade se fazia visível pela profusão de imagens que transformavam o cotidiano e a cultura nas cidades e por um “*gosto pelas luzes brutais*” mais e mais “*amplificadas pelos jogos de espelhos que as multiplicam ao infinito, mas que não são simples espelhos, e sim refletores que ofuscam.*”¹³ Penso que é possível argumentar que a história do imaginário da modernidade pode ser dita numa espécie de aforismo cosmopolita de que as cidades modernas se espelham nas imagens umas das outras. De acordo com Susan Sontag,

“Uma sociedade torna-se ‘moderna’ quando uma de suas principais atividades passa a ser a produção e o consumo de imagens, quando as imagens, que possuem poderes extraordinários para determinar nossas exigências com respeito à realidade e são elas mesmas

¹² MOLLER, Claudia. “El Imaginario Europeo Americano: Algunas notas sobre la tecnología del poder en la época de los descubrimientos. la Inquisición en la Península Ibérica y su transplante en el Perú hacia el 1500”, p.633. In: BRESSONE, Tânia e QUEIROZ, Tereza (orgs.) *América Latina: Imagens, Imaginação e Imaginário*. RJ: Expressão Cultural/ SP: Ed. USP, 1997.

¹³ VIRILIO, Paul. *A Máquina de Visão*. RJ: José Olympio, 1994, p.25

substitutas cobiçadas da experiência autêntica, tornam-se indispensáveis à boa saúde da economia, à estabilidade política e à busca da felicidade individual.”¹⁴

Tal como nas metrópoles européias, as elites urbanas letradas das ex-colônias celebravam as máquinas de imagem como o grande evento estético, e também as locomotivas, os carros, a maquinaria pesada da indústria, como figuras paradigmas de civilização que fundamentariam as idéias e os anseios de modernidade nos nascentes estados nacionais.

Em sentido amplo, a imagem da máquina e, sobretudo, o seu mecanicismo, como metáfora de uma estrutura destinada a produzir uma nova leitura do mundo sintetizava, segundo Silvio Romero, o imaginário urbano e cosmopolita do período: “*um cinematógrafo em ismos em vertiginosa rapidez, aonde se sucedem philosophismo, realismo, naturalismo, decadentismo, symbolismo, impressionismo, exoterismo...*”.¹⁵ Poderíamos acrescentar, também, a esse “*bando de idéias novas*”, o socialismo, o anarquismo, o comunismo e o feminismo.

Nos alvares do século XX, nenhuma vanguarda científica ou artística pode se considerar moderna sem o manejo de estruturas cognitivas que levam a algum tipo de domínio simbólico sobre o evento *máquina*, sua lógica e seus efeitos sociais e culturais, ou seja, sem o traço constitutivo do maquinismo no imaginário da modernidade pelo qual “*nada parece escapar a essa apropriação científica do mundo, das coisas, dos seres, a esse cadastramento minucioso do real.*”¹⁶ No ideário

¹⁴ SONTAG, Susan. “O mundo-imagem”. In: *Ensaio sobre a fotografia*. RJ: Arbor, 1981, pp.147-148.

¹⁵ ROMERO, Silvio. *Provocações e Debates*. RJ: Imprensa Moderna, 1910, p.36.

¹⁶ BALANDIER, George. “O Imaginário na Modernidade”. In: *O Contorno, Poder e Modernidade*. RJ: Bertrand-Brasil, 1997, p.227.

maquínico, figuram estruturas e mecanicismos, experiências ontroladas, capazes de assegurar o progresso ocidental e a autoridade às instituições que produzem o saber científico.. A noção de maquinismo é ampla, pois contempla a própria máquina, o aparato mecânico, as mudanças técnicas da base produtiva capitalista, incluindo as formas modernas de controle introduzidas pelo fordismo, a lógica taylorista do ajustamento, o fetichismo das mercadorias, e as suas imagens como máquinas de leitura e de projeções de idéias.

Seguindo os interesses da burguesia, as imagens que encapam as “novas literaturas”¹⁷ fazem a apologia da técnica e do progresso retratando as figurações do moderno. Por meio de legendas, estas se tornam condicionantes de uma leitura popular da modernidade.

“Letra ao pé da imagem: este o jogo que se inaugura na literatura brasileira sobretudo desde a configuração desse novo horizonte técnico na virada do século. Desde a redefinição da idéia de realidade, agora mesclada a essa paisagem-segunda, que tanto pode transformá-la como referendá-la. Paisagem de imagens técnicas com a qual se começa a conviver, com mais intensidade, no Brasil, a partir dos anos 90 do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Porque o mesmo desejo de modernização, que impulsiona reformas urbanas e sanitárias, dirige-se para o aparelhamento técnico da sociedade brasileira. E para essa

¹⁷ Estou destacando, particularmente, com o termo “novas literaturas”, um tipo de produção literária seduzido pelas máquinas e técnicas modernas. Esta, segundo a análise de Flora Süssekind, testemunha as transformações técnicas no seu uso, na sua representação e apropriando-se das técnicas imagéticas. A autora destaca, por exemplo, os autores Godofredo Rangel pela tematização e figuração elogiosa da técnica e da máquina em *Vida Ociosa* (1917), João do Rio pelo entusiasmo com que trata os objetos técnicos e pelo estilo legendado empregado na sua narrativa em *Vida Vertiginosa* (1911), Paulo Barreto pela linguagem jornalística em *A Correspondência de uma estação de cura* (1918), entre outros que ela apresenta na sua tese *Cinematógrafo de Letras, Literatura, Técnica e Modernização no Brasil*, SP: Cia das Letras, 1987.

paisagem-segunda, povoada por cartazes, fotos, fitas e charges.

Para um horizonte de imagens.”¹⁸

É interessante observar na literatura do período marcado pelo impacto das inovações, entre os anos 90 do século XIX até a década de 20 do século XX, como mostra Flora Süssekind, a influência das inovações técnicas como a fotografia, o cinema e o cartaz sobre a técnica literária, no tipo de representação que as imagens produzidas em profusão possibilitam existir literariamente. Segundo a autora, é possível rastrear na literatura da época modernista – se quisermos usar os marcadores periodísticos por ela sugeridos –, formas de representação cultural calcadas no visível, via emblemas, cartazes, monogramas, anúncios e legendas, as influências da técnica foto e fonográfica sobre a produção e a linguagem textual, mesmo que “*ao lado do registro, dissimulado ou especular, desse horizonte técnico em formação e dessas alterações na percepção*”, exista “*algo que parece resistir de algum modo a figurações explícitas. Um outro rastro. Discreto, deslocado ou indiferente à própria detecção.*”¹⁹

Assim, paradoxalmente, a escrita pode funcionar como uma espécie de transição conservadora, afeita ao progresso como em Euclides da Cunha ou crítica dele como em Lima Barreto, mas empenhada na resistência do “fazer literatura” a despeito de toda a pressão teórica e estética para a confirmação do “novo”. Mas, plano sobre plano, no realismo impresso da virada do século, o naturalismo se insinua também (re)vigorado, trazendo consigo antigos conflitos que, remodelados, emoldurados, enquadrados e fixados, iriam dominar o imaginário século XX adentro.

“A modernidade se caracteriza – e isso já foi lembrado muitas vezes – pelo valor positivo dado à mudança, mas também pelas *relações de incerteza que induz ao se realizar e se difundir. Está*

¹⁸ Idem., *ibid.*, pp. 104-105.

¹⁹ Idem., *ibid.*, p. 89.

em todos os lugares como geradora de contradições. De um lado, impõe sua lógica, sua racionalidade; produz as representações de um mundo mais transparente pelo progresso científico acelerado, de uma natureza melhor dominada (...). Por outro lado, a modernidade verifica-se pelo aspecto do negativo, e a conjuntura de crise acentua esta tomada de consciência, que as mudanças não são necessariamente favoráveis, que têm aspectos destruidores ou não esperados, perversos. Estes dois conjuntos de representações opostas se traduzem em visões otimistas (tudo se torna possível) ou pessimistas (tudo leva à autodestruição) cujo confronto cria feridas que vão gerar o imaginário.”²⁰

Da troca entre literatura e imagens, as paisagens misturadas do realismo e do naturalismo, se produziu uma técnica textual condizente com as idéias norteadoras da transição, entre a incerteza e a determinação, que emolduravam a recepção dos signos da modernidade.

A modernidade como uma nova experiência espaço-temporal mediada pelas imagens é sentida como a destruição cotidiana daquela experiência original que corresponde às tradições, pela aceleração que comprime o ritmo das trocas materiais e simbólicas. As narrativas jornalísticas expressam a intensificação dessas trocas. Os *slogans*, as marcas, as fachadas e as legendas coladas no visível pretendem mostrar-se eficazes na construção desse modo de experimentar a superfície da realidade.

Como observa Flora Süssekind,

²⁰ BALANDIER, G. Op.cit., p. 232.

“Letra ao pé da paisagem: este o jogo naturalista. E paisagem, urbana ou clínica, entendida como realidade-em-bruto a ser imitada tal e qual. Com os exercícios de perspectiva ou ilusão visual que se mostrassem necessários, é claro. Fotos, tabuletas, métodos fotoquímicos de impressão, fitas de cinema, cilindros e chapas gravadas, folhetos de propaganda, revistas ilustradas: outras cartas, outro jogo. Porque a partir do século passado outra paisagem se insinua na anterior. E, com ela, outras definições de realidade, imagem, representação. Uma paisagem que se deseja moderna começa a traçar os contornos de um mundo-imagem sobre duas dimensões, como um cartaz. E, como este, baseado num jogo entre linha, contorno e plano, cujo cenário privilegiado é a superfície. E superfície de reprodução e multiplicação potencialmente imprevisíveis, ilimitadas.”²¹

Saberes legendados: A figura é o seu rótulo; símbolo do real, reifica o desejo de retenção do real. A ficção da retenção da realidade é o realismo da imagem. O *outro* detido pela ficção de retenção é a sua essência diagnosticada, é a idéia de sua alteridade, como se a imagem que a antecede desse sentido à palavra, e não que as legendas inscrevessem alegorias do outro.

Na modernidade é preciso buscar sinais de um tempo futuro, é preciso criá-los. Também é preciso vê-los, lê-los, e isso quer dizer, torná-los visíveis. É preciso um olhar explorador, panorâmico: *vitrine*. É preciso um olhar minucioso, decifratório: *caleidoscópio*. É preciso um olhar clínico, detido: *panóptico*.

²¹ SÜSSEKIND, F. Op. cit., p. 104.

1.3 Alegorias da modernidade I

1.3.1 Vitrines

A conquista universal das terras e povos, como síntese revolucionária dos múltiplos processos de toda uma era de transformações científicas e sociais profundas, é impressionantemente traduzida como máquina devoradora das diferenças locais das concepções do espaço e do tempo:

“ Que grande conquista o vapor, esta força obediente e domada, à qual nada resiste. Diante dele a montanha desaparece, o vale se preenche; ele comanda as ondas do mar em furor, resiste ao vento que ribomba, leva a dianteira sobre o cavalo de corrida, e, logo chegando, sempre infatigável, está pronto para partir. A história do domínio do vapor sobre o trabalho da indústria, sobre os rios, a terra firme, sempre que se trata em devorar o espaço, comporia ela só, a história mais dramática da humanidade.” ²²

Forma-se um outro tempo, espraia-se um novo espaço, um mundo novo ergue-se sobre as ruínas do velho. Tendo como marco inicial a Europa e a visão eurocêntrica do mundo, pela qual a relação superadora entre o velho e o novo se torna palpável, visível, exequível. Mas, se a ruptura moderna abarca a “ *história da humanidade*”, e “*comanda as ondas do mar com furor*”, o poder dominador da técnica, para quem o detém, é um poder de conquista universal, como costumava ser representado no grandiloquente espetáculo do universalismo nas “exposições universais”, onde o

²² Discurso de Jules Janin, *Voyages de Paris à la mer*. Paris: E.Bourdin, 1847, p.44, apud ORTIZ, Renato, *Cultura e modernidade*. SP: Brasiliense, 1991, p.220.

“mundo todo” lá representado se dispunha a uma função formadora de mentalidades capitalistas e de suas conquistas coloniais.

Tais exposições,

“ funcionaram como síntese e exteriorização da modernidade dos ‘novos tempos’, e como vitrina dos inventos e mercadorias postos à disposição do mundo pelo sistema de fábrica. No papel de arautos da ordem burguesa, tiveram o caráter pedagógico de ‘efeito demonstração’ das crenças e virtudes do progresso, da produtividade, da disciplina do trabalho, do tempo útil, das possibilidades redentoras da técnica etc. Nesse sentido, as exposições foram elementos de difusão/aceitação das imagens, ideais e crenças pertinentes ao *ethos* burguês.” ²³

Alguns fragmentos de descrições dessas exposições feitas por seus críticos contemporâneos mostram um pouco desse processo. Quero, com isso, demonstrar relações fundamentais na formação das alegorias do imaginário moderno: o estereótipo entre a exposição e a descrição, o realismo e o naturalismo entre a imagem e a legenda e, mais agudamente, a instrumentalização da cartografia e da etnografia nelas consubstanciadas, na medida em que a sensação de domínio espacial a exaltação das máquinas e da ciência, produzidas por estes *rituais de progresso* firmavam critérios “pedagógicos” de “*superioridade racial dos brancos, sobretudo europeus, e hierarquias entre povos, raças e regiões.*” ²⁴

Sobre a exposição de 1900, segundo um apreciador, tinha-se a sensação total do mundo:

²³ PESAVENTO, Sandra J. “Nós e os outros: As exposições Universais e o Imaginário Europeu sobre a América”. In: BRESSONE, Tânia M. Tavares e QUEIROZ, Tereza Aline P. (orgs). Op. cit., p.557.

²⁴ Idem, Ibid., p.563.

“Era o universo num jardim. Um grande território como a metade da Europa, se condensava em 5 metros quadrados, um deserto se resumia a uma palhoça, um mar a uma bacia. O Norte tocava o Sul e o pólo, o Equador. Uma mesma corrente de ar trazia o odor dos juncos da Oceania e das peles de Kamchatka.”²⁵

Na exposição de 1889, aquela na qual um globo propiciava uma sensação de viagem frenética em torno da terra, eis que, então...

“Sobe-se pelo elevador; ele o deixa no Pólo Norte. Uma galeria em espiral, após várias revoluções, leva o viajante às antipodas do ponto de partida. Durante o percurso, linhas coloridas permitem seguir as grandes linhas de navegação, de estradas de ferro, de telégrafos, e os itinerários dos exploradores famosos. Grupos de pregos coloridos lhe indicam os principais depósitos de metal. Nas paredes, vários cartazes, com quadros estatísticos comparativos, fornecem essas informações que todos em princípio deveriam saber, mas que sempre ignoramos, e que a um só olhar despertam tantas idéias. Vejo que a China tem apenas treze quilômetros de estradas de ferro, e que os Estados Unidos tem 242 mil; compreendo sem nenhum comentário a marcha atual da civilização no globo. Um outro quadro lembra que há cerca de 500 milhões de budistas, um terço da humanidade; isto aumenta minha consideração pelo Buda de bronze que sorri no vestibulo das artes liberais.”²⁶

²⁵ TALMEYR, Maurice. *L'École du Trocadéro*, p.199, apud ORTIZ, Renato. Op. cit., p.246.

²⁶ VOGUÉ, Eugène-Melchior de. “A travers l'exposition: les exotiques, les colonies”. *Revue des Deux Mondes*, 1889, p. 450, apud ORTIZ, Renato. Op. cit., pp. 246-247.

As exposições universais tinham, como bem define Francisco F. Hardman, uma obsessão pelo saber enciclopédico²⁷, misturado ao eurocentrismo e ao fetiche das mercadorias, ou seja, suas alegorias tinham uma incrível capacidade de desdobramento discricionário, manipulando a imagem encenada, o estereótipo legendado do exótico e um desejo eurocêntrico de consumi-lo rapidamente.

O Brasil participava das exposições desde 1861. Ainda figurava a monarquia e as elites já buscavam “*adentrar o universo do espetáculo da máquina.*”²⁸

“Exposições Universais: um nome para cada coisa, um lugar para cada nome e para cada coisa, um tempo-espço para exhibir os resultados. O Brasil, desde 1861, candidatou-se a tomar parte ativa nessa representação. Catalogou tudo que podia; decorou seus compartimentos; entrou na cena do desfile mundial das mercadorias; completava-se assim, o ritual de passagem que o fazia atuar por inteiro no concerto das nações. A imagem do país moderno dessa forma se construía. Já era possível se mostrar in *totum* e nos detalhes. Até as fraturas estavam expostas.”²⁹

Estamos no limiar do texto moderno descritivo e legendado, e da textualidade da imagem que fixa no imaginário o objeto ao desejo. Das páginas às paisagens, miríades de idéias em debate na busca das fórmulas do progresso. Mas, uma coisa é expor o Brasil como cenário do espetáculo, outra é a encenação.

Da impressão desse espetáculo técnico, onde máquinas encenam cartografias fantásticas, projetam-se espectros de impérios, acima, além do espaço conhecido. É a encenação do próprio

²⁷ HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma, a modernidade na selva*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p.49

²⁸ Idem, *ibid.*, p.84.

²⁹ Idem, *ibid.*, p. 91.

capitalismo que se vê, tipificado ele mesmo como uma espécie de coleção de nacionalismos em leilão, corporificados em coisas ou coisificados em corpos. De todo modo, mostra-se ali o ideal um sistema classificatório e hierárquico, num método quase lúdico, fundamentalmente pedagógico e profundamente tirânico.

As exposições e as descrições modernas, destinadas a produzir um conhecimento sistemático e racional, empírico mas laboratorial, constituem-se num aperfeiçoamento do olhar colonial como forma de apropriação do outro por uma racionalidade privilegiada, instrumentalizada pelos saberes técnicos. Sobretudo, elas expressam o

“clima mental suspeito do qual as ideologias racistas contemporâneas nasceram. O racismo não é moderno nem antigo, ele quase sempre combina tempos diferentes para produzir amálgamas de estereótipos coloniais...

A história do racismo e a filosofia possuem intersecções que poucos autores pesquisaram, como se a modernidade não tivesse nada a ver com os povos indígenas, africanos e ameríndios.”³⁰

I.3.2 Caleidoscópio

O discricionarismo enciclopédico, que surge a partir das exposições, ao levar o colonizado para dentro de um campo de visão que o domina totalmente, estereotipado ao máximo, explorado em imagens-diagnóstico num universo cênico que fixa as estruturas cognitivas da cartografia como técnica da

³⁰ LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimento, a história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15, 1996. p.144.

engenharia dos espaços pretendem se sobrepor às descrições impressionadas dos conquistadores e viajantes coloniais e as cartografias que precederam e alimentaram o imaginário da aventura colonial: intuídas, profundamente heteroglóssicas, feitas de fragmentos narrativos e experiências singulares, como nos mostra esta passagem do diário de Mauro, um frade cartógrafo que vivia em clausura na Veneza do século XVI.

“ Meus correspondentes, por seu turno, desejavam transmitir, apenas, o que eles achavam que era importante para a conclusão do meu trabalho.

A idéia de que o conhecimento pode abrigar sentimentos, tanto quanto observações, certamente me deixou perplexo. Sempre que abria missivas que me eram enviadas de longe, ou ouvia as reflexões pessoais dos mercadores e aventureiros que me visitavam em San Michele, ficava surpreso ao perceber que suas observações não eram, absolutamente isentas. Elas eram afetadas por sentimentos que cada um julgava serem expressões de si próprio. Ou seja, o mundo que eles me ofereciam era um reflexo deles mesmos...

Todo homem que já viveu tornou-se um colaborador da evolução do mundo, uma vez que suas observações tomaram parte nesse crescimento. O mundo era, assim, um lugar inteiramente constituído de pensamentos sempre em mutação, se renovando constantemente através do processo de meditação empreendido pela humanidade, tendo sua realidade como objeto.

Ocorreu-me a idéia de fazer um mapa que desafiaria qualquer categoria e gênero. Esse mapa conteria todos os mapas, um mapa difícil de ser definido; devido a essa falta de definição, no

entanto, esse mapa, seria em si uma definição mais precisa. Não se destinaria a advogar qualquer política ou convicção particular. Ao contrário, queria que o meu mapa mostrasse a terra no céu e o céu na terra; um mapa que fosse o protótipo de todos os mapas espalhados no espaço e no tempo. Seria um projeto pelo qual o mundo poderia entregar-se, em fragmentos, ao olhar aberto e inquisitivo de todos. Eu tinha muita esperança de que tal mapa pudesse dar origem a outro mapa, e outro ainda, além dele...

Embora eu estivesse vendo o mundo através do olhar dos outros, de alguma maneira acreditava que também vira o mundo que eles tinham visto. Ao registrar suas experiências, eu estava traduzindo o que para eles havia sido indecifrável. As coisas que tinham observado eram, apenas, fenômenos; o que eu procurei inscrever no meu mapa era a transformação das observações naquela ordem graciosa que encontramos em todas as relações da vida.

Meu mapa transformara-se em uma espécie de catecismo. Perguntas e respostas espalhavam-se pelo grande espaço livre que era o mundo.”³¹

Os antigos mapas significavam o desejo de conhecer o mundo, outros lugares e os outros povos, criados a partir de relatos de percursos, transcrições e traduções, interpretação de imagens e de sonhos; esses artefatos transculturais significavam um encontro de linguagens e se perdem na aventura da individualidade moderna do especialista do local. Segundo o julgamento de um desses exímios engenheiros-cartógrafos, Euclides da Cunha, os mapas coloniais que são incorretos e inexatos na sua

³¹ COWAN, James. *O sonho do cartógrafo. Meditações de Fra Mauro na corte de Veneza do século XVI*. RJ: Rocco, 1999, pp.78-80.

representação, no entanto têm “*rigorismos fotográficos no retratar uma época*”, nos traços do cartógrafo desenham-se “*sociedades nascentes*.”³²

A crença na realidade da fotografia, misturada à crença de que um panorama só pode ser construído de pequenos quadros, infunde o ceticismo em relação a esse ofício, mescla de desvio e justeza, ao imaginar o distante.

“O cartógrafo profissional, afeito a percorrer a maravilha milhares de milhas, e miriâmetros, montando comodamente um lápis bem aparado e destro, velocíssimo e ágil no transpor oceanos e no romper, em décimos de segundos, continentes inteiros, perde, exausto ao fim dessas imaginosas viagens, em que não moveu um passo, as próprias noções universais da forma e das distâncias.

Há deploráveis desvios de justeza e boa medida em todos estes Atlas homúnculos, que em toda parte aparecem, carregando cada um o seu pequeno mundo muito bem feito e quase sempre errado.”³³

É a máquina, então, que vai ser o veículo da vontade de apropriação do espaço e territorialização da racionalidade totalizante da modernidade, enquanto impulsiona o imaginário desbravador e civilizatório para fora do seu centro racional: as cartografias “exatas” do desconhecido – ilhas e desertos metafóricos são inerentes à introdução dos signos da modernidade: Como bem define Hardman, para a nova cartografia era, precisamente, o elemento *máquina*....

³² CUNHA, Euclides da. “Peru x Bolívia”. In: *Obra Completa*. RJ: Nova Aguilar, 1995, p.828.

³³ Idem, *ibid.*, p.876.

“...locomotivas e telégrafos, em destaque -, capaz de conduzir o repovoamento do mundo e as novas invasões civilizadas do deserto. Era preciso, pois dar nome às armas desse enorme empreendimento de conquista, pôr a engenharia militar a serviço da taxionomia do progresso e tornar legíveis os pontilhados mais minúsculos do mapa-múndi. Os poderes saídos da fábrica tinham seu próprio arsenal de signos.”³⁴

As máquinas e os eventos maquínicos, na medida em que se territorializam, carregam para dentro do espaço ordenado o espaço que está fora: este é apropriado. A imagem da estrada de ferro dá, por fim, materialidade ao desejo de integração das partes com o todo e, metaforicamente, conduz o imaginário mecanicista da razão moderna.

“ A modernidade constitui um sistema no qual as partes estão interligadas entre si. Para que o fluxo no seu interior se faça de maneira ordenada, a regência do tempo é essencial. Os movimentos devem ser orquestrados para se evitar situação caótica. Os atrasos, as rupturas, não são portanto simples ressonâncias do passado, mas um obstáculo para o andamento do todo.”³⁵

Assim, o imaginário da modernidade e os mecanicismos estruturantes dos novos dogmas e paradigmas científicos como *“a estrada de ferro e os vagões que ela carrega formam uma espécie de máquina complexa, cujas partes não podem ser consideradas isoladamente.”*³⁶

³⁴ HARDMAN, Francisco F. Op. cit., p. 108.

³⁵ ORTIZ, Renato. Op. cit., p. 242.

³⁶ Idem, ibid., p.36.

I.3.3 Panóptico

A textualidade moderna – na qual dominam as legendas, a “*prosa jornalística*”, a “*leitura distraída, apressada*”³⁷ e uma “*recepção desatenta*”³⁸, não se restringe ao texto como espaço literário, mas converte outros espaços. Nestes espaços, a figuração é totalmente assumida enquanto narrativa, para alcançar um tal propósito. Nas fachadas que a revestem, a cidade se apresenta como fulcro estético do modernismo, para um público burguês itinerante que recebe as luzes da modernidade através do urbanismo e da industrialização. A beleza da cidade moderna está vinculada aos valores e consumos burgueses.

Mas, ambos os processos – de textualidade e estética moderna – se expandem além das fronteiras das cidades, desmontando essa identidade pelo avesso do imaginário burguês e letrado: sujeitos do mundo do trabalho, exércitos de sem-trabalho, sem direito à terra e sem direito algum, “sujam e enfeiam” a *urbes* ocidental.

As elites proto-tecnocráticas da cidade moderna, impulsionadas pelas necessidades capitalistas da imprensa e das fábricas e pelos argumentos positivistas, criam o “inócuo” conceito de reforma urbana. Preocupadas com o que poderia se esconder nos labirintos que a *cidade letrada* produz em torno e abaixo de si – onde elas certamente não entram –, pretendem trazer à luz o incógnito, dar visibilidade ao não visível, expor, traduzir, racionalizar.

A modernidade como racionalidade universal do espaço e do tempo introduz, de modo irrevogável, a necessidade de se ater ao entrelaçamento de dois fenômenos emblemáticos, tanto distintivos quanto universalizantes: a formação do estado nacional e a expansão do capitalismo. O adjetivo *nacional* cumpre uma função moral: deve agir em prol da nação, como forma de legitimar o

³⁷ SÜSSEKIND, Flora. Op. cit., p.96.

³⁸ Idem, ibid., p.103.

monopólio da coerção e o caráter prioritariamente intervencionista do aparelhamento do Estado para o exercício das funções de planejamento, organização e controle que a introdução da estrutura capitalista requer.

A experiência da sociedade com as inovações capitalistas, sob esta condição, é conduzida pela aplicação da função reguladora do Estado através de intervenções “civilizatórias” e “pedagógicas” nos espaços urbanos públicos, criando instituições saneadoras do caos social, formadoras de exércitos modernos de soldados adestrados para as fábricas e para as guerras indissociavelmente...³⁹. Poder e controle são as regras desse mecanismo que Foucault chama de *panóptico*:

“O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça.

É polivalente em suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção.

³⁹ HARDMAN, Francisco F. Op. cit., p. 90.

(...) Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado.”⁴⁰

No *panóptico* disciplinar da nação em que se transformavam as cidades, ao lado dessas funções macro-sociais, aprimorava-se também o esquadramento minimalista das condutas individuais,⁴¹ aperfeiçoando, portanto, a idéia de um disciplinamento integral, adequando as relações sociais, afetivas e sexuais aos interesses da nova ordem urbana e da nação, sob os critérios da medicina higienista e da eugenia.

A noção de sexualidade é, nesse esquema, instrumental, pois deixa de ser encarada sob o ponto de vista do psiquismo do indivíduo para ser tomada por critério moralista, segundo o qual o padrão sexual ideal deve atender aos princípios da eugenia e da heterossexualidade monogâmica. O controle da sexualidade, a intervenção sobre a raça e o gênero, conduziria ao aperfeiçoamento racial e moral.⁴²

Dentro da construção institucional da imagem de um Brasil novo, transfusões de saberes eram feitas “*no interior desta utopia autoritária e totalizadora de modernidade*”⁴³; noções de psicanálise foram adaptadas às disciplinas acadêmicas sem restrição, como na criminologia, psicologia social e forense, medicina e higiene mental, segundo pensavam Afrânio Peixoto, Teixeira Brandão e Nina Rodrigues.

Também fora do âmbito acadêmico, especialmente na década de vinte adentro, o higienismo, mescla de higiene mental e sanitarismo, se institucionaliza em Ligas de Higiene Mental (São Paulo e Rio

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões*. (22ª ed.). Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 169-170.

⁴¹ HERSCHMANN, Micael e PEREIRA, Carlos Alberto M. “O Imaginário Moderno no Brasil”. In: *A Invenção do Brasil Moderno. Medicina, Educação e Engenharia nos anos 20-30*. RJ: Rocco, 1994, p.27.

⁴² ANDRADE, Ricardo Sobral de. “Avatares da História da Psicanálise: da medicina social no Brasil à medicina nazista e à medicina romântica alemã”. In: HERSCHMANN, Micael e PEREIRA, Carlos A. M.(orgs.). Op. cit., p.73.

⁴³ Idem, *ibid.*, p.67.

de Janeiro), em obras e revistas que, então, difundem e deturpam as idéias de Freud, enquanto adaptam-nas aos interesses nacionais.⁴⁴

Interessa, sobretudo, destacar não o teor de deturpação que sofreu a psicanálise freudiana ao ser adaptada ao *panóptico* disciplinar, mas sim o fato de que as leituras psicanalíticas, enquanto difundiram o novo saber, interferiram diretamente, sobretudo via medicina higienista, como um dos mais importantes “*instrumentos de diagnóstico da identidade nacional*”, naquilo que poderia significar a mais grave epidemia brasileira e que estaria na raiz de todo o caos social: a degeneração racial. Desse diagnóstico surgem duas estratégias profiláticas com amplo espectro de ação: a eugenia e a rígida formação moral, as quais se traduziriam em políticas culturais de massa relacionadas ao militarismo e às estratégias de arianização.

“A raça brasileira trazia portanto em seu código genético esses atavismos, o que a transformava em uma raça *degenerada*. A eugenia deveria tentar purificá-la, e isto será feito por meio do modelo nazista de *arianização*... Este projeto se aproximará cada vez mais de uma estratégia político-repressiva visando ao controle das classes populares, de seu meio familiar, escolar e profissional.”⁴⁵

Profundamente influenciadoras do pensamento autoritário, as novas formas de interpretar as questões de escolha individual ou social, podem ser percebidas nas teses apoiadas no discurso psicanalítico e pela mentalidade higienista. O ideal de branqueamento tem, com Oliveira Vianna, sua formulação mais sistemática. Sua tese de arianização é emblemática da transição autoritária-racista (1914

⁴⁴ Idem, *ibid.*, pp.67-68.

⁴⁵ Idem, *ibid.*, p.69.

a 1930). Mas todo esse debate em torno da raça não pode, em nenhum momento, desvincular-se da questão da migração (interna e externa), da distribuição da terra e dos movimentos sociais, que no início do século se impunham já, incisivamente.

Assim, segundo o ponto de vista da higiene mental sobre a confluência destes eixos que se mostraram, sobretudo, em “Canudos” e no “Contestado”, o encontro entre um psicótico e uma multidão predisposta ao desequilíbrio desencadearia o fanatismo religioso, mesmo considerando que tal fenômeno se manifesta por conta de “*múltiplas causas*”, requerendo um “*ecletismo necessário*”.

Justifica-se que

“... não é de todo inoportuna a intronissão da psiquiatria no estudo destas misticopatias...E são assim estes loucos religiosos, chefes fanáticos ou portadores de certas neuroses e psicoses - doenças mentais autônomas e perfeitamente diagnosticadas - nas quais se enxertam “delírios de feitiço religioso”, ou são débeis histéricos, de constituição misticopática, esquizóides ou histero-esquizóides. Estudando a personalidade destes chefes, diagnosticando-lhes a sua psicose, muita coisa se compreenderá do movimento criado por eles, e as razões de sua seita reformadora vai-se encontrar muitas vezes nos acidentes que colaboram em sua doença mental.”⁴⁶

O fanatismo é o diagnóstico de uma patologia coletiva, mas o foco da análise é o indivíduo, onde o indício e a marca podem ser apontados e expostos. O exame frenológico é um ponto nodal na fantasia racista da modernidade que parece subsistir como desejo de confirmação quando nos detemos nas

⁴⁶ LUZ, Aujor Ávila da. *Os Fanáticos. Crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*. (2ª ed.) Fpolis: Ed.UFSC, 1999, p. 122.

descrições das cabeças fanáticas dos monges no movimento do “Contestado”. Destacarei duas das descrições de Aujor Ávila da Luz.

Sobre João Maria, o “*primeiro monge*” a aglutinar devotos em torno de sua figura no sertão do “Contestado”, sempre comparado a Antonio Conselheiro, diz o autor:

“Era o monge de estatura meã, entroncado; os cabelos crescidos e encanecidos e a barba cerrada e branca, trazia-as em desalinho; na face enegrecida e tostada pelo sol, os olhos azuis tristes e fundos tinham fulguração estranha de místico: um gorro felpudo na cabeça, umas calças curtas que deixavam à mostra os cordões da ceroula e um paletó curto de riscado de algodão...

A constituição misticopática de João Maria atirou-o no ascetismo; nele cultivou sua mania religiosa que, aliás, nunca alcançou a periculosidade da loucura do Conselheiro; recolhido, isolado das massas – sintoma expressivo de sua doença mental – não as reuniu, não as sublevou, ficando por isto, sendo um messias brando, manso, pacífico...”⁴⁷

Se ao primeiro monge imputava-se características de degeneração mental, em relação ao “*segundo monge*”, José Maria “*o revoltoso*”, aquele que instruiu os devotos na sua organização, recaíam as características de degeneração moral, visíveis pelos estigmas físicos:

“Estigmas físicos de degeneração se patenteiam na fisionomia deste segundo monge: descontando as características raciais do tipo caboclo – tal o era – os seus lábios são grossos, o nariz

⁴⁷ Idem, *ibid.*, pp. 137-149.

grande e achatado, os zigomas salientes, a fronte curta, as orelhas grandes; tipo desempenado, mas baixo e corpulento, a cabeça grande e em desproporção com os membros curtos.

Ex-soldado do Exército, depois praça da polícia do Paraná, da qual desertou; chamando-se Miguel Lucena de Boaventura troca o nome para José Maria: tudo indica o seu temperamento instável. O tipo perfeito do fraudador e mistificador, diz-se irmão do monge João Maria ou ser ele mesmo, deixa crescer a barba para impressionar o povo simples e crédulo, impinge-se como profeta; reivindicador, quer restaurar a monarquia. Instintivo, os delitos sexuais estigmatizam a sua moralidade aberrante. Tudo está a caracterizar em José Maria a sua personalidade de degenerado moral.”⁴⁸

Respalado e considerado “irrefutável” teoricamente, o diagnóstico do fanatismo religioso, baseado em análises frenológicas e com a confluência do discurso psicanalítico, do racismo e da medicina legal, teve com Nina Rodrigues um momento assombroso de ápice e inépcia quando o médico leva ao Rio de Janeiro o crânio de Antônio Conselheiro para uma análise, em busca dos vestígios de degenerescência e loucura. E, quase paradoxalmente, a obstinada canonização de Euclides da Cunha, após a sua trágica morte em 1909, segue pela mesma via, mas na contramão das teses racistas. Afrânio Peixoto, então diretor do Instituto Médico Legal, responsável pelo detalhado atestado de óbito do escritor, também fora responsável pela retirada do cérebro de Euclides para que a genialidade de um mestiço fosse avaliada.⁴⁹

⁴⁸ Idem, *ibid.*, pp.89-90.

⁴⁹ Sobre a vida e obra de Euclides da Cunha e sobre a tradição euclidiana, bem como aos eventos canônicos que cercaram a sua morte, ver: ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. RJ/ Funarte: Rocco, 1998.

II MAQUINISMOS

II.1 A engenharia da transição

Houve, pois, uma troca de paradigma na aventura da intelectualidade brasileira dita moderna. A formação bacharelesca que tivera tanta notoriedade no século XIX era, então, alvo de intensa crítica. A gestão do Estado moderno exige dos seus agentes produtores uma formação particular: o século XX era o momento dos cientistas e engenheiros que, muitas vezes, eram também militares. Tal circunstância infundiu vigor ao nacionalismo intelectual em sua linhagem positivista, que perseguia elucidar os mecanismos que determinassem o perfil do Brasil futuro, com sua identidade racial e cultural.

O mundo das idéias, sob o impacto da ciência e da técnica, articulava em uma linguagem interdisciplinar a força do determinismo, para romper com a mentalidade e as instituições tradicionais vinculadas ao escravismo, ao romantismo e à monarquia. Naturalismo e realismo eram as fórmulas positivistas mais utilizadas para apresentar os princípios da evolução e do progresso. Na literatura como na ciência, destacadamente a influência da linguagem científica na literatura, se observa como o método objetivista e discricionário visava dar conta de sustentar as narrativas coladas à realidade. Assim, a produção cultural como um todo se valia de construções híbridas, misturando às tramas romanescas descrições objetivas segundo as normas e padrões científicos, ao estilo de Afrânio Peixoto em *A Esfinge* (1911).

Entende-se que a literatura impunha-se uma espécie de missão civilizatória, intervindo no processo formador da sociedade moderna como espaço de divulgação e até de vulgarização das teorias

científicas ou do próprio fazer literário, sentida no biologismo de Julio Ribeiro em *A Carne* (1888), ou no determinismo em *O Bom Criolo* (1895) de Adolfo Caminha.¹

Assim, de acordo com Lilia Schwarcz, pela literatura é possível acompanhar os dilemas da ciência, pois nela

“...conceitos e teorias sociais transformavam-se em personagens individuais, máximas científicas em enredos mais ou menos escandalosos. Os pressupostos estavam todos lá – a diferença entre as raças, a fragilidade feminina, a depravação do mestiço – adornados, porém, pelo ilusório descompromisso que só o gênero literário poderia pretender possuir. O temor da miscigenação acelerada se transmutava em esperança de branqueamento, o pessimismo das teorias antropológicas cedia lugar à certeza frente a um progresso irreversível, uma evolução racial cujas etapas encontravam-se previamente determinadas. Assim, se não era através da literatura que se criavam modelos sociais e políticas de intervenção pública, era por meio desses romances naturalistas que se veiculavam representações que rapidamente se transformavam em consensos sociais, consumidos enquanto verdades, não de grupos específicos mas do próprio momento.”²

O novo paradigma da modernidade, pode-se dizer, serviu de orientação das idéias que, disseminadas, nortearam as formas de conhecimento da realidade que produziram os *retratos do Brasil* com que lidamos hoje. Gestado no final do século XIX, e tendo se consolidado ao longo dos anos 20 e 30

¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. “O Olhar naturalista: entre a ruptura e a tradução”. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, 1992, v.35, p.162. A autora se detém na questão da influência do positivismo via naturalismo em várias obras literárias.

² Idem, *ibid.*, p.164.

do século XX, este paradigma se mostrou altamente produtivo fazendo a transição econômica e política - que teve como marcos iniciais a abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889 - no período chamado de República Velha. Após esse período, marcado por disputas de poder regionalizadas e tensões locais conflitivas com o ideal de nação, a transição apresenta ares de ter sido concluída a partir da consolidação de algumas metas significativas para a representação de um Brasil moderno, industrial e urbano que finalmente romperia com um passado rural, escravista e colonial. Assim,

“Ao longo do período 1870 – 1937 assistimos ao desenvolvimento de várias estratégias de construção de um novo ordenamento político-cultural nacional, de uma República capaz de romper com o esquema das oligarquias regionais, consagrando, assim, definitivamente, a emergência de uma sociedade urbano-industrial. A partir da promulgação da Constituição republicana de 1891, evidenciam-se ondas de institucionalização que visavam à implantação de um universo cognitivo modernizante que, em última instância, libertaria o Brasil de seus resquícios rurais-coloniais.”³

Em todo o período de transição impera uma preocupação, fundamental para as elites, de institucionalizar as idéias hegemônicas de civilização e modernidade. Pela via institucional, as idéias hegemônicas tornaram-se conhecimento oficial e saber especializado. A modernidade é impensável sem o

³ HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos Alberto M. Op.cit, p.12.

invólucro institucional que lhe garantiu aplicabilidade, tanto quanto a legitimidade das ações políticas foi garantida pelos rigores da “cientificidade” – leia-se autoridade das idéias científicas.

Segundo Nicolau Sevcenko, o cientificismo nos 1900 se constituía como

“...único meio prático e seguro de reduzir a realidade a leis, conceitos e informações objetivas, as quais, instrumentalizadas pelo cientista sobre o Brasil, seriam a única maneira de garantir uma gestão lúcida e eficiente de seu destino. Desacreditadas as elites tradicionais, só a ciência – e seus prometeus portadores – poderia dar legitimidade ao poder.”⁴

Para corresponder ao objetivo de revolução histórica que se pretendia fazer pela revolução científica, caracterizado pelo apoteótico domínio do darwinismo social, era preciso que as relações humanas fossem mediadas e hierarquizadas pelo controle da técnica com a mesma naturalidade com que se opera a seleção natural, ou seja, que as idéias sobre desigualdade e diferenças culturais legitimassem a mera formalidade do igualitarismo em leis e instituições profundamente excludentes.

Entendo que o paradigma de um Brasil moderno não pôde ou não pode se sustentar sem essas conexões e transferências entre os discursos que são, quase todos, discursos que expressam a vertente autoritária do pensamento moderno.

A história social, naturalizada em suas discrepâncias, poderia ser conduzida e ver programada a sua seletividade pelas novas vanguardas maquinicas, em uma ficção da ciência, em invenções de objetividade, nos critérios que pudessem moldar a nação, para o quê, as teorias raciais tiveram um impressionante aproveitamento.

⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. SP: Brasiliense, 1983, p.85.

O sucesso das teorias raciais deterministas na Europa se devia especialmente à sua função como “*doutrina teórica que dava respaldo a certos modelos e práticas colonialistas em ação*”. O darwinismo social, acolhido com entusiasmo no Brasil, “*carregava consigo a idéia de degeneração racial, por efeito da hibridação, o que implicava dizer que a miscigenação era profundamente deletérea, senão fatal, ao território brasileiro*”.⁵

Assim, a vanguarda maquínica pós-“Canudos” - da qual alguns expoentes são Silvio Romero, Afrânio Peixoto, Nina Rodrigues, Tobias Barreto e Euclides da Cunha -, “caldeadora” das nossas mesclas e que pretendia manejar a hibridação rumo à realização nacionalista dos ideais de unificação racial, territorial e cultural, forneceu justificativas teóricas de práticas colonizadoras e imperialistas quando, para estes intelectuais, o potencial racial se converteu em fundamento de um projeto civilizatório.

Segundo Silvio Romero,

“Manda a verdade, porém, afirmar que uma almejada unidade, só é possível pelo mestiçamento, só se realizará em futuro mais ou menos remoto; pois será mister que se deem poucos cruzamentos dos dois povos inferiores entre si, produzindo-se assim, a natural diminuição destes, e se deem, ao contrário, em escala cada vez maior com indivíduos da raça branca...E, mais ainda, manda a verdade afirmar ser o mestiçamento uma das causas de certa instabilidade moral na população, pela desarmonia das índoles e das aspirações no povo, que traz a dificuldade de formação de um ideal nacional comum.”⁶

⁵ SCHWARCZ, Lília. Op. cit., pp.162-163.

⁶ ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. (4º-ed., 1º-ed. 1888).RJ: José Olympio, 1949, p.p. 294, 296.

A ambigüidade e o transitório são uma espécie de tradução da própria ordem social do momento: entre as oposições raciais, a mestiçagem; entre a exclusão do popular e o elitismo, o dualismo cultural; entre a religião oficial e os “surto” messiânicos, o sincretismo religioso; entre o nacionalismo conservador e o progressista, poderes regionalizados; entre o escravismo e o trabalho assalariado urbano, toda uma ampla zona de transição de relações de trabalho mistas e coloniais no campo, complementares às possibilidades de posse da terra e do emprego nas cidades.

O sertão e o sertanejo figuram, assim, no imaginário cosmopolita, como o pólo oposto, o outro lado e, ao mesmo tempo, como a zona conflituosa em que se produz o contato: a assimilação indispensável e o seu complemento.

O sertanejo brasileiro, como as amplas populações de camponeses latino-americanos, encarna todos os hibridismos, desde o racial e cultural até uma sorte de hibridismo econômico, forjado pelo capitalismo.

Como observa o historiador Tulio Halperin Donghi,

“Se trata de hacer de ese campesino una suerte de híbrido que reúna las ventajas del proletariado moderno (rapidez, eficacia, surgidas no sólo de una voluntad genérica de trabajo, sino también de una actitud racional frente al trabajo) y las del trabajador rural tradicional en America Latina (escasas exigencias en cuanto a salarios y otras recompensas, mansedumbre para aceptar una disciplina que, insuficientemente racionalizada ella misma, incluye vastos márgenes de arbitrariedad).”⁷

⁷ DONGHI, Tulio Halperin. *História contemporânea de América Latina*. Madrid: Alianza Ed., 1969, pp.219-220.

II.2 O sertão do “Contestado” no projeto moderno

Nos sertões do Brasil, as estradas de ferro - entendidas como objetivações clássicas do mundo do trabalho – implantavam a modernidade na sua crueza industrial, que se fazia sentir de forma brutal na intervenção do espaço, no controle do tempo e dos corpos.

“A indústria das estradas de ferro representou uma empresa de grande porte e sua rápida internacionalização, durante a segunda metade do século XIX, foi um dos fatores básicos para que se articulasse de modo pleno o mercado mundial. A história do trabalho vivo que se petrificou nessas colossais obras de engenharia ainda está por ser escrita. Por toda parte, de forma simultânea, batalhões ambulantes de operários foram incorporados para criarem novas paisagens, para traçar novo mapa-múndi decisivo à circulação de mercadorias dali em diante.”⁸

Assim é que a estrada de ferro entra no pedaço de sertão chamado “Contestado”, seguindo uma trajetória e trazendo toda uma carga de significação: fazer a transição de uma sociedade escravocrata, de “raças inferiores e primitivas” à uma sociedade moderna, “civilizada e branca”; fornecer sentido às teorias e sistemas que buscavam sustentar o projeto de transição entre o desconhecido e o conhecido, o impuro e o depurado; enfim, dar conta de superar as formas “híbridas e combinadas”. Os sertanejos do “Contestado” em enfrentamento com os eventos maquínicos - a estrada de ferro, o trabalho compulsório, a perda das terras, o capitalismo, o imperialismo, o ideal nacional da eugenia e a

⁸ HARDMAN, Francisco Foot. Op. cit., p.127.

colonização - vão à guerra, encarnam esse híbrido, como se fossem, para tais teorias científicas, um experimento.

No “Contestado”, apresentam-se os indícios do lugar do “projeto de sertão” na modernidade brasileira como fusão entre interesses imperialistas e políticas de nacionalidade. A expansão capitalista das ferrovias, o trabalho compulsório, a expropriação e a concessão de terras serve aos monopólios estrangeiros mas, também, às políticas nacionais-neocoloniais racistas de eugenia.

Esse projeto de modernidade do sertão no “Contestado” configura-se, pois, como exclusão, degredo e aglutinação dos tipos indesejáveis da nação, que alcança as proporções racistas imperiais que tomaram a construção de ferrovias pelo mundo afora, movendo grandes migrações internacionais de trabalhadores. As “sobras” do sistema fabril, recrutadas compulsoriamente ao mercado de trabalho mundial, foram juntadas à dizimação de populações indígenas na África, Ásia e América Latina. A esse propósito diz Francisco Foot Hardman que

“...nada de especialmente original possui o advento das estradas de ferro no Brasil. É como se um mesmo enredo se passasse, ao mesmo tempo, em diferentes cenários. Mortos no Congo, mortos na Sibéria, mortos na Índia, mortos na Estrada de Ferro D. Pedro II: a classe operária se internacionaliza; as epidemias também.”⁹

Na transição entre os séculos XIX e XX, era esta a ênfase do projeto de modernidade, centrado na implantação maquinica-capitalista. No entanto, o ocidentalismo imperialista reinventaria o projeto de sertão, sem as luzes promissoras do progresso, reduzido a uma forma de racismo puro.

⁹ Idem, *ibid.*, p.128.

Note-se que em 1921, por exemplo, o sertão brasileiro é cogitado como espaço de banimento dos negros norte-americanos.

II.2.1 O “Contestado” no mapa do sertão

O “Contestado” representa um projeto, uma política arbitrária, disciplinadora e concentradora que se inscreve numa conjuntura específica sobre uma formação cultural que, até então, definia-se fundamentalmente pelas *fronteiras de atitude*¹⁰, ou seja, pelos costumes compartilhados num modo de vida em comum que não tinha a determinação da origem mas que, contudo, podiam significar para os grupos sociais a sua territorialidade.

O processo de povoamento do planalto serrano durante o colonialismo, quando este pertencia à então Província de São Paulo, se fez a partir da exclusão. Tornou-se o destino para muitos homens e mulheres que vagavam pelo sertão paulista afora, sem trabalho ou em fuga por crimes cometidos em causa própria ou a mando de coronéis, e remonta às relações de confronto entre essa população migrante e a população indígena Kaingang, nativa, que já se opunha à presença dos imigrantes europeus que colonizaram o litoral e dos bandeirantes que buscavam avançar pelas terras coloniais sertão adentro.

A resistência indígena se constituiu numa primeira *fronteira de atitudes*, entre os nativos e os colonos, sobre as *fronteiras naturais* entre o planalto e o litoral. Uma *fronteira de atitudes* em defesa da sua cultura e de seu espaço, mas que não reteve o projeto colonial na eficácia da territorialização com que fora empregada pelos bandeirantes e jesuítas que percorriam o interior continental desde a província de São Paulo até as *misiones* uruguaias nos 1600.

¹⁰ A noção de “fronteiras de atitude” é de Michel Vovelle. In: *Ideologias e Mentalidades*, (2ª-ed.). São Paulo: Brasiliense, 1991.

Em seguida, o tropeirismo fez do planalto condição de pouso e passagem dos tropeiros entre o Rio Grande e São Paulo, muitos destes tropeiros seja como trabalhadores livres ou fazendeiros, acabaram ficando na região que, então, passava a desenvolver a atividade pecuária em grandes estâncias e o cultivo extensivo da erva mate, aspectos econômicos fundantes de uma estrutura coronelista dentro da ordem escravocrata.

Assim, ao final do século XIX, a região do planalto era habitada por índios guerreiros, tropeiros, homens e mulheres sertanejos pobres e livres, e negros escravos. A sua cultura se constituía mestiça, sincrética e difusa.

Antes de qualquer sentido de comunidade, muitos conflitos violentos e entreveros marcaram a mestiçagem nas primeiras gerações do planalto. Entretanto, o surgimento do sentido de comunidade não pôde ser, ainda no século XIX, supressor da violência, mas sim, a sua resignificação.

A violência, por muitos considerada endêmica nos sertões brasileiros, fora reproduzida socialmente de forma brutal, tal como se deu a invasão dos espaços, a exclusão ou inclusão no processo produtivo e o aviltamento que se impôs pela subserviência aos mandonismos locais por um lado, e ao colonialismo por outro.

No ano de 1908, a articulação genética entre essas duas estruturas de poder –local e colonial – faz chegar ao sertão planaltino, via grupo Farquhar, alguns dos signos da modernidade e da civilização: a estrada de ferro, a serra à motor e a chibata, introduzindo um processo de produção altamente rígido e extenuante, ao qual se juntava a aplicação da violência corporal aos trabalhadores que se rebelavam.

A *Brazil Railway Company* e a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, empresas do referido grupo Farquhar, foram protagonistas da modernização sendo que à primeira, como empreiteira, coube a obra da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande e à segunda, como indústria madeireira e de colonização, coube a exploração das terras devolutas concedidas ao poderoso grupo à margem da estrada de ferro através do contrato com o governo brasileiro, extraíndo madeira nativa,

espoliando e submetendo os trabalhadores a um regime de trabalho semi-escravo em suas serrarias e, paralelamente, promover o assentamento de colonos europeus.

Assim, quando o governo brasileiro decidiu-se em acelerar as morosas obras da ferrovia iniciada em São Paulo, foram contratados cerca de oito mil trabalhadores em todo o Brasil, os quais estiveram alojados às margens da estrada que iriam construir. Depois de concluída a ferrovia, a maior parte dos trabalhadores dispensados continuaram no local como posseiros. Entretanto, como efeito da concessão, o grupo Farquhar tinha o direito de utilizar as terras, cerca de 15 mil km² em ambos os lados da ferrovia, ou seja, milhares de quilômetros quadrados, o que implicou na expulsão violenta de outros milhares de trabalhadores entre posseiros recentes e antigos habitantes.

Durante processo de colonização, nessas mesmas terras, foram fixados como proprietários, colonos alemães, italianos e poloneses que, através de um regime familiar, passariam a produzir os excedentes agrícolas, escoados pela ferrovia, para o abastecimento da região de São Paulo.

Dessa forma, a violência - que até então consistia numa norma de conduta, como regra da vida no sertão, integrada à idéia de valentia dos peões e tropeiros, presente também na faina das lidas diárias e nas gestas - passa a ter uma dimensão sem precedentes para os caboclos sem-terra, marginalizados em todos os níveis de sua existência. A única resposta possível foi articulada contra e dentro da lógica colonial:

“A lógica do colono é implacável, e só se fica desconcertado pela contralógica decifrada na conduta do colonizado na medida em que não se está em dia com os mecanismos do pensamento do colono. Desde o momento em que o colonizado escolhe a

contraviolência, as represálias policiais provocam automaticamente, as represálias das forças nacionais.”¹¹

Concentrados em redutos, os banidos e expropriados se organizaram para recriar o mundo e respondendo à guerra que já vigorava, esperavam a guerra que viria.

A Guerra do Contestado se configurou numa ação nacionalista, através da coerção do exército, contra a revolta dos sem-terra e excluídos sociais, em defesa dos interesses do grupo Farquhar, figurando naquela conjuntura como interesse comum da dupla estrutura nacional-colonial.

Não obstante, as fronteiras dos redutos se fechassem como um cerco e os contatos através delas se precipitassem em rupturas (sociais, econômicas, políticas, culturais...) como experiência corpórea da fragmentação por todas as perdas, os sertanejos voltaram-se para a reorganização da suas *estruturas de sentimentos*, para que um sentido de comunidade se reinscrevesse a partir da consciência de que embora as experiências fossem distintas, a condição em que elas surgiram era compartilhada, o que seria uma forma de consciência de classe, segundo E. P. Thompson.¹²

Penso que a religiosidade, o mito do monge peregrino João Maria e a sacralização dos lugares de sua passagem abriram esse caminho visionário para além da guerra e através dela, rumo às cidades santas, pelo sertão, ao mesmo tempo conhecido e des-conhecido.

O *des-conhecer* está posto pela nova condição de percorrer o sertão desfazendo os projetos anteriores que alimentaram a vinda daqueles milhares de trabalhadores migrantes e muitos andarilhos, e se traduziu na sua diáspora em busca da utopia do novo mundo por uma necessidade de romper as fronteiras do espaço já conhecido, mas profundamente estranho.

¹¹ FANÓN, Franz. *Os Condenados da Terra* (2ª-ed.), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.70.

¹² THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa* (2º- ed.) Vol.1, São Paulo: Paz e Terra, 1987, p.10.

A Guerra do Contestado (1912- 1916) aconteceu no período em que as teorias que embasavam a criação de uma nação moderna precisavam ser comprovadas e, no entanto, eram as contradições do projeto nacional que ela manifestava. Mas o projeto precisava ser vitorioso, as teorias precisavam ser válidas, era a nação que estava em jogo.

II.3 Notas sobre o imperialismo

II.3.1 Missão Brazil Railway no “Contestado”

Desde a concessão do Governo Imperial, feita ao engenheiro Teixeira Soares para a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, até a transferência para o consórcio multinacional (França, Inglaterra e Estados Unidos) em 1906, pouco mais de 130km da obra havia sido concluído, chegando às margens do Iguaçu (PR) em 1908. Neste mesmo ano - em que desaparecera do sertão de serra-acima, o monge João Maria -, o controle acionário da empreiteira da estrada de ferro passava para a *Brazil Railway Company* da cidade de Portland, Estado de Maine, Estados Unidos, sob a administração de Percival Farquhar, que instalava o seu escritório “*em plena zona contestada*”. Segundo Queiroz,

“Em pouco tempo, a *Brazil Railway*, além da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, controlava toda a rede ferroviária gaúcha, geria a sorocabana, possuía vultuosos interesses na Paulista, na Mogiana e na Madeira-Mamoré, obtinha os direitos da Vitória-Minas, dirigia a *Port of Pará* no extremo norte e a Companhia do Porto do Rio Grande do Sul, dispunha de armazéns frigoríficos e indústrias de papel, empresas pecuárias, madeiras, de

colonização, etc. Esse truste era administrado no país por Percival Farquhar.”¹³

Não havia interesse dessa empresa gigantesca em concluir suas obras, pois seu projeto era, ao contrário, lentamente e às custas das benesses do governo brasileiro, estender os seus domínios sobre vastas áreas do Brasil numa “*ocupação imperialista por escalada e por assalto, a realização de um sonho expansionista diante do qual a ambição de Cecil Rhodes pareceria o inócuo projeto de uma partida de esportes.*”¹⁴

Em 1910, por razões de Estado, sejam econômicas ou de segurança nacional, visando ao deslocamento das tropas militares para a *zona contestada* - uma fronteira estratégica na geopolítica latino-americana mas imprecisa juridicamente e minada pela violência de grupos armados por coronéis locais em suas disputas pelos preciosos ervais nativos do planalto serrano -, as obras da estrada de ferro foram aceleradas. Para a conclusão da obra,

“O rebotalho das ruas, malandros e criminosos, gente sem profissão e sem qualquer formação, egressos da Justiça e fugitivos das cadeias, capoeiras afamados e fascinoras de toda a espécie, de todas as procedências, foi o que a Polícia, em suas batidas, recolheu e compulsoriamente deportou para o Contestado, metendo-os, sem possibilidade de fuga, no mato, para obrigá-los

¹³ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social*, (2ª-ed.) SP: Ática, 1977, p.69.

¹⁴ TORRES, Alberto. *O Problema Nacional* (RJ:1914), p 134, apud QUEIROZ, Maurício V., op. cit., p.70. A opinião de Alberto Torres marca a oposição nacionalista ao imperialismo naquele contexto. As idéias de Alberto Torres, um “precursor da ideologia do Estado autoritário, para quem o Brasil seria um país de vocação agrícola” é sintomática de um projeto político que se tornaria hegemônico na década de 30. In: SILVA, Ricardo V. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Tese de doutorado, UNICAMP, 1998, p.141.

ao trabalho necessário. Ao lado destes, tentados pelos elevados salários prometidos, aventureiros alistaram-se nas hostes do Engenheiro Saldanha, para assentarem os trilhos da São Paulo – Rio Grande.”¹⁵

O imperialismo americano demonstra o seu caráter na figura de Percival Farquhar, cujo empreendimento “*obsuro e assombroso*” tem a plena condição de “*emitir quantidade prodigiosa de títulos sobre títulos, ações sobre ações, obrigações sobre obrigações*” ao mesmo tempo em que mostra “*o mais temerário que tenha jamais saído de um cérebro yankee*”, tanto que poderia – como de fato ocorreu – se transformar “*na maior falência of the world*”.¹⁶ (grifos do autor)

Foi no período de trânsito entre dois séculos, período de triunfos imperiais, que grupos americanos, franceses, holandeses e ingleses, conseguiram o monopólio em setores estratégicos como energia elétrica, exploração mineral, extração de madeira e transportes. O caso mais notório foi o do grupo Farquhar, que controlou diversas companhias instaladas pelo sertão brasileiro adentro. A missão Farquhar, como afirma Edgard Carone, iniciou-se através do monopólio da produção do ferro pela *Itabira Iron* em Minas Gerais, momento em que a companhia estabeleceu-se sob controle americano, mas ainda com capitais europeus. Entretanto, continua Carone,

“ Em 1910, Farquhar compra a maioria das ações da Estrada de Ferro Vitória-Minas; depois funda a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, para controle da madeira no Contestado; em 1911, consegue concessão de 7,5 quilômetros de cada lado da

¹⁵ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A Campanha do Contestado*. Fpolis: Lunardelli, 1979, pp.100-101.

¹⁶ Comentários do jornalista econômico francês H. A. Bromberger na publicação “*Moniteur Économique et Financier*” de Paris, em 1913, sobre a Brazil Railway. Apud: FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A Ferrovia do diabo*. São Paulo: Melhoramentos, 1981, p.306.

estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul. De 1912 a 1920, este grupo imenso e complexo, que consegue os privilégios mas não pode pô-los em prática devido à falta de capitais, periclita e vive de favores governamentais de Wenceslau Brás e Epitácio Pessoa.”¹⁷

Somente em 1939, conclui o autor, “*se cancela um dos contratos mais escandalosos da primeira República.*”¹⁸

II.3.2 Conjuntura e Mundialidade

Nicolau Sevcenko sublinha o papel da Primeira Guerra Mundial no imaginário cosmopolita da intelectualidade na primeira república, mostrando que, no amplo apoio aos aliados, havia uma afinidade com as idéias e aspirações européias. Nota-se uma preocupação com a “mundialidade” dos fenômenos, que justificam relações coloniais mantidas e uma preocupação em aplicar, localmente, teorias eurocêntricas.¹⁹

Já, segundo Thomas Skidmore, a influência da Primeira Guerra no imaginário republicano serviu para reforçar o apelo ao patriotismo, à consciência da necessidade de inclusão racial à nação, enfatizada pela tensão local entre os pró-aliados e a germanidade das colônias sulinas.²⁰ O Brasil tinha território, mas ainda não expressava uma nação. Estas não eram, em última análise, questões consecutivas: a partir da unidade territorial não necessariamente viria a realidade da nação.

¹⁷ Idem, *ibid.*, pp.142-143.

¹⁸ Idem, *ibid.*, p.143.

¹⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Op.cit.*, p. 107.

²⁰ SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco, raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. RJ: Paz e terra, 1976, pp. 167-19

A conjuntura internacional criava abalos capazes de abafar a Guerra do Contestado, ou de, pelo menos, dividir com ela a prioridade conjuntural. O próprio tenente Herculano D'Assumpção, comandante de tropas militares no momento de recrudescimento do exército contra o movimento sertanejo, já no final da Guerra do Contestado, demonstra uma preocupação com a mundialidade da Guerra européia e seus possíveis desdobramentos em solo brasileiro e com a possível entrada do Brasil na Guerra Mundial em apoio aos aliados. Assim, quando pisou nas colônias alemãs do Vale do Itajaí, notadamente na passagem das tropas comandadas por ele pela cidade de Blumenau, o tenente produziu um relatório breve, mas com informações interessantes do ponto de vista estratégico, e o fez com uma justificativa direta e cuidadosa mesmo que fosse ambígua, pois o “Contestado” era, antes, uma questão geopolítica latino-americana:

“O terreno percorrido tem extremado valor sob o ponto de vista militar. Na hyphotese de uma guerra externa, elle poderá mesmo representar papel de summa importancia.”²¹

No entanto, a simultaneidade das duas guerras era, em si, uma conjuntura favorável para a geopolítica brasileira conduzida, à época, pelo Barão do Rio Branco.

Rio Branco intensionava fortalecer a política da amizade com os E.U.A., procurando a vertente das semelhanças com aquele país. Assim, a entrada na Guerra era desejada como um meio de expor aos E.U.A. e à Europa o lado progressista “americano” do Brasil e impor a sua superioridade aos vizinhos latinos.²²

²¹ D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *A Campanha do Contestado (as operações da columna sul)*, vol.1, Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1917, p. 53.

²² SKIDMORE, Thomas, op. cit., pp.178-179.

II.3.3 Geopolítica

A questão de limites teve importância menor no conflito do “Contestado”, segundo entendem alguns autores. No entanto, penso que essa questão foi relevante e muito bem aproveitada para as aspirações de Rio Branco - que personificava a manutenção dos interesses geopolíticos do Brasil tanto na monarquia como na República -, principalmente quanto aos enlaces com o imperialismo norte-americano.

A geopolítica nacional é um produto da história e da geografia coloniais. Pela figura do “Contestado” podemos entender um outro nível de articulação geopolítica entre o projeto colonialista e nacionalista e o imperialista. Assim, o “Contestado” vem ratificar estes níveis de intervenção e dominação.

A chamada Questão de Limites do “Contestado” - como ficou conhecida a disputa entre Brasil e Argentina pelo território das Misiones, área fronteira entre os dois países e de encontro entre culturas diversas (hispanos, lusos, índios e negros, principalmente) e de intensa mestiçagem -, foi uma prática de territorialização geopolítica e cultural do investimento nacionalista brasileiro e argentino, que se inscreveu inicialmente entre 1881 e 1895, como disputa pela expansão das fronteiras nacionais entre ambos os Estados.

A causa em questão fora arbitrada pelo então Presidente dos E.U.A. Grover Cleveland. Os E.U.A., nessa época pretendiam ser reconhecidos como uma instância imperialista de decisão, intervenção e sanção sobre as decisões dos países da América Latina. Vale lembrar que a intervenção na Venezuela é contemporânea da arbitragem sobre a disputa do “Contestado”. Do arbítrio saíram vitoriosos o Brasil e os próprios E.U.A., o primeiro por ter se constituído, indiscutivelmente, num país continental de território contínuo e idioma dominante, condição que o tornava capaz de exercer a hegemonia na América Latina, afeita ao paradigma do “Destino Manifesto”, o discurso da anexação dos territórios indígenas do Oeste da América do Norte e de parte do México pelos E.U.A.; o segundo, por que teria no

Brasil um poderoso aliado, na construção de uma legitimidade moral da sua política imperialista para a América Latina, segundo versava a “Doutrina Monroe”. Esta é uma associação aparentemente fácil, mas de grande importância dentro das estruturas imperiais, pois, como adverte Edward Said, basicamente, “o imperialismo significa pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros.”²³

A defesa do direito de anexação ao Brasil do território contestado das Misiones fora apresentada nos E.U.A. por um diplomata monarquista a serviço da República, o Barão do Rio Branco que, com sua equipe apresentou uma

“Exposição Histórico-Jurídica com teor imbatível para os interesses brasileiros, constituídas por tomos em português e em inglês, apêndices de documentos, 39 mapas precedidos de notícias, 29 mapas maiores e três outros mapas. O memorial foi entregue na Secretaria de Estado dos E.U.A. às 12 horas do dia 10 de fevereiro (1894), pronto para o arbitramento.”²⁴

No entanto, mesmo em meio a todo um arsenal de provas, o peso documental maior coube ao Mapa das Cortes (1749), o qual serviu de base para o Tratado de Madri (1750) – o primeiro acordo de fronteiras sobre a Bacia do Prata entre Portugal e Espanha - e prova do “*usi possidetis*” do Brasil desde os tempos coloniais²⁵, não importando que em tempos mais recentes, o território das Misiones houvesse se constituído numa região heterogênea, transnacional e de ampla mescla cultural.

²³ SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*, SP: Cia das Letras, 1995, p. 37.

²⁴ THOMÉ, Nilson. *Rio Branco e o Contestado. Questão de Limites Brasil – Argentina*. Caçador: Incon Ed., 1993, p.52.

²⁵ Idem, *ibid.*, p.48.

Desse modo, o Tratado de Madri torna visível, sobretudo, a ligação da geopolítica com intervenções territoriais confirmatórias e de dominação racial. A formação das nações - território, raça e cultura -, aproveita-se totalmente desses pressupostos.

O Brasil, com Rio Branco à frente, continuaria confinando sob o “*espaldão dos Andes*” os países da fronteira Norte. O Barão, que foi Ministro das Relações Exteriores de 1902 a 1914, atuou ainda, de 1904 a 1909, na disputa de limites do Brasil com o Peru, uma questão resolvida, mais uma vez, baseada no “*uti possidetis*”, envolvendo disputas anteriores entre Peru e Bolívia, e Brasil e Bolívia sobre o território do Acre.

Euclides da Cunha, engenheiro-cartógrafo, entusiasta de Rio Branco, um grande conhecedor do seu ofício e do papel que o Tratado da Conquista Ibérica de 1750 desempenhava na definição territorial das formações nacionais e culturais latino-americanas, adverte:

“O Tratado de 1750 surgiu imposto por estas conjunturas prementes, que ele mesmo denuncia. Foi a glorificação da mais extraordinária marcha colonizadora que se conhece, desencadeada para o poente e apisoando os mais rígidos convênios que se pactuaram entre Tordesilhas e Utrecht. Sancionou o triunfo de uma raça sobre outra. O que se viu, concretamente, maciçamente, depois da sua assinatura, sob o carimbo esmagador do fato consumado, foi que uma crescera, triplicando os primitivos domínios, e que a outra diminuía, ou recuara, a abrigar-se, assombrada, no espaldão dos Andes.”²⁶

²⁶ CUNHA, Euclides da, Op. cit., p. 816.

Já resolvida no panorama geopolítico latino-americano, a questão dos limites do “Contestado”, tornada assunto interno, perdurou ainda longamente, de 1904 a 1916:

“E agora as razões mais fortes e concretas justificavam o interesse pela ampliação territorial: a Constituição de 1891 assegurava aos Estados o direito, dentre outros, para decretar impostos sobre exportações de mercadorias de sua própria propriedade e sobre indústrias e profissões.

O problema foi submetido ao Supremo Tribunal Federal que, em 1904, dá ganho de causa a Santa Catarina. Como o Paraná interpôs recurso a tal decisão, volta o Supremo Tribunal Federal a pronunciar-se em 1909, novamente favorável a Santa Catarina. Ainda um terceiro e último pronunciamento se verifica, em 1910, quando aquela Corte rejeita os embargos propostos por Rui Barbosa, que advogou a causa paranaense. Face à intransigência do Paraná, a questão arrasta-se até 20 de outubro de 1916, quando os governadores de ambos os Estados, Felipe Schmidt (SC) e Afonso Camargo (PR), mediados pelo presidente da República Wenceslau Brás, assinam um Acordo, findando o prolongado litígio e estabelecendo os limites atuais entre as partes até então discordantes.”²⁷

A Guerra do Contestado termina no mesmo ano da assinatura do acordo, mas os limites do acontecimento não se confinavam às fronteiras acertadas; o evento bélico figuraria no mapa do Brasil, como um dos projetos de sertão em que se articularam o imperialismo com todos os seus níveis de

²⁷ AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*, Fpolis: Ed.UFSC/ Cortez, 1984, pp.26-27.

influência à máquina de guerra do Estado, esta muito bem azeitada pelo imaginário de uma conjuntura mundializada, favorável às ambições de modernização e de prestígio do Exército.

Essa articulação nebulosa é revisada por Donaldo Schüler em *Império Caboclo* (1994), na passagem em que Setembrino de Carvalho encontra-se com o alto comando do Governo Republicano na figura de Pinheiro Machado. Em “*Setembrino de Carvalho no Morro das Garças*”, o General Setembrino, que assumiu o comando das tropas oficiais em setembro de 1914, em meio às vitórias dos sertanejos e o “*pânico disseminado quer junto ao efetivo policial, quer junto à população civil*”²⁸, dá mostras de que entra na guerra disposto a não só acionar toda a estrutura de poder e controle sobre a insurreição armada, como também pretende criá-la, torná-la moderna. No diálogo, a visão do exército: através da guerra local, a modernidade aqui e agora; a visão do Estado: a modernidade-figuração, visitada na “guerra mundial”.

“- Me pedes sete mil homens e o que mais?

- Fardamentos, capotes e botinas para enfrentar lama e frio, alimentação saudável e farta. Quero fuzis, metralhadoras, canhões. Quero o que há de mais moderno. Não esqueça que eles estão lutando com armas que as nossas forças abandonaram. Preciso de poder de fogo mais eficiente que o deles. E quero avião Enlouqueceste. Onde é que eu vou arranjar avião?

- Fala com o teu amigo Farquhar, que ele te dá.

- Mesmo que eu consiga avião, cadê aviador?

- Manda buscar nos Estados Unidos.

- O que você vai fazer com avião, homem? Vai gritar lá de cima que se rendam?

- Você conhece o Sul, Pinheiro. Não é preciso eu te ensinar. Em Santa Catarina, a estrada de ferro atravessa uma floresta com

troncos de mais de quinhentos anos. A floresta é uma fortaleza. Atrás de cada pinheiro espia um jagunço. Matam soldados até a porrete. Quero localizar os redutos. Levo cartógrafos para confeccionar mapas. Enviar tropas para a Europa é mais econômico e dá mais prestígio.”²⁹

Na estratégia de Setembrino para a intervenção no “Contestado”, está toda a estrutura de uma guerra moderna que, desde 1914, se não supera o entrenchement, o combate no solo, *o pelear cara a cara*, introduz em seu auxílio uma outra visão, capaz de aprimorar a sua eficácia.

“ A partir de então aviação aérea escapa à visão euclidiana tão fortemente experimentada pelos combatentes nas trincheiras. A aviação abre túneis endoscópicos, é o acesso mais surpreendente possível à visão topológica, ao ‘ponto cego’ antevisto nas atrações dos parques de diversões do século anterior, nas rodas-gigantes e mais tarde nas montanhas russas e em outras diversões presentes, por exemplo, na Berlim do pós-guerra.”³⁰

Através da fotografia aérea, com suas *imagens-clichês* seqüenciadas, acionadas mecanicamente, se produziria o distanciamento do olhar sobre a guerra, olhar esse apartado do cheiro da guerra, dos olhos do inimigo e fora do seu alcance. O inimigo está, enfim, confinado, exposto. Está num terreno cartografado.

²⁸ Idem, *ibid.*, p.128.

²⁹ SCHÜLER, Donaldo. *Império Caboclo*. Fpolis: Ed.UFSC / Porto Alegre: Movimento, 1994, p. 181.

³⁰ VIRILIO, Paul. *Guerra e Cinema*. São Paulo: Scritta, 1993, p.35.

II.4 Militarização e racismo

Apesar dos intelectuais que defendiam a brasilidade multiracial construindo estereótipos auspiciosos, como Gilberto Freire, com o seu elogio à mestiçagem, mantém-se no Brasil republicano uma geopolítica racista, aliando interesses nacionais, coloniais e imperiais.³¹ No tenso período em que ocorreu a Guerra do Contestado, era do governo Wenceslau Brás, os movimentos militares tornam-se críticos, massificados, reivindicativos e corporativos, mas não populares, no sentido de que mantinham-se com uma identidade própria em relação aos movimentos civis, e aos movimentos operários.³² Não obstante o esquema corporativo, a mentalidade patriótica e a missão civilizatória sobre a população e também em relação às elites do poder se sobressaem. Estas últimas seriam o alvo da crítica do Tenente Herculano Teixeira D'Assumpção, que era também um positivista, membro efetivo do Instituto Historico e Geographico de Minas, participante da comissão de arqueologia, etnografia e línguas indígenas e da comissão técnica do 6º Congresso de Geografia. Escreveu ele em seu relatório:

“A Campanha do Contestado deve figurar na Historia com todos os seus detalhes. Acompanhando com interesse a descripção de suas minucias, melhor se firmará no espirito publico a convicção de que extraordinarios foram os esforços expedidos pelo Exercito na manutenção da ordem nos sertões do sul, então subvertida por milhares de homens desorientados por uma crença aberrante dos menores vislumbres da razão; e na mente dos nossos dirigentes mais pesará a responsabilidade dessas occurrencias anormaes e lamentaveis, provenientes da cancerosa chaga do analphabetismo

³¹ SKIDMORE, Thomas. Op. cit., pp.211.

³² CARONE, Edgard. Op. cit., pp.181, 306.

³³ D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. Op. cit., prefácio, p.1.

que se estende por todo o territorio nacional, onde não chegam os bafejos saneadores da civilização hodierna. O grito de protesto contra tão triste situação, tendo como única origem a ignorancia absoluta dos nossos sertanejos, echoará nos ouvidos dos atuais homens publicos e continuará, com a mesma ascendencia moral que lhe empresta a justiça, a produzir beneficos efeitos entre os posteros, - os futuros detentores dos poderes publicos...E para dizer verdades taes, preciso appellar, com energia, para a serenidade imparcial do relator, calcando, constrangido, no amago da minha alma de patriota crente e convencido, o orgulho nacional!”³³

Nesse texto, nota-se como o militarismo era uma mentalidade que se adequava à carreira profissional da elite positivista, para quem a missão patriótica e civilizatória devia atingir a todos os estratos sociais. No entanto, a população pobre, excluída e mestiça era o alvo principal dessa mentalidade que para ela vigorava amplamente, dentro e fora da corporação, pois

“Divisava-se o caldeamento em que ia se processando a formação da raça brasileira, com seus tipos variados: crioulos, cafuzos, mulatos, cabrochas, brancos. Muitos combalidos pela malária, verminose, alimentação inadequada ou insuficiente, analfabetos, tristes... Os que sentavam praça faziam-no como meio de vida, ou impelidos pelos pais, como castigo. Não se podia selecionar, devido à falta de gente, nem onde buscá-la. Rejeita-los, seria deixar sem efetivos a unidade.”³⁴

³⁴ Cit. Ademar de Brito, 652º Batalhão de Caçadores e a 3ª Cia de Metralhadoras Pesadas, in: Mal. E. Leitão de Carvalho, *Memórias*, p.159; Gal. Demerval Peixoto, *Memórias de um Velho Soldado*, pp. 72-73, apud CARONE,

O militarismo, identificado com a missão civilizatória da burguesia nacional, tinha, no binômio “comandar e instruir”, contido em esquema os princípios de disciplina social, hierarquia intelectual e moral, de higienismo, eugenia e patriotismo que corresponderiam à idéia de uma sociedade tanto mais depurada quanto mais fosse militarizada.

Assim explica Olavo Bilac, um defensor da militarização social:

“ Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória; a regeneração muscular e a psíquica obrigatória. As cidades estão cheias de ociosos descalços, maltrapilhos, inimigos da carta de “a b c” e do banho, - animais brutos, que de homens têm apenas a aparência e a maldade. Para esses rebotalhos da sociedade a caserna seria a salvação. A caserna é um filtro admirável, em que os homens se depuram e apuram: dela saíam conscientes, dignos brasileiros, esses infelizes sem consciência”... ³⁵

Boa parte dos intelectuais de peso, ligados à corrente positivista e à tradição liberal, sob o apanágio de Miguel Calmon e Olavo Bilac, explicitou o projeto patriótico do militarismo social através da formação da Liga de Defesa Nacional (RJ) e Liga Nacionalista (SP) que reuniam militares de carreira e

Edgard. Op. cit., p.358

³⁵ BILAC, Olavo. *A Defesa Nacional*, p.6-7, apud CARONE, Edgard. Op. cit., p.166.

intelectuais simpáticos ao militarismo. Os discursos batiam de frente com as retrógradas oligarquias rurais que, cada vez menos identificadas com grupos políticos e econômicos³⁶ e embasadas no renovado liberalismo jurídico, empenhavam-se numa campanha pela “*purificação do voto*”.

“Afinal não é este o traço fundamental da classe ? Somente a burguesia tem capacidade para dirigir a Nação, compreendê-la, estudá-la e orientá-la. Para isto, é necessário afastar os Estados atrasados, econômica e socialmente, como também as classes ‘impuras’. O darwinismo, dos mais aptos, se impõe como medida profilática.”³⁷

Embora intensamente aplicados nas cidades litorâneas, como projeto prioritariamente urbano, o racismo e a violência militarizada eram práticas comuns nas áreas de colonização européia próximas ao *território contestado* pelo Paraná e Santa Catarina.

Desde os tempos do Império, os imigrantes europeus no interior dos dois estados, em relação aos índios, tinham a mesma atitude que os luso-brasileiros do litoral em relação aos negros e mestiços. No Vale do Itajaí,

“guarnições militares foram instaladas pelo governo da província

ao longo daquele rio e de seus afluentes, à medida que aumentava o número de colonos alemães, italianos e escravos. As companhias de colonização e o governo de Santa Catarina pagavam grupos de assassinos profissionais, os chamados bugreiros, que se

³⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem, a elite político-imperial*. RJ: Campus, 1980, p.152.

³⁷ CARONE, Edgard. Op. cit., p.176.

especializaram no extermínio dos xokleng. O município de Blumenau também mantinha verbas destinadas a tal fim. Isso perdurou até a República. Os governos do Paraná e Santa Catarina, no início do século XX, ainda mantinham verbas dedicadas aos bugreiros.”³⁸

O aperfeiçoamento da idéia de depuração se dá pela introdução das idéias de arianização ao modelo de disciplina higienista já consolidado no serviço militar brasileiro. Envolvido diretamente com os modelos neo-coloniais de que se servia o imperialismo, e interessado em incorporá-los às forças armadas, o Barão do Rio Branco, entre 1906 e 1910, envia turmas

“ para estágios no exército prussiano, numa época em que o exército e o poderio alemão estão no auge. O contato com a técnica militar alemã já se faz sentir desde o começo do século, com a construção do Arsenal, da Fábrica de cartuchos de Piquete e de algumas fortalezas; agora, adquirem-se armamentos como fuzis e canhões Krupp, todos de último tipo.”³⁹

No governo subsequente, com Hermes da Fonseca, a ida de novas turmas à Alemanha e a compra de armamentos se intensifica tanto quanto as simpatias pelas teorias e práticas militares alemãs. Esse estreitamento das afinidades provocou reações e perseguições contra os que tentaram introduzir as novas técnicas.⁴⁰

³⁸ LEONARDI, Victor. Op. cit., p.87.

³⁹ CARONE, Edgard. Op. cit., p.354.

⁴⁰ Idem, *ibid*, p.p.354-355.

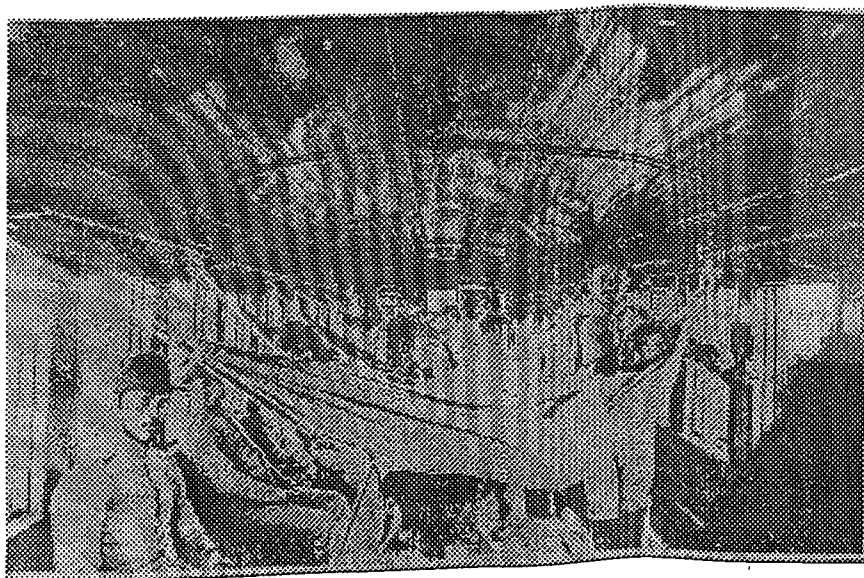
De qualquer modo, a partir da década de 1910, o militarismo, germanófago ou não, produzia seu efeito depurativo amparado numa sociedade conivente com os recrutamentos compulsórios e a violência nas forças armadas co-extensivo do racismo e do controle social:

“Em 1910, calcula-se que as guarnições compõem-se de 50% de negros, 30 de mulatos, 10 de caboclos e 10 de brancos. Parte destes elementos são recrutados à força, principalmente arrebanhando-se órfãos; ou são crianças de mau comportamento e desajustadas, obrigadas pelos pais a se engajar; ou criminosos e ladrões, forçados a entrar na marinha como solução final. Aí eles permanecem obrigatoriamente 15 anos, nem que sejam indisciplinados reincidentes. Vivem, em geral, dentro de um clima de hostilidade, distanciados dos oficiais, que só enxergam do ponto de vista de sua própria posição aristocrática. O castigo e a chibata são as soluções apresentadas para todos os males. O ‘temor do castigo’ é remédio para os ‘negros...mal-encarados, com todos os signos deprimentes das mais atrasadas nações africanas’; e “enquanto persistirem os costumes e a moral atualmente reinantes nos navios, a chibata é literalmente indispensável. Proibi-la é ameaçar a vida dos oficiais e abrir a porta à indisciplina”; enquanto “a guarnição for o esgoto da sociedade, a disciplina, a ordem e a segurança têm os seus direitos e a chibata o seu lugar.” ⁴¹

⁴¹ Cit. Retiradas de MOREL, Edmar in: *A Revolta da Chibata* e COSTA, M. E. Porto, in: *Apontamentos para a História da República dos Estados Unidos do Brasil*, apud CARONE, Edgard. Op. cit., p.374.

Desde pelo menos 1890, vigorava ao extremo a violência e a humilhação que foram fermentando a raiva e a repulsa nos soldados. Contidas até 1910, explodem em conflitos e revoltas. A Revolta da Chibata é a mais célebre dessas revoltas e fora sucedida por outras em 1911, 1912, 1915 e 1917.⁴² Houve também muitas deserções. Sabe-se que muitos desses desertores, já estigmatizados e marcados física e moralmente, aventuraram-se em fuga pelos sertões. Reuniram-se, forçados ou voluntariamente, em frentes de trabalho como as estradas de ferro, ou em milícias pagas por coronéis para grilagem de terras. Vieram para o “Contestado”, e aqui juntaram as suas cicatrizes às dos índios e mestiços expropriados.

As fotografias a seguir mostram, num vagão de trem e no hospital militar, soldados negros e mestiços feridos na Guerra do Contestado.



⁴² Idem, *ibid.*, pp. 375, 376.



Fonte: Fundação Roberto Marinho / 1987.

II.5 A militarização como tecnologia da formação do “jagunço”

A dura disciplina dos redutos era uma extensão e uma diferença da disciplina militar dos quartéis. Formou-se um exército imbatível, audacioso, ambicioso e cruel ao apresentar ao inimigo a sua predestinação de construção do “Império Sul-brasileiro”. Diferente da militaridade do exército oficial, na organização sertaneja,

“A disciplina militar não é mais um simples meio de impedir a pilhagem, a deserção, ou a desobediência das tropas; torna-se uma técnica de base para que o exército exista, não mais como uma multidão ajustada, mas como uma unidade que tira dessa mesma unidade uma majoração de forças; a disciplina faz crescer

a habilidade de cada um, coordena essas habilidades, acelera os movimentos, multiplica a potência de fogo, alarga as frentes de ataque sem lhes diminuir o vigor, aumenta as capacidades de resistência, etc.”⁴³

Entretanto, a diferença não constrói a ruptura. Uma extensão entre ambas as condutas disciplinares é propiciada, possivelmente pela experiência de muitos desertores e ex-soldados, dentre os quais o monge José Maria. Idênticos aos castigos corporais aplicados aos soldados no exército, eram os aplicados dentro dos redutos. Os soldados eram submetidos a castigos corporais, entre os quais predominavam as surras com espadas sem corte:

“a tropa se reúne, o culpado no centro; dois soldados, com espadas flexíveis e sem corte, desferem-lhe pancadas no dorso nu, enquanto a banda toca músicas alegres para abafar os gemidos. As feridas sangram, o soldado desmaia; o médico toma-lhe o pulso e, mesmo estando ele inconsciente, manda que continuem o castigo...Com o tempo, as espadas vão sendo substituídas por varas de marmelo, e os quartéis conservam estoques em lugares reservados.”⁴⁴

Mentor e organizador dos “quadros santos” onde se a realizava a “forma”, o Monge José Maria reunira em torno de si os Pares de França, homens valentes, com experiência de briga e uso de armas, os quais adestrava para a guerra em treinos diários. Aprendizado de guerrilha e rituais de fé, rezas e castigos corporais violentos, adestravam também o espírito dos soldados. Marli Auras chama a esse

⁴³ FOUCAULT, Michel. Op.cit., p. 173.

⁴⁴ CARONE, Edgard. Op. cit., p.360.

conjunto de práticas realizadas diariamente - desde os tempos de José Maria até o fim da Guerra do Contestado na prática da “forma”-, de “momento pedagógico” e, de fato era esse o momento de instruir e mostrar as posições de mando.

Baseada no que diz a autora sobre essa função pedagógica, percebo que aquilo que imprime sentido ao evento é justamente sua semelhança com o aquartelamento.

“Para a realização da forma, os caboclos desenvolveram todo um ordenamento interno, acatado pelo conjunto de modo disciplinado. Tal ordenamento era religiosamente seguido sempre que a forma ocorria, em qualquer dos redutos.

Dispostos em fileiras que constituíam um quadrado de maior ou menor tamanho (dependendo da quantidade de pessoas existentes na “cidade santa”), bem em frente à igreja ficava o comandante, à esquerda os homens, à direita as mulheres e as crianças e entre eles, no lado oposto ao do comandante, os “pares de França”. Havia uma participação ativa de todos nos vivas a São João Maria, a São Sebastião, à Monarquia, no ato de ouvir com atenção e acatar diligentemente as instruções e as ordens do comandante.

Era durante a forma que o comandante transmitia para o conjunto as mensagens que recebia do monge. A partir de Manoel, como já vimos, essas mensagens passavam pelo crivo do “conselho de segurança” antes de serem comunicadas a todos.”⁴⁵

⁴⁵ AURAS, Marli. Op. cit., p.158.

O conselho de segurança eram os doze pares de França, com quem Manoel, de certo modo, dividia a responsabilidade de governar os destinos do reduto de Caraguatá, numa modificação da hierarquia inicial do movimento. Antes de passar a público, Manoel manifestava ao conselho a mensagem que recebia do Monge. Recebia?

“Era durante a forma que Manoel aplicava uma surra corretiva naquele que, cético, ousasse ter dúvidas da presença de José Maria.”⁴⁶

O fundamental para a coesão interna do movimento, centralizada no chefe mediador, representante, executor de penas, era a exemplaridade, a eficácia simbólica.

“Quando Manuel se colocava diante dos doze pares com o chicote na mão, os infratores se dobravam voluntariamente diante do chefe. Nós pedíamos o castigo por faltas antigas e recentes. Apanhávamos e nos retirávamos agradecidos e aliviados, purificados pelos flagelos.”⁴⁷

Os fiéis aprendiam pela fé, mas os chefes educavam pelo que haviam recebido do mestre José Maria, e que não era a sua santidade, mas a sua disciplina militar.

“José Maria fez avançar a organização dos sertanejos, transmitindo-lhes um saber instrumentalizador. Ao contrário de

⁴⁶ Idem, *ibid.*, p. 159.

⁴⁷ SCHÜLER, Donaldo. *Op. cit.*, p. 75.

João, permite que fiquem ao seu redor (muitos não têm mesmo para onde ir), lançando as bases do que seria o reduto. Juntamente com as receitas e ervas medicinais, distribuía rezas manuscritas que circularam intensamente pelo planalto durante o Contestado, pois os caboclos acreditavam que elas dispunham de forças sobrenaturais que os protegeriam dos piores males. José Maria – um dos poucos alfabetizados do interior – lia para os seus seguidores longos trechos das façanhas do Imperador Carlos Magno e seus Doze Pares de França. Espelhando-se nestas leituras, o monge seleciona 24 robustos e valentes sertanejos, cada qual com um ágil cavalo, e organiza os 12 pares de França nos sertões contestados. Como possuía experiência no uso de armas, ensinava seus Pares de França a manejar as armas disponíveis, inclusive facões e espadas de pau que passaram a ser fabricadas pelos próprios caboclos, utilizando as madeiras mais resistentes da região. Coube também a José Maria reunir, num clima de festa, todos os que estavam com ele, dando início à organização da cerimônia da forma.”⁴⁸

O olhar que vê aberrância e exceção na disciplina dos redutos, que procura no antagonismo entre o exército brasileiro e o exército de São Sebastião a distinção entre sanidade da correção patriótica e a doença da escória social, o produto da eficácia disciplinar do militarismo contra a indolência, o banditismo, a loucura coletiva, não vê que a disciplina militarizada dos redutos é o efeito de poder da excessiva racionalização, donde surge o puro irracional. Não é da pura irracionalidade que se nutrem as

⁴⁸ AURAS, Marli. Op. cit., pp.161-162.

regras dos redutos, mas da maior racionalidade à que chegou o modelo social do período, a militarização como controle social.

Toda racionalidade excessiva é uma visão particular levada ao extremo – é o etnocentrismo tomado como universalismo -, a excessiva racionalidade no uso do poder leva ao abuso de poder; quando este está disseminado na sociedade, leva a crer que se opõe a irracionaisismos de grupos isolados.

Assim, a excessiva racionalização e o abuso de poder são relações evidentes nas políticas autoritárias e totalitárias e nutrem-se sobretudo da criação da irracionalidade.

Como nos lembra Foucault, investigar as relações entre racionalização e poder não encontra o seu nexo na racionalidade ou no poder em si mesmos, não no discurso em causa própria, mas em relações específicas, localizadas especialmente onde ocorrem resistências ao poder:

“consiste em utilizar tales resistencias como un catalizador químico com el fin de poner al descubierto las relaciones de poder, situarlas en su verdadera posición, descubrir sus puntos de aplicación y los métodos que emplea. Mas que analizar el poder desde el punto de vista de su racionalidad interna, se trataría de analizar las relaciones de poder através de antagonismos de las estrategias.”⁴⁹

No caso dos redutos, a ordem aplicada e a tecnologia da disciplina não se opõem radicalmente às concepções de ordem social instituídas. Mas utiliza-se delas para construir a estratégia contra elas. Antes de se opor como anomalia, ou como “*relação pedagógica específica do movimento sertanejo*”, demonstra a eficácia de uma racionalidade da qual o disciplinamento dos redutos não soube se desfazer.

⁴⁹ FOUCAULT, Michel. “El Sujeto y el poder”. In: TERÁN, Oscar (comp.). *Discurso, poder y subjetividad*. Buenos Aires: El cielo por asalto, 1995, p.168.

Os conceitos de ordem e anomalia, que surgem para antagonizar os modelos sociais “peludos X pelados”, não estão baseados numa teoria geral do poder na modernidade, mas, como afirma Foucault, nas necessidades que nossa forma de percepção e consciência histórica produzem.⁵⁰

Se existe uma patologia do poder diagnosticada, seja dentro ou fora dos redutos, ela não é exclusiva. Se consideramos as experiências com o poder no século XX, podemos afirmar que certas formas históricas de exercício do poder – não o poder em si – podem ser consideradas patológicas em sua pedagogia, fundamentalmente aquelas em que a excessiva racionalização tem, como seu extremo e seu âmago, o irracionalismo. Foucault cita as experiências do fascismo e do estalinismo, mesmo que sobre estas pese a sua absoluta singularidade histórica, elas

“utilizaran y expandieran mecanismos que ya estaban presentes en otras sociedades. Más que eso: que utilizaran en gran parte, no obstante su locura interna, las ideas y los instrumentos de nuestra racionalidad política.”⁵¹

A racionalidade extrema cria vínculos de retrocesso político. Segundo Edgar Carone, também nos anos de 1910 - como já vinha sendo sinalizado por certa movimentação política anterior, provocada inclusive por acusações de que os monarquistas teriam enviado armas para auxiliar os sertanejos de “Canudos” -, as idéias monarquistas voltam a se popularizar contra os “*desenganos e desvarios da república*”, apresentando-se não como um partido, mas, contra as “*ilusões dos vícios eleitorais*”, como uma aspiração nacional, ou seja, apresentando-se como alternativa da parte de intelectuais ou grupos de

⁵⁰ Idem, *ibid.*, p. 166.

⁵¹ Idem, *ibid.*, p. 167.

poder regionalizados e não somente como devaneio e utopia saudosista dos sertanejos de “Canudos” ou “Contestado”.⁵²

⁵² CARONE, Edgard. *Op.cit.*, pp. 386-390.

III INVENTÁRIO

III.1 Uma genealogia.

Entre as transposições de “*formas modernizadas*” e “*cópias cinematográficas*”, uma importante tendência da arte e da literatura do século XX é, segundo Ángel Rama, dialogar com o passado.¹

Assim, por um lado, a reprodução técnica das imagens aparece como mediadora da percepção e essas imagens representam o irreversível do transe histórico, sentido e assimilado como um *continuum* transitório de fragmentos ligados pelo presente ruidoso e visível, consumido e consumado veloz e vorazmente. Por outro, a experiência da modernidade se estabeleceu como uma espécie de entre-lugar e um entre-tempos, assimilando o nexo da transitoriedade, que surge do ato de narrar a própria experiência do transe, e inevitavelmente, esse testemunho científico e/ou literário estabelece uma conexão entre mundos diferentes como em Euclides da Cunha.

O método narrativo de Euclides da Cunha foi chamado apropriadamente de “*impasse histórico*” por Francisco F. Hardman pois se caracteriza por um processo de escrita oscilante, já que é na própria escrita que o autor organiza os diversos materiais de que se serve. Produz, assim, um gênero híbrido ao mesclarem-se às visões de mundo ocidentais iluminadas pela civilização técnica e industrial², os transe provocados pelas visões de mundo míticas e sincréticas das culturas orais, mestiças e transculturadas que recriam das utopias retrospectivas a crença nas lutas de resistência populares e nativas.

¹ RAMA, Ángel. *La crítica de la cultura en América Latina*. Caracas: Ayacucho, 1985, p.349 (Prólogo a *La Guerra del fin del mundo* de Mario Vargas Llosa)

² HARDMAN, Francisco F. Antigos mapas guizados à ventura. In: *Revista Remate de Males*. Campinas, UNICAMP, n.12, 1992, pp.70, 67.

O que corresponde aqui ao gênero híbrido é um tipo de texto que se mostra como um espaço conflitivo significante do processo social do qual é parte, implicando portanto em um movimento análogo à interpretação da mestiçagem no imaginário moderno, intercalando caldeamento e racismo, etnocentrismo e busca do outro, controle da narrativa e tradução de linguagens desconhecidas.³

Nesse sentido é que a tragédia de “Canudos” serve de paradigma, enquanto forma de apreensão, pela intelectualidade urbana, das experiências de enfrentamento das populações nativas e subalternizadas com a modernidade. Como afirma Rama,

“Es un tema crítico de mucho interés, que seguramente motivará examen detallado por intelectuales brasileños.

Pero por encima de esas atracciones, hay una mayor en la historia de “Canudos”, que responde a la conciencia de la significación ideológica. El episodio dice cosas agudas sobre la América Latina, retratando una situación que los intelectuales tienden a no ver, por la razón del artillero: porque ellos no pertenecen al estrato en que esas cosas ocurren y, sin embargo, manejan un instrumental con el cual deben analizarlas y juzgarlas.”⁴

Segundo Rama, o tema da tragédia de “Canudos” se destaca, em primeiro lugar, pela intensa reprodutibilidade de imagens e múltiplas interpretações que a constitui como um campo de referências. Nesse vasto campo de referências recíprocas que constitui “Canudos”, protagonizado por Euclides da Cunha, figura o clássico *Os Sertões* (1902), seus artigos sobre a Guerra, suas cartas e a sua caderneta de

³ DE GRANDIS, Rita. “Incursiones en torno a hibridacion: una propuesta para discusion de la mediacion linguistica de Bajtin a la mediacion simbolica de Garcia Canclini”. In: *Revista de Crítica Literária Latinoamericana*. Lima-Berkeley, n.46, 1997, p.44.

⁴ RAMA, Ángel (1985). Op. cit., p. 349.

campo, mas também o cinema, a literatura de cordel, o teatro, e até a intertextualidade entre Euclides e Vargas Llosa em *La guerra del fin del mundo* (1981).

A questão do sistema textual de que se constitui a tragédia de “Canudos” não se fecha em si mesma, mas introduz a necessidade de uma ampliação do campo interpretativo da intertextualidade da narrativa moderna latino-americana no retratar os impasses da modernidade, bem como alcançar a percepção da correspondência histórica das lutas sociais na América Latina devidas - as lutas e a correspondência -, em parte, ao imperialismo, provocador desse imbricamento mútuo de culturas em que *“nenhuma é pura e única, todas são híbridas, heterogêneas, extremamente diferenciadas, sem qualquer monolitismo.”*⁵

Analogamente, a Guerra do Contestado se constitui também num sistema textual, composto de narrativas histórico-ficcionais, romances, intensa reprodução de imagens (filmes, fotografias, mapas, programas de televisão, páginas na Internet, museus, monumentos), teatro, eventos comemorativos, romarias, etc.

Junto com a produção acadêmica escrita e institucional se constitui, também, toda uma oralidade mista que se sustenta em textos impressos de notação testemunhal, causos e lendas, canções e décimas, enfim em toda uma poética popular, bem como em um *“sistemas de imagens”* com fotografias e símbolos rituais que correspondem a um *“universo icônico”* que dá acesso ao imaginário popular, uma vez que servem de apoio para várias narrativas que deles provêm disseminando-os como memória.⁶

Voltando à perspectiva de uma leitura ampliada, a condição paradigmática de “Canudos” também se confirma em relação à Guerra do Contestado. Muitas vezes a “falta de Euclides da Cunha é

⁵ SAID, Edward (1995). Op. cit., p.28.

⁶ FERREIRA, Jerusa Pires. “Matrizes impressas da oralidade”. In: BERND, Zilá e MIGOZZI, Jacques (orgs.) *Fronteiras do Literário, literatura oral e popular Brasil / França*. Porto Alegre: Ed. URGs, 1995, pp. 46-47.

reclamada pelos pesquisadores do “Contestado”.⁷ Isso se deve, em primeiro lugar, ao fato de que da comparação entre “Contestado” e “Canudos” surge o extraordinário valor documental dado ao testemunho do letrado, ou seja, a crença numa experiência de escrita fundacional e original, e também pelo eixo de interpretação mais proeminente de que se valem os autores, recorrendo ao movimento de “Canudos” para explicar a religiosidade do “Contestado”. Nesse enfoque estaria implicada uma tarefa semelhante a de Euclides da Cunha. Assim,

“Canudos tivera o seu Euclides da Cunha; os observadores do Contestado, se não quiseram imitá-lo, pensaram em seguir as pegadas do mestre que alcançara a imortalidade com a sua obra imperecível. Não admitiram, ou não tiveram a preocupação de procurar a intercorrência de outros fatores, na gênese da luta, que não o religioso.”⁸

Todavia, nessa idéia fecunda de sistema textual, em que o campo de referências se amplia sustentado por várias articulações – muitas vezes contraditórias –, é inevitável reconhecer que certas imagens, longe de serem símbolos estáticos, são o *modus operandi* da criação do sistema, funcionam produtivamente nas várias possibilidades de representação e interpretação, como também na formação e sustentação de certos elementos fixos do imaginário coletivo, como território, raça, cultura e identidade. Entendo que, em muitos casos, as figuras destinadas a produzir essas representações (mapas, fotos – com suas respectivas legendas – e descrições) tendem a reforçar e reproduzir uma tendência dominante do ideário nacionalista republicano, de fronteiras delimitadas e espaços rigidamente controlados, de eugenia

⁷ É comum a maioria dos autores citarem Euclides, reclamando a sua “falta”, ou melhor a falta de um testemunho da Guerra do Contestado à semelhança do que Euclides fez de “Canudos”. Poderia citar alguns autores mais enfáticos, como, por exemplo, Clivelaro Marcial (Dermeval Peixoto), Aujor Ávila da Luz, Paulo Ramos Derengoski, Esperidião Amin, Salim Miguel.

⁸ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Op. cit., p.5.

e unificação cultural na configuração do chamado fanatismo pelas razões da comparação entre “Canudos” e “Contestado”.

Nesse sentido e, ao contrário do que sugerira Rama, a comparação com a tragédia de “Canudos”, muitas vezes, transformou a Guerra do Contestado em um episódio menor nas páginas da historiografia brasileira, que têm-lhe dedicado pouco ou até nenhum espaço. Essa leitura redutiva coloca, junto à textualidade híbrida da modernidade, o alcance da legenda. Ler o “Contestado” a partir da comparação com “Canudos” tem se constituído, muitas vezes, num movimento mimético de argumentação do fanatismo religioso, numa mera repetição da história como determinante do *ethos* sertanejo.

Assim, Paulo Ramos Derengoski lembra em seu prefácio e reitera ao final:

“A chamada Guerra do Contestado foi um dos episódios mais sangrentos de nossa história. Uma saga à altura do grande massacre de “Canudos”, lá nos sertões do Vaza Barris.

Mas que não teve, a descrevê-la, o talento de um Euclides da Cunha.

(...) Pois se a verdade é que o Contestado foi uma grande saga, comparável (e até maior) do que “Canudos”, não teve a ação de presença de um Euclides da Cunha, que fixasse – preto no branco – seus movimentos erráticos.

No teatro de operações vazio e mal iluminado restaram apenas dois combatentes: o legendário Elias de Moraes e o déspota Adeodato Ramos.”⁹

⁹ DERENGOSKI, Paulo Ramos. *O desmoronamento do mundo jagunço*. Fpolis:FCC,1986, pp. 11, 147.

De uma comparação mais minuciosa, como a de Duglas Teixeira Monteiro, entre *Juazeiro*, *Canudos* e *Contestado*, se constituem alguns pontos de confluência e de certa independência. Se as resistências sociais aos impactos da modernidade, ou lutas de significação da modernidade são observadas no texto deste autor, no entanto, o aspecto crucial recai no messianismo como fundamento organizador da visão de mundo nesses movimentos, com suas possíveis variáveis. Segundo ele,

“ Uma das características que singularizou o movimento do Contestado com relação a Juazeiro e a “Canudos”, foi a ausência da personalidade central e marcante de um líder. José Maria foi somente o seu iniciador.”¹⁰

Em torno à interpretação do messianismo, a idéia de comparação e alargamento do campo interpretativo tem sido aproveitada. Contudo, permanece embrionário o repensar do sentido da modernidade latino-americana ou, pelo menos, o que poderia ser essa leitura do entrelaçamento de lutas sociais contemporâneas entre si, como sugere Francisco F. Hardman, sublinhando a correspondência: “*Canudos, Contestado, Chibata, Madeira-Mamoré, Clevelândia: territórios banidos da história, cruzamentos trágicos na trama da modernidade.*”¹¹ A latência desse projeto pode ser sentida quando, mesmo em defesa da tese do fanatismo, messianismo ou milenarismo, o entrelaçamento histórico surge, a desafiar fronteiras, quase inevitavelmente, através das descrições de personagens. Entrelaçamento que foge, inclusive, às linhas de contigüidade histórico-sociais. Foge, portanto, do juízo histórico da sociologia e estabelece conexões com uma cartografia do passado, (con)fundindo no imaginário as inscrições da memória: *palimpsesto*, cuja tradução, impossível, embaralha o intérprete.

¹⁰ MONTEIRO, Duglas Teixeira. “Um confronto entre Juazeiro, “Canudos” e Contestado”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, 9, III, O Brasil Republicano, 2, Sociedade e Instituições (1889 – 1930), SP: Difel, 1978, p. 73.

¹¹ HARDMAN, Francisco F.(1991). Op. cit., p. 76.

“Assim é que, João Maria, o primeiro desse nome, fez sua aparição no período da Guerra dos Farrapos. Sabe-se dele o suficiente para ser possível distingui-lo de um segundo João Maria, cuja atuação vinculou-se bem de perto à Revolução Federalista, adepto que era do chefe guerrilheiro Gumerindo Saraiva. Na memória popular, entretanto, ambos acabaram confundindo-se.”¹²

Nesse *palimpsesto*, os sujeitos se mostram em diversas posições sobrepostas, “*simultâneas ou sucessivas*”¹³ e não se pode isolá-las ou estabelecer uma linha divisória entre as do passado e as do presente. Nele, entra todo o inventário subjetivo das experiências das guerras e revoltas sulinas durante o século XIX, através de inúmeros integrantes do movimento insurgente do sertão do “Contestado”, e não apenas dos monges, mas ex-adeptos dos Farrapos - movimento que após atravessar o Rio Grande do Sul chega ao planalto e a cidade de Lages é integrada à República de Piratini -; dos que regressaram da Guerra contra o Paraguai e dos maragatos refugiados no planalto serrano, após a derrota na Revolução Federalista também iniciada no Rio Grande do Sul.

Tais conflitos armados abarcam a tensão entre diferentes projetos de nação, ideais republicanos e monarquistas, disputas por territórios entre caudilhos e exércitos e, por consequência, inscrevem múltiplas experiências de fronteiras que vão também impregnar, junto com a aspiração milenarista, a construção das representações identitárias e o imaginário social do “Contestado” com a idéia de um destino à parte, independente da cartografia colonial e nacional.

As narrativas estão povoadas de figuras emblemáticas que, tornam visível essa estrutura de sentimentos a qual, de resto, é compartilhada por boa parte dos milhares de sertanejos do planalto serrano.

¹² MONTEIRO, Douglas Teixeira. Op. cit., p.72

¹³ ADORNO, Rolena. Op. cit., p. 35.

Conforme foram adquirindo lugares de poder, certos personagens vêm mostrar como suas posições de sujeito sucessivas inscrevem no imaginário do “Contestado” as mesclas de lutas e revoltas sociais. Essas biografias são o inverso do ideal burguês e, com suas memórias pessoais entrelaçadas a lutas sociais, revelam-se como autópsias impossíveis, singularizadas nas figuras de homens como o ex-maragato Elias de Moraes, líder “linha-dura” no reduto de Caraguatá. Segundo narra Derengoski, ao retirar-se do movimento, Elias *“tomou a direção dos campos do Rio Grande do Sul, antigo maragato que era, com os sonhos e façanhas dos entreveros gaúchos ainda povoando a sua imaginação”*¹⁴

Ainda na narrativa do mesmo autor, ressalta-se a biografia inquisidora - porque não se pode concluir se são os aspectos psicológicos que predominam sobre os sociais ou se são os sociais que atuam sobre o comportamento - de Venuto Baiano, comandante de guerra no reduto de Caraguatá, na época em que Maria Rosa liderava o movimento, um *“mulato nordestino..., antigo marinheiro de João Candido na revolta da Chibata de 1910... Homem de temperamento violento, havia trabalhado na construção da ‘Brazil Railway’, onde degolara um feitor da estrada de ferro.”*¹⁵ E ressalta-se, também, a persistência de figuras híbridas como a do personagem Conrad Groeber, que Derengoski descreve como um *“imigrante acaboclado”, um “excelente atirador, que se exprimia num dialeto arrevezado, imitava o assobio de qualquer pássaro do sertão e era – sobretudo – um fanático religioso.”*¹⁶

Penso que a comparação do “Contestado” com “Canudos” se mostra vigorosa na medida em que se confirma como possibilidade de construção de um sistema multireferencial, heteroglóstico, tal como sugerido por Rama, mesmo que não tenha o alcance autocrítico sobre a posição de análise do próprio letrado, como propunha este autor.

¹⁴ DERENGOSKI, Paulo Ramos. Op. cit., p.147.

¹⁵ Idem, ibid., pp. 41-42.

¹⁶ Idem, ibid, p. 42.

De qualquer modo, *Os Sertões* é uma experiência emblemática como escrita fundacional, não só porque ajuda a criar um gênero particularmente importante na América Latina, entre a ciência e o testemunho, entre o literário e o não-literário mas, sobretudo, porque a atua reflexivamente na condição do intelectual que narra no limite da representação e da tradução.

A comparação de lutas sociais é válida mesmo que seja restrita, como a que se generalizou entre “Canudos” e “Contestado”, pois nela vemos como existe um esforço de manutenção da alteridade no discurso moderno nas figurações confinadoras do passado; como se sobressai o enfrentamento de culturas, o desencontro de linguagens, espaços não dominados de possibilidade de mostrar-se uma consciência coletiva; e como aparece a marca do reconhecimento a que se obriga o poder da cultura hegemônica de que existe, pois, uma cultura e uma linguagem de resistência.

Dentro da vigência dessa luta interpretativa latente, o que inspira a invocação conservadora do passado,

“não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas.”¹⁷

Ou seja, se acordamos para a idéia de que as lutas passadas não podem ser isoladas entre si, mas reclamam conexões complexas, quando retomadas na ordem das preocupações com o presente, percebemos que é preciso que se atente para o fato de que nessa constante reinterpretação se preservam atitudes e conceitos em relação ao passado.

¹⁷ SAID, Edward (1995). Op. cit., p.33.

III.2 A memória das ruínas

A América Latina, nos primórdios do século XX, vive o afã modernizador, sentido de forma brutal pelas comunidades indígenas e rurais e pelas massas de excluídos que, à margem do letramento, se ressentem da falta de registros escritos. Como nos alerta Ángel Rama, não obstante, tais registros foram feitos – não por acaso - por membros do exército, pois pelo exército é que foram aplicadas as ações repressoras das quais dependiam o modelo modernizador, *“ya que él implicaba una reestructuración económica y social que castigaria ingentes poblaciones rurales, forzándolas a una rebelión desesperada.”*¹⁸

Na Guerra do Contestado, sabe-se que ao exército coube a aniquilação total da memória, especialmente através da destruição dos escritos que os prisioneiros portassem ou que houvessem junto aos corpos e nas casas destruídas. Os escritos destruídos eram, na maioria, surrados papéis que continham rezas, benzeduras, promessas, patuás, lendas, que os sertanejos carregavam consigo como amuletos de defesa e provas de fé profundamente sincréticos.

Esse acervo da cultura oral fora transcrito pelos militares por gosto do exótico, e seus relatos carregam-no como o derradeiro despojo da guerra. Achada no bolso de um prisioneiro por Herculano D' Assumpção, transcrita por ele em seu diário juntamente com o interrogatório, a seguinte oração é, assim, revisitada por Aujor Ávila da Luz, acrescida por seu comentário:

“O conteúdo estapafúrdio e exótico destas orações, vê-se nas seguintes. O animismo do caboclo, vivendo dentro do catolicismo, vê-se nesta:

¹⁸ RAMA, Ángel (1985). Op. cit., p.350.

Oração contra o ar – “Ar vivo, ar morto, ar do dia, ar da noite, ar do ferro, ar do aço, ar do sol, ar da luta, ar das estrelas, ar do vento, ar da terra, ar da água, ar da sota, ar de estupor, ar de sangue, ar de vidro, ar de paralisia, ar de todos os ares; eu sou quem te benze em nome das três pessoas da Santíssima Trindade e o Divino Espírito Santo +.

Saia o ar do meu corpo para fora, assim como caíram as lágrimas de Nossa Senhora Maria Santíssima, quando viu seu Bento Filho preso como um ladrão; saia o ar do meu corpo para fora, assim como caíram as lágrimas de Nossa Senhora Maria Santíssima, quando viu seu Bento Filho morto, coroado na Cruz; saia o ar do meu corpo; se for de sangue que corra pelas veias, se for de tumor que se espalhe com as palavras de todos os assuntos, Amém Jesus.”¹⁹

O ar que circula impregna todas as culturas, linguagem do mundo invisível, elemento que solta a palavra, emitido como palavra transforma-se em força, uma força tal como as correntes de ar que, sob o comando do deus latino Jano, podem abrir ou fechar as portas. O sopro é associado à cura: na cultura hindú, o sopro de Indra sobre as feridas as cicatriza, mas o sopro vital do deus egípcio Chu faz renascer os mortos. O ar é purificador. Na Hata-ioga a respiração retida faz revigorar um corpo cansado. O ar que entra no corpo perfurado do índio Uakti, quando ele corre de encontro ao vento nas margens do Rio Negro, produz um som maravilhoso.

Entendendo que esses registros das rezas “profanas” são importantíssimos do ponto de vista da formação e dos valores culturais do sertanejo e, para lembrar Rama, fundamentais para o conhecimento e afirmação dos valores das culturas latino-americanas que têm sido excluídas. O valor das

¹⁹ LUZ, Aujor Ávila da. Op. cit., p.119.

orações está , precisamente, no seu “exótico”, naquilo que, indecifrável em seu sincretismo, exprime o movimento transculturador.

“O sincretismo configura-se, pois, como uma das principais figurações do híbrido, constituindo-se em um dos fatores mais marcantes na trajetória da formação cultural da América Latina, correspondendo à fusão de elementos culturais distintos e até mesmo antagônicos, engendrando elementos novos.”²⁰

As práticas de sincretismo, nos sertões do Brasil como em vários lugares da América Latina, que se incluem nestes termos, estão vinculadas á oralidade e peregrinações, nelas se reinscrevem cultos das imagens significativas do imaginário coletivo profundo.

Todos os anos se realizam procissões e romarias dos devotos do monge João Maria aos vários lugares sagrados em toda a região do “Contestado”, reinscrevendo uma cartografia cultural pela restauração de um sentido de comunidade, simbólicamente articulado pela religiosidade.

A oralidade, como prática cultural de contar *causos*, milongas e gestas heróicas, elaborar a experiência comum do sagrado, do cotidiano e do contingente, teve seu sentido modificado pelo impacto da escrita na profusão historiográfica e seu efeito simbólico de verdade. Também através da *pedagogia* do medo e da vergonha, a atitude memorialista *de contar* dos velhos foi, em parte, silenciada e deslocada da sua função de criar a *dualidade do mundo*.²¹

²⁰ BERND, Zilá. “Inscrição do oral e do popular na tradição literária brasileira”. In: BERND, Zilá e MIGOZZI, Jacques (orgs.). Op. cit., p. 76.

²¹ A expressão “dualidade do mundo” de Bakhtin se refere as visões de mundo criadas como resistência e oposição às concepções de espaço e tempo convencionais da cultura hegemônica e é pela manifestação dessas visões que a dualidade se faz sentir como ruptura, e que dela se pode entender a forma popular de sentir o mundo. In: BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento, o contexto de François Rabelais*. SP: Hucitec, 1987.

Se há algo de memória sertaneja do “Contestado” – ou da memória das comunidades nativas da América Latina - nos registros escritos dos militares, ele está no caráter eminentemente híbrido da narrativa na qual os restos de uma “*literatura impura*” infundem a sua contínua expressão de mestiçagem, impregnando de oralidade e sincretismo o testemunho do vencedor. A inscrição oral na literatura escrita dos militares marca o desvio e o seu vigor de resistência.²²

Desse modo, enquanto coube aos militares fazer a maioria dos registros a que temos acesso direto ou indireto, pelas vias de influência de que se compõem estes sistemas de textos, pode-se inferir que tais sistemas retiram o seu vigor narrativo da destruição e da ruína.

O discurso memorialista se inscreve sobre a destruição, e nele a ruína e o silêncio ganham um fulcro documental, estético e poético, que encobre a sua política de aniquilação. Diante desta política, deve-se sustentar uma recusa radical, que começa com retirar a história do conformismo dos gêneros, e percebê-la em sua gênese.

III.3 O hibridismo e a afirmação da história

Ao se focar a divisão entre narrativas históricas ou ficcionais deixa-se de prestar atenção ao aspecto de que ambas são parte da história mesma, participam da construção histórica do evento que representam a partir da reprodução e da conexão entre os argumentos e entre as fontes que lhe servem de apoio. As narrativas demonstram ter sobre o evento um permanente controle, através delas se reconhece o *que é esse evento*.

²² BERND, Zilá. Op. cit., p.76.

Ao se focar a divisão entre narrativas históricas ou ficcionais deixa-se de prestar atenção ao aspecto de que ambas são parte da história mesma, participam da construção histórica do evento que

O hibridismo das narrativas ficcionais é proveniente das fontes utilizadas, já genéticamente híbridas, ou seja, já contendo desde a sua origem uma luta contra elementos que as desestabilizam²³, como a oralidade em textos controlados pela norma letrada. Nestes textos, se coloca uma negociação entre as formas de narrativa e as imagens, cuja estratégia discursiva é a de mostrar que a autoridade não se encontra exclusivamente no sujeito da escrita, mas se desloca também para a capacidade enunciativa do sistema de imagens e reprodução gráfica, da cartografia, etc . A autoridade do que se diz sobre o evento pretende mostrar-se, portanto, amparada num amplo consenso, *ficcionalmente* cindida. Digo *ficcionalmente* porque uma vez que a legenda procura trazer à tona um conteúdo pretensamente imanente - que pode ser manifesto, latente, ou induzido - da imagem como constatação empírica de um fato extra-discursivo, uma verdade que fala por si, é a interpretação *autorizada* que inside diretamente no manejo dos significados.

Transposto para os romances, o hibridismo perde muito da sua capacidade de mostrar-se como luta interpretativa que desemboca no esforço máximo do controle do narrador. A historiografia passa a assumir uma identidade completa com o real histórico, ao ser levada como fonte para o romance. Assim, por exemplo, lê-se na obra “*mescla de história e ficção*” de A. Sanford de Vasconcellos, *O Dragão Vermelho do Contestado* (1998), toda uma coleção de citações reiterativas extraídas do consenso entre as inúmeras obras lidas. São algumas delas:

“Cada Estado contestava o direito do outro Estado. Por isso era
Contestado.

²³ DE GRANDIS, Rita. Op. cit., p. 44.

Enquanto se discutiam limites, perante o Supremo Tribunal Federal, nenhum dos dois Estados reivindicantes se animava a investir pesado na região pelo risco de perdê-la para o oponente. (...) até que finalmente numa mesa de consenso, encabeçada pelo Presidente Wenceslau Brás, assinou-se um acordo resolvendo em definitivo a arrastada pendenga... Mas até a questão se resolver continuava o Contestado objeto dos mandos e desmandos da dualidade administrativa, o que terá contribuído sem sombra de dúvida para se chegar aos sangrentos dias da ingloriosa repressão interna, - a mais prolongada, violenta e dispendiosa de quantas ocorridas no País, considerada a relatividade da época...”²⁴

No romance *Império Caboclo* (1994), o autor Donaldo Schüler assimila um pouco de tudo e de todos os textos que compõem o sistema de escrita sobre o “Contestado”. Ele utiliza desde afirmações e citações mais recorrentes nessas obras - explorando a ambigüidade dos significados consolidados como a condenação por um suposto estupro que teria enfrentado o monge José Maria - e até aspectos inusitados, como a simpatia recíproca entre Maria Rosa e o Capitão Mattos Costa. Mostra sem dúvida, as lacunas, as ambigüidades expurgadas. O seu texto descontínuo explora muito bem aqueles aspectos da textualidade moderna de que falei no capítulo I.

Schüler narra a história em episódios breves e sob vários ângulos – o do movimento, o do imperialismo, o do colonialismo, o do militarismo, etc.-, articulando intervenções curtas sob a forma de comentário pessoal e citações de diversos autores, como legendas. São figuras de retórica misturadas que aparecem misturadas a figurações da modernidade como os anúncios de remédios em jornais, tão em

²⁴ VASCONCELOS, A Sanford de. *O Dragão Vermelho do Contestado*. Fpolis: Insular, 1998, pp. 24-25

voga no período da Guerra. Com estes aspectos o autor compõe a modernidade do cenário em que se desenrolou a Guerra do Contestado e mostra, sobretudo, o aspecto de que

“O romance é uma forma cultural incorporadora, de tipo enciclopédico. Dentro dele se encontram tanto um mecanismo altamente preciso de enredo quanto um sistema inteiro de referência social que depende das instituições existentes da sociedade burguesa, de sua autoridade e poder.”²⁵

Os romances históricos do “Contestado” utilizam-se das representações produzidas pela história e pela geografia, vale dizer, dos conceitos e imaginários da região e da nação, questionando-os como faz Schüller em *Império Caboclo* ou reforçando as tipologias e fronteiras, as figurações do típico no todo nacional como acontece em *Dragão Vermelho do Contestado*, de A Sanford de Vasconcelos. Esse mecanismo pode levar a pensa na Guerra do Contestado como um fragmento narrativo que resulta de uma luta particular, no *corpus* literário regional²⁶, mas que não pode ser definido a partir dele, é, antes, um tema que vira documento do engajamento do autor, como acontece com Guido Sassi em *Geração do Deserto*²⁷.

Nos romances históricos como *Geração do Deserto* (1964) e *Império Caboclo* (1994), o compromisso realista segue as marcas deixadas pela historiografia. Vale, para eles, o que diz Edgar de Decca:

²⁵ SAID, Edward (1995). Op. cit., p.109.

²⁶ FILHO, Raul J. Matos de Arruda. *Baruiu di Purungo (Literatura no Planalto Catarinense)*. Dissert. Mestrado, UFSC, 2000, p. 22.

²⁷ Idem, *ibid.*, p. 40

“Nestes romances, os elementos ficcionais do enredo apesar de serem imprescindíveis estão subordinados à marca do real histórico, os personagens agem a partir de condições dadas e tornam-se heróis ou vítimas mediante sua capacidade de avaliar a realidade em sua volta, transformando-a ou submetendo-se a ela. Esta é a medida da vitória ou da derrota, em um romance que sempre carrega um grande conteúdo de indignação moral.”²⁸

Outro aspecto dessa escrita híbrida se encontra nos relatos de cunho testemunhal que foram feitos pelos militares. No diário de Herculano D’Assumpção, ao lado dos fantasmas de “Canudos”, recitações do ideário positivista, imagens de impressões imediatas da guerra do Contestado “*com as cores vivas da realidade*”, só lamentando que “*a arte de Niepce e de Daguerre não tivessem amadores no sertão*”, escreveu ele, “*para, photographicamente, eu poder documentar estas duras verdades.*”²⁹

Do seu diário, antes de iniciar a marcha da “*columna sul*” rumo ao sertão:

“Já estávamos, desse modo, com esclarecimentos detalhados dos nossos primeiros passos no sertão, - o vasto scenario em que devíamos, em breves dias, chagar o physico e a alma, vencendo os seus indescritíveis obstaculos naturaes, e nelle transformados, por entre os seus valles, serras e mattas, em actores e espectadores de actos horriveis, tão proprios da pequena guerra, quando de um lado figuram combatentes obcecados por uma idéia doentia, sem nexos,

²⁸ DECCA, Edgar de. “O que é romance histórico?” In: AGUIAR, Flávio; MEIHY, José C. Sebe Bom e VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (orgs). *Gêneros de Fronteira, Cruzamentos entre o histórico e o literário*. SP: Xamã, 1997, p. 202.

²⁹ D’ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. Op. cit., p. 212.

em razão e dominados por um ódio injusto, de rancores incontidos,
de ferocidade desmedida.”³⁰

Para Oswaldo Rodrigues Cabral,

“É óbvio, todavia, que a literatura escrita à época não é destituída de valor. Os estudiosos dos assuntos militares e políticos encontrarão nela valioso e copioso material para estudo e meditação. Mas é preciso que se previnam de que tudo foi visto e observado através das lentes escuras de um preconceito – o de fundo religioso...”³¹

No entanto, retirar as lentes escuras do preconceito religioso, ver a realidade às claras, abandonar as narrativas testemunhais, é coisa que só é possível pelo distanciamento propiciado pela doutrina positivista, tendo em vista que dentro da Forças Armadas, incluindo os que comandaram missões no Contestado, “*os seus mais eminentes chefes pertenciam a uma geração que se formara à sombra das pregações doutrinárias do positivismo de Teixeira Mendes e de Benjamin Constant – nas quais a liberdade de culto ocupava um lugar preferencial.*”³² E é o discurso positivista jurídico, com algumas inserções do Código de Direito Canônico, que Cabral assume para dar a sua versão:

“Houve homicídios, houve pilhagem, houve furto, roubo, abigeato, latrocínio, mutilação, sedução. Estupro, enfim, o Código Penal

³⁰ Idem, *ibid.*, p.21.

³¹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Op. cit.*, p.6.

³² Idem, *ibid.*, p.13.

inteiro foi ferido na campanha dos fanáticos. Só não houve crime religioso, com finalidade religiosa, para cumprimento de um rito.”³³

Finaliza ele, com o seguinte juízo:

“A campanha do Contestado foi uma luta de marginais, de desajustados, portanto, uma luta de fundo eminentemente social...

A esta conclusão levou-nos o estudo não só das condições de vida do sertanejo como das do alienígena transportado para o ex-Contestado, em determinado instante, agravando o problema do desajuste econômico e instalando num ambiente já conturbado o bandoleirismo, que foi um dos fatores de manutenção da luta...

O problema da marginalidade decorreu não só dos traços fundamentais sobre os quais se levantou aquela cultura como de circunstâncias que abruptamente transformaram o aspecto econômico e social da região...”³⁴

As hierarquias e a disciplina militar nos redutos, progressivamente mais presentes no cotidiano da guerra, e interpretadas muitas vezes como uma perda da *aura* do movimento, tinham também um persistente ponto de fuga no imaginário. Esse aspecto ganha ênfase especial na visão de Paulo Ramos Derengoski, estruturada em fatos e expressada em imagens e legendas que pretendem francamente inserir o tom realista necessário numa narrativa povoada de digressões de efeito mágico, numa espécie de convivência entre fato e lenda como a que se produz quando o autor escreve sobre o “*flagelo de Deus*”, o “*tirano de Santa Maria Adeodato*”, e acrescenta ao seu retrato falado – protótipo da

³³ Idem, *ibid.*, p.17.

³⁴ Idem, *ibid.*, pp. 18-19.

criminologia discricionária moderna - a lenda popular do renascimento desse “último jagunço”. A sua interpretação histórica, tende a retratar, nesses momentos, o inconsciente coletivo mas, inconsciente no sentido de ilusório, fantasioso, embriagado, estado de sono e sonho em oposição à consciência e à lucidez ou às “poderosas forças da realidade”.³⁵

III.4 A “falta” de Euclides

A narrativa euclidiana é capaz de proporcionar deslocamentos entre dois planos culturais, mesmo que ele, Euclides, enquanto muito viajasse e percorresse o sertão, mantivesse os pés fixos na *cidade letrada*.

“Em Euclides da Cunha ambos os planos ficam separados: ele contempla seres humanos e uma história alucinante, tudo produto de uma cultura que o fascina, mas fala de fora, sem perceber e sem se interessar pelo fato de que esta cultura também deve, forçosamente, gerar um modo literário, uma singularidade narrativa. Não nota que ela não se limita a oferecer ao estrangeiro, procedente de uma outra estrutura cultural, um repertório de objetos mais ou menos exóticos, mas sim um sistema de valores onde estão implicados também os literários.”³⁶

Por outro lado, as suas passagens, enquanto demonstram o seu apego à norma literária, trazem uma escrita feita sobre a marca da exclusão do sertão (campo) do evento modernidade que é, ao mesmo tempo, a negação do seu direito a uma poética e a uma memória. A não-história e a não-literatura desses

³⁵ DERENGOSKI, Paulo Ramos. Op. cit., p.52.

tempo, a negação do seu direito a uma poética e a uma memória. A não-história e a não-literatura desses territórios decidem o destino do sertão à margem e, das suas outras linguagens, ao confinamento alegórico.

Alegoria da exclusão é o que entendo para o que se nomeia como “a falta de Euclides” nas narrativas do “Contestado” inúmeras vezes em diversos autores. Entendo que essa recorrência pretende justificar uma cartografia e uma visão de mundo excludente. A “falta de Euclides” revela a persistência de um projeto hegemônico de nacionalidade conduzido desde uma comunidade imaginada de / para letrados e de uma visão do sertão em que predominam retratos de natureza morta, cenários de selvageria e povos embrutecidos.

Mas, de outro modo, pode-se ler na “falta”, a própria ausência de Euclides, e a sua cartografia do sertão, que era seu projeto pessoal, como inconclusa. Mas ao tomá-la como inconclusa aprofunda-se o mesmo sentido anterior da falta, mostrando a impossibilidade estrutural de, no projeto hegemônico, haver um espaço de contato com projetos culturalmente antagônicos ao letramento obtuso da vanguarda maquinica. A ausência de Euclides é uma lacuna impreenchível, precisamente porque fora aberta pelo próprio autor e denuncia a falta desse lugar ambivalente na estrutura do projeto hegemônico. A não possibilidade da ambivalência dentro da cultura hegemônica faz o “insulamento” de Euclides, o seu descompasso narrativo diante da experiência espaço-temporal pré-concebida que absorvera do positivismo de Comte e Ratzel.

O sentido da “falta de Euclides” também introduz a idéia missionária de cartografar as ruínas e narrar as tragédias modernas, acionada pelo sentimento de incompletude e inconclusão, sintomática do pensar iluminista sobre a emergência das contradições do projeto de modernidade. Cartografar as margens, incluí-las nos desenhos e desejos da nação, é um projeto totalizante para o qual é preciso, antes, aceitar o desafio de enfrentar a ambigüidade e a fragmentação.

Nesse sentido, estou tratando da condição ambígua da cartografia, do mapeamento como obra da *cidade letrada*.

A *cidade letrada*, tal como a concebeu Ángel Rama, é um princípio ordenador do processo colonial e a expressão que conota toda a produção simbólica, ideológica, normativa e escritural, incluindo os seus produtores e atores, destinado a reger a subordinação à forma urbana e à norma letrada pela qual a modernidade fora instaurada como universalismo. Através da escritura (discurso ordenado pela língua) e do desenho gráfico (mapas e planos) – sendo que este “*superava as virtudes do primeiro, porque era capaz de eludir o plurisemantismo da palavra*”-, a *cidade letrada* teria mantido a “*ordem prioritária dos signos*” numa realidade já absorvida pelos signos da modernidade, e que assim deveria ser vista: como que desterritorializada na sua universalidade e emancipatória nas desterritorializações que provocava.³⁷

Segundo Rama, a ordenação do espaço, as suas hierarquias sociais, a sua lógica distributiva, a racionalidade pela qual o modelo cultural hegemônico da modernidade se configura é obra da *cidade letrada*, e podemos lê-la nos mapas. Mas podemos lê-los (os mapas) também, como necessidade de simbolização de uma imagem mental, como tradução em signo de uma existência planejada, como uma projeção do futuro, o sonho cartesiano do cartógrafo que se revela para nós como um diagrama gráfico.³⁸

A duplicidade elocutória que Rama percebia nos mapas, de ser ao mesmo tempo, a representação do concreto e do sonhado, de representar alguma coisa que lhe é exterior e a si mesmo, demonstra, de certo modo, a complexidade da leitura e da ambição cartográfica.

Quando no processo narrativo do “Contestado” surge a “falta de Euclides”, podemos interpretar isso como a falta de uma escrita capaz de marcar a ligação da cartografia - como diagnóstico do meio e como inclusão desse meio ao projeto da modernidade - com a literatura, de compor uma

³⁷ RAMA, Ángel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 30-31. 41-42.

³⁸ Idem, *ibid.*, pp. 26-28.

“poética das ruínas”, mostrando o isolamento ou a distância entre a cidade e o campo que anima o imaginário modernista.

Euclides – como escopo da cartografia histórica nacional - traça os percursos da modernidade, travessia racional entre o passado e o presente, do litoral ao sertão, dos bandeirantes os engenheiros retomam as diretrizes da civilização, suas fronteiras retiram da produção de ruínas a sua significação.³⁹

Entusiasmado com “*o significado mais progressista e mais nobre da viação moderna*”, quer dizer, “*o valor da locomotiva no desvendar, extrair, capitalizar, multiplicar, expandir e transformar riquezas*”⁴⁰, pensava ele ser a implantação das estradas de ferro o processo potencialmente civilizador, capaz de incluir as populações sertanejas no destino de progresso da nação. Existe, aqui, a cartografia como projeto e olhar do letrado. A cartografia que incluiria os sertões era, para Euclides, em primeiro lugar uma questão de inclusão na nação das populações sertanejas pela territorialização da modernidade, mas também uma extensão da política colonial, naturalizada como efeito da seleção natural.

“O fato inegável é que em plena formação ainda – porque não há etnologista de gênio capaz de delinear sequer os atributos físicos do brasileiro neste complicado caldeamento de raças que o formam – jazemos bloqueados entre os sertões inabordáveis e o litoral, sem que em toda a longura da tarja povoada, do Pará ao Rio Grande, se lobrigue uma fisionomia original bem nossa, estímulos próprios, vida autônoma, solidariedade de esforços, e uma diretriz vigorosamente traçada para o futuro.

Ora, aceitando o ensinamento dos que têm cuidado das coisas desta terra, acredito que para esta situação anômala contribuem em grande parte a fatalidade geográfica da impenetrabilidade do

³⁹ CUNHA, Euclides da. “À margem da geografia”. In: *Obra Completa*. Op. cit., p.553.

⁴⁰ Idem, *ibid.*, p.548.

território – planaltos dilatados, descendo, descendo a pique ou em sucessivos socalcos para uma costa inteiriça, sem articulações profundas.

E para anulá-la um recurso talvez único: a incorporação da *gens* obscura dos sertões.

Mas, para isto é possível que não seja o processo mais civilizado o processo mais civilizador.

As sociedades, que são fenômenos naturais, não dão saltos.

As gentes sertanejas, com seus hábitos antigos, vezadas aos remansos de uma vida primitiva, não poderão, certo, ascender de chofre ao nosso meio.

Esta intimidade indispensável far-se-á através de uma evolução que devemos provocar auxiliando, mas não dispensando um fator valiosíssimo – o tempo.

A locomotiva veloz, golfando-lhes de improviso em pleno seio todas as exigências de um estado social superior, não as atrairá.

Talvez as repila, ou as deixe indiferentes, ou, o que é mais sério, as deixe suplantadas.

Não precisamos exemplificar.

Na melhor hipótese, determinado um rápido povoamento, são opináveis as vantagens que dele decorram, ante o diminuto da população nacional e a grandeza do território.

Não nos iludamos.

...A enorme massa humana condensada agora na Europa, tendo crescentemente instável diante de si o problema inadiável da vida, espalha-se pelo planeta, demandando outras regiões e outros destinos, e inconscientemente, aguilhoada por todas as

vai estabelecendo um equilíbrio indispensável na densidade das populações da terra.

A Europa tem agora, em cada porto de mar, um *tropp plein* que a liberta da sobrecarga de povoadores. É a política colonial – cuidado crescente dos gabinetes das principais potências...

O embate das raças é a força motriz da história; e as feições mais características desta, quer se estadeiem nas criações intelectuais quer numa escala descendente nos grandes feitos da guerra, nada mais exprimem além da concorrência vital entre os povos, transfigurados pela seleção natural em nacionalidades triunfantes.”⁴¹

Assim, se há um determinismo histórico e geográfico, há toda uma naturalização para os eventos maquínicos e suas experiências no sertão, mesmo quando se traduzem em tragédias como a do “Contestado”.

O território do “Contestado” entra no projeto de modernidade sem fronteiras definidas, como parte do universo do sertão integra-se ao itinerário da implantação das ferrovias pelo grupo Farquhar. Itinerário em que encontramos Euclides da Cunha. Encontramos Euclides no “Contestado”, não pela ausência de um testemunho do letrado, não para resgatar o passado e revisitar “Canudos”, mas pela geografia imaginada da modernidade que colocara Euclides e o Grupo Farquhar no mesmo percurso dos espaços incluídos, conhecidos, estradas de ferro e vapor, gentes modificadas, migrações em massa, mestiçagem, racismo, cultura da ordem e do progresso.

No projeto de modernidade, era ambição pessoal de Euclides concluir a sua obra sobre a Amazônia, e mapear a região em que seria construída a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré pelo Grupo Farquhar. Não pôde fazê-lo. Depois que Euclides morreu, o grupo Farquhar prosseguiu. Esses lugares à

⁴¹ Idem, *ibid.*, pp. 547-548.

margem da história, metáfora do Brasil que resiste ao processo civilizador, estão vinculado ao projeto de Euclides de elaborar uma cartografia do Brasil moderno, mas também - e ele sabia dessa possibilidade -, da ruína deixada pela modernidade, das culturas soterradas pelas ferrovias, dos espaços “naturais” desbravados pelo progresso.

A modernização do sertão como guerra é, no mapa imaginário de Euclides, a metáfora antecipatória da guerra efetiva, começada pela intervenção do grupo Farquhar e dos trilhos que sob o seu comando foram implantados no “Contestado”.

“Todas as grandes estradas, no evitarem os empecos que se lhes antolham transpondo as depressões e iludindo os maiores cortes com os mais primitivos recursos que lhes facultem um rápido estiramento dos trilhos, erigem-se nos primeiros tempos como verdadeiros caminhos de guerra contra o deserto, imperfeitos, selvagens.

(...) Depois evoluem; e crescem, aperfeiçoando os elementos da sua estrutura complexa, como se fossem enormes organismos vivos transfigurando-se com a própria vida e progresso que despertam.”⁴²

É bem provável que Euclides não visse “Canudos” no “Contestado” - mesmo tendo em conta que seu olhar tenha se modificado durante a sua experiência. Entusiasta da geopolítica do Barão de Rio Branco, das estradas de ferro e tudo o mais que lhe segue, o autor não se surpreenderia com este *evento*,

⁴¹ Idem, *ibid.*, pp. 547-548.

⁴² Idem. “À margem da história”. In: *Obra Completa*. Op. cit., pp. 314-315.

ao contrário, ele realisticamente o esperaria. No “Contestado” esteve visível o que defendia Euclides à propósito da modernidade no sertão.

Dentro desse campo de análise, penso que o *evento* “Contestado” serviu ao propósito da modernidade, dentro das figurações maquínicas que aliam, indissociavelmente, as transformações técnicas da produção capitalista com a política do higienismo e da eugenia. Na época da construção da estrada de ferro, não são apenas os sertanejos do planalto serrano que são incorporados ao projeto, mas para cá são conduzidos exércitos de excluídos, vindos dos centros urbanos e de outras partes do sertão. E – indício dessa constatação –, quando as causas da guerra são inventariadas, é o próprio discurso higienista e racista que serve como justificação do ocorrido.

III.5 Modernidade contra a vanguarda

O *novo* como emblema do século XX é o *novo* como dobra da tradição que, sem ser ruptura, funda uma atualidade de idéias e acontecimentos. O moderno retira a sua validade e atualidade, decidindo sobre o que não é moderno, do que, por fim, é qualificado por ele como anomalia, errância e desajuste, a intrusão vacilante do antes.

O que é o *novo* para a vanguarda maquínica? O racismo institucionalizado, o clericalismo, o colonialismo, são, indubitavelmente, necessidades racionais para a penetração do novo que é a civilização. O *novo*, desse ponto de vista, vai significar a subordinação para quem é objetivado pela ciência e pela teologia à teleologia do progresso. Para estes, o *novo* não pode ser traduzido pela palavra *moderno*. Moderno é um conceito inútil.

Entretanto, há um *novo* que interrompe a modernidade em pleno processo de sua própria produção que a obriga a apresentar os seus elementos mais reacionários e conservadores. É um *novo* que – como um vendaval - retira das sedimentações coloniais a superficialidade do *novo* como imediatamente visível. Põe a descoberto suas estruturas antigas. É um *novo* que, a despeito da incompreensão da sua linguagem de vento, traduzida em metáforas de espaço-tempo profundo e cíclico, inscreve a sua originalidade histórica.

O caráter contraditório de que se constitui a modernidade é constantemente reiterado, mesmo que em contraposição à argumentação do milenarismo enquanto utopia retrospectiva, o novo não se enraiza ao moderno mas incide contra o próprio argumento e insere provocativas inquietações:

“...o messianismo dos carrascais de Santa Catarina, que explodiu em revolta no início do século na região contestada ao Paraná, também olhava para o passado. Tinha saudades doentias dos tempos de ouro da monarquia, das barbas de D. Pedro II – e tentava inutilmente reproduzir uma ilusória Idade Média, com suas legiões de molambentos a se arrastar nos pátios que rodeavam os burgos e artesanatos.

Ao contrário de quase todos os movimentos messiânicos do mundo – e neste sentido se identifica com a poderosa saga de Antonio Conselheiro lá nos sertões do Cocorobó, lá nas margens esturricadas do Vaza-Barris, lá no grande sertão de Canudos – a insurreição catarinense afirmou-se também como uma força prática, imediata, objetiva, radical, transformadora. E não apenas uma força passiva, de inércia.

Essa a sua grande característica inovadora.”⁴³

⁴³ DERENGOSKI, Paulo Ramos. Op. cit., p.153.

Como diz Fredric Jameson, a modernidade das vanguardas estéticas é tão somente a conquista do presente, elas não buscam o *novo*, mas sim, a garantia do futuro.

“Quando já está assegurada essa primeira disjunção entre o presente e o novo, pode-se demarcar rapidamente as etapas da decadência de um modernismo inautêntico. Isso porque o novo, e a ruptura com a tradição que o novo requer, ao invés de continuar comprometido com o presente, desmascara-se rapidamente como sendo um compromisso com o futuro, quer dizer, com um tipo de narrativa espúria que reinstala secretamente o desacreditado valor burguês do progresso no âmbito do estético.”⁴⁴

O conservadorismo de que se servia a modernidade, as garantias de ordem, são valores reforçados na Guerra do Contestado, concentrados em figuras como a do Frei Rogério Neuhaus “*paternal, culto, bondoso, acostumado a passar a mão naquelas cabeças humildes*”; sua participação no conflito é ponderada na historiografia como circunstancialmente dialógica. A postura dialógica, dada pela formação religiosa pastoral-colonial, conferiu ao frei alemão a posição de um “*profundo conhecedor da alma do sertanejo brasileiro*” e o título de “*Apóstolo do Planalto*”.⁴⁵

No entanto, a imagem da busca do diálogo é cortada pela imagem da recusa do diálogo por parte dos sertanejos em vários momentos tornados emblemáticos, como no encontro de frei Rogério com o monge João Maria quando aquele pretende que este se confesse, ou quando tenta uma conversa com Eusébio num dos momentos mais críticos da Guerra, após o assassinato do capitão Mattos Costa. E, neste, que seria o último encontro, entre a busca do diálogo e a sua recusa - a dualidade cultural vital para a

⁴⁴ JAMESON, Fredric. *Espaço e Imagem*. RJ: Ed. UFRJ, 1995, p. 123.

⁴⁵ DERENGOSKI, Paulo Ramos. Op. cit., p.79.

polarização entre fanatismo religioso e catolicismo ortodoxo -, o que existe, de fato, é a impossibilidade do diálogo.

Para Marli Auras, esse é um momento em que se mostra que a

“ambigüidade claramente existente entre o discurso do frei e o discurso dos discípulos do monge (que permitia uma relação dialógica entre os dois mundos) é rompida. Frei Rogério passa a não encontrar mais espaço junto aos caboclos. Seu comprometimento com os interesses dominantes é explicitado e sua atividade mediadora é, então, vigorosamente rejeitada. Daí em diante, frei Rogério volta-se ao trabalho junto aos soldados da república, chegando inclusive a realizar missas diárias para eles...”⁴⁶

A inexistência do diálogo e não somente a sua ruptura numa dada circunstância é trazida à tona por Donaldo Schüler, quando narra o célebre encontro entre Eusébio e Frei Rogério, no qual Eusébio, espada em punho, proclama a frase tão conhecida e reeditada: “*Liberdade! Estamos vivendo num novo século.*”

Shüler, em *Império Caboclo* (1994), retém dessa frase lapidar o sentido inerente da impossibilidade de diálogo enquanto relação entre sujeitos que ocupam posições de poder similares cada um em sua cultura, na qual o outro é posicionado em condição de subalternidade. Na frase de Eusébio, o autor vê a expressão do desejo de manifestação do novo como significado do movimento insurgente, radicalmente contra a ordem e as suas garantias, a liberdade contra a obediência servil:

⁴⁶ AURAS, Marli. Op. cit., p. 80.

“ -...Se você quiser evitar que sangue inocente seja derramado, você tem que me obedecer. Não tem outra saída, Eusébio. Você tem que me obedecer.

Obedecer, padre? Estamos em outro século.” ⁴⁷

Se a modernidade do “novo século” pode ser entendida pelas mudanças culturais, políticas, econômicas e sociais e as vanguardas modernistas - enquanto grupos bem localizados tanto na estrutura social e configurados em certos espaços privilegiados de atuação -, expressaram-na em certos tipos de linguagem, é também possível lê-la em ainda outras tantas linguagens e outros espaços. Os diferentes sentidos de modernidade estão no confronto entre percepções e recepções do moderno, em outras posições frente aos eventos maquínicos que estão na base das oposições que sustentam ambigüidades e impossibilidades de diálogo entre o sertão e o litoral, o campo e a cidade. Entre estes opostos existe uma zona de intensa negatividade:

“Temporalidades em trânsito, choques muita vez antagônicos entre messianismos românticos e maquinismos iluministas; territórios descontínuos, fronteiras movediças, paisagens destruídas; línguas enigmáticas, símbolos herméticos, culturas intransponíveis. É preciso assinalar de perto a historicidade desses territórios à margem da história, sua antiga modernidade, assim como a não-memória da violência que se aloja nos códigos modernistas tornados em convenção, o bruto esquecimento que se inscreve na história consagrada do modernismo.” ⁴⁸

⁴⁷ SCHÜLER, Donaldo. Op. cit., p.66.

⁴⁸ HARDMAN, Francisco F. Op. cit., p. 76.

Sob as lentes do modernismo, o desenho que vemos claramente, especialmente a partir dos anos 20 do século XX e que se firmou desde então como modos de visão de certas questões, inclusive balizadas institucionalmente, se esboçava já desde muito antes. Enfatizar a existência de continuidades e busca de fundamentalismos culturais nos discursos elaborados em um período de efervescência de contradições, de invenção e destruição, é a frutificação de um repensar contemporâneo sobre a modernidade brasileira, que pretende escapar do viés dominante do modernismo estético de 1922 e das vanguardas positivistas pois “*o retrato do Brasil desenhado ao longo dos anos 20/30 parece demonstrar hoje um esgotamento e sua superação teórica e política aparece como uma necessidade intelectual.*”⁴⁹

As idéias que incendeiam o debate modernista já eram conhecidas e divulgadas desde pelo menos a Escola de Recife. A percepção espaço-temporal para a elite letrada já se havia modificado desde pelo menos a guerra contra o Paraguai (1864-1870); como notara bem Machado de Assis, o tempo passava mais rápido. O impacto de um tempo mais acelerado em confronto com temporalidades locais sente-se também nas idéias e nos movimentos contra-hegemônicos que tais idéias de modernidade emblematicizaram. Há, portanto, uma modernidade que se pressente, que se antecipa, que se insinua pelas bordas do “pré-modernismo”.

O “pré-modernismo” é a idéia mais concentrada da modernidade, como “*choque que interrompe o fluxo da experiência tradicional*”, como “*destruição dos espaço-tempos insulados*”, como “*desencontro de linguagens*”, como “*lógica desestruturante*”.⁵⁰ O “pré-modernismo” é uma forma de sentir a modernidade abrupta de um desejo de decifrar e devorar recíproco, desmedido, voluntarioso, avassalador, de sentir que sobrevém ao encontro-desencontro a inevitável selvageria e a morte. Quem

⁴⁹ HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos Alberto M.. Op. cit., p.11.

⁵⁰ HARDMAN, Francisco F. Op. cit., p. 68.

pode dar o testemunho da experiência da morte? A morte é, sobretudo, a morte da linguagem, “ morte do signo”, como entende o antropólogo Michael Taussig.⁵¹

Uma idéia tão concentrada, que pretende organizar um modo de “sentir o moderno”, tem um correspondente melhor sucedido, como alegoria do imaginário “pré-moderno”, na imagem criada por Guido Sassi em *Geração do Deserto*, levada para o cinema na década de 70, em *A Guerra dos Pelados* de Sylvio Back. Nessa imagem, o personagem Nenê deseja matar o “dragão de ferro”, “devorador das terras dos caboclos” e levar a sua cabeça para o imperador do sertão D. Rocha Alves como dote em troca do qual se casaria com a sua filha, apaixonado que estava. Nenê é um dos personagens liminares de Sassi: com contos de fadas lhe rondando a mente doente, misturando degeneração e desejo, ele se lança na missão de desentocar o tal dragão e cortar a cabeça do bicho. Não é contra a máquina que ele deseja lutar - nem é sua a causa da Guerra -, mas contra um poderoso inimigo que, vencido, lhe tornará apto a desposar a princesa. Sem exitar, salta sobre o trem mal ele surge do túnel. Não acredita no que vê. Morre sem conhecer o inimigo. Parece aceitar a provocação de uma outra cena, de um outro filme, de um outro trem: “*catch me who can*”.

III.6 O espaço da liminaridade.

No romance histórico *Geração do deserto* (1964), a espacialidade da região coordena a narrativa. No início é preciso criar um mapa mental, um sentido de unidade no vasto sertão “Contestado”, que é dado pelo culto à imagem do monge nos lugares em que ele passou e, paralelamente, uma ligação entre os ambientes particulares, cenários em que se passa a trama da Guerra, confinada sucessivamente

⁵¹ TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem, um estudo sobre o terror e a cura*. SP: Paz e Terra, 1993, p. 214.

aos redutos de Irani, Taquaruçu, Caraguatá e Santa Maria. O “Contestado” é, para os sertanejos do movimento rebelde, maior que os redutos, seus espaços de confinamento e clausura; ele é, metaforicamente, o deserto no qual purgam-se os pecados e a Canaã, da qual a vida renascerá depois da guerra.

Há uma constante movimentação, um “ir para lá”, que conota o “Contestado” da experiência sertaneja como o lugar entre os opostos, a transição entre a precariedade da vida e a redenção esperada. Conota também a travessia, a Guerra como percurso necessário.

O “Contestado” como fronteira é um aspecto que subjaz também à condição de liminaridade dos personagens, portadores de estigmas de degeneração física e mental. O “Contestado” como fronteira é sintomático dessa condição: a cegueira de Tavinho, o lepra de Tibúrcio, os traços psicóticos da velha Zeferina e de seu filho Nenê, entre outros; a miserabilidade e exclusão social, a marginalidade da estrutura social em que todos se congregam com rara exceção (condições que poderiam figurar entre as causas da guerra) e as condições de liminaridade que sobrevêm com o decorrer da guerra e que colocam os personagens em situações de prova de fé e coragem, fidelidade e obediência, como a de Ricarte Branco, Urgel de Danoa, e das virgens Ana e Maria Rosa. Essa liminaridade, vale dizer, determina uma condição singular que individualiza alguém diante do grupo com o qual vive uma experiência agregadora, uma *communitas*, conforme a idéia de Victor Turner.⁵²

Os personagens liminares de *Geração do Deserto* fazem parte de uma experiência profunda de alteridade, são sempre “inteiramente outros”. Entram na guerra porque são os únicos que podem fazê-lo e a eles é só o que resta. Desfaz-se toda e qualquer provável identificação. Estão destinados a algo que ninguém faria, por razões que a liminaridade sustenta numa condição de que se não existem ganhos,

⁵² TURNER, Victor. *O Processo Ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.

nunca há algo a perder, ou por outro lado, tudo o que significou ganho não pode ser nunca uma condição de mudança efetiva.

O final da Guerra é a aniquilação total, mas também é a fuga da terra santa, é um cruzar o rio como quem finalmente conclui a transição. Terminar a guerra, cruzar a fronteira e deixar para trás o lugar da purgação, eis a redenção. O autor cria a sensação de entrada num território fronteiriço entre a realidade da causa e a fantasia do desfecho. Entre o determinismo e o delírio, inventa a fuga, o cruzar o rio como inevitabilidade e escolha entre o estar fora do “Contestado”, que significa a vida (mesmo que temporária) e o permanecer que significa a morte. O deserto é ambivalente; espaço de busca e encontro e espaço de exílio e exclusão. Do deserto surgira a guerra, deserto é o que resta após o seu fim. A deserção e o massacre deixam atrás o espaço vazio. O fim da Guerra, a deserção e o massacre deixam atrás o espaço vazio em que se conclui o romance.

Pode-se dizer que o romance, como gênero, marca, assim, o seu espaço e o seu limite.⁵³ Sobre o deserto que resta, a história pode cumprir a sua escrita. O espaço histórico está, assim, preservado, insulado, fantasmático.

Diria Ángel Rama que o perigo está nos extremismos dos espaços exclusivos em que idéias e sentimentos são fanatizados seguindo os rastros do afã totalizador que desenha as insígnias da modernidade: “*Todo o nada.*”⁵⁴

Quando Maria Rosa retirou o seu povo de Caraguatá, fugindo da febre que atacava indiscriminadamente a todos, deixou atrás de si muitos companheiros mortos, levou consigo outros tantos e muito sofrimento. Ao chegar em Bom Sossego, teve certeza do extremismo em que viviam, outro espaço no mesmo espaço, a Guerra do Contestado e seus limites internos. Disse ela: “*Aqui tudo é nada.*”⁵⁵

⁵³ LUDMER, Josefina. *El género gauchesco, um tratado sobre la patria*. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 1988, p. 19.

⁵⁴ RAMA, Ángel (1985) Op. cit., p. 363. (Prólogo a *La guerra del fin del mundo*, 1983)

⁵⁵ SCHÜLER, Donaldo. Op. cit., p. 133.

IV CARTOGRAFIAS

IV.1 A Cartografia do “Contestado” como espaço das lutas de significação

Existem lugares que se encontram pela confluência entre dois espaços e tempos que só existem no encontro de duas cronologias diferentes. Em geral, exprimem-se como *figuras* diacrônicas e de síntese geográfica que condensam e acumulam práticas de representações, experiências simbólicas, alegorias morais, políticas e religiosas.¹ A seguinte definição traduz um pouco a interpretação da cartografia do “Contestado”, que tenho tentado desenvolver:

“um fragmento espacial reconhecível, dotado de uma identidade cartográfica própria mas é, ao mesmo tempo, uma condensação retórico-discursiva, é o lugar ilocável em que se juntam e se sedimentam imagens muitas vezes contraditórias.”²

A imagem consolidada do “Contestado” como território *ganho* é a projeção de uma sombra que bloqueia a visão do território que fora perdido, pois a planificação em sua imagem de “*território limpo*” esconde uma outra cartografia, a que é feita pelo domínio do território real com as suas topografias místicas que orientaram as práticas de guerrilha e a construção das cidades santas, de caminhos que modificaram para milhares de pessoas o sentido do caminhar, e que só podem ser conhecidos daqueles que os percorreram.

¹ FINAZZI-AGRÓ, Ettore. “A invenção da ilha. Tópica literária e topologia imaginária na descoberta do Brasil”. In: *Revista Remate de Males*, Campinas, n.13, 1993, p.94.

² Idem, *ibid.* p. 94.

A existência desse lugar-tempo que reúne realidade e mito é “*certificada por uma escrita que dis-põe sobre a carta geográfica lugares do imaginário, compendiando, em si mesmos, contraposições ideais, antíteses éticas*”³, desafiando o entendimento do que seja história.

“Entretanto, percorra-se o sertão catarinense e parte do paranaense; verifiquem-se as mesmas localidades que os mapas assinalam com duas espadas cruzadas, marcando os pontos de combate; percorram-se os mesmos caminhos que foram atravessados pelos sertanejos e pelos soldados; e inquiram-se sobre João Maria.

E se ouvirá, talvez com surpresa, sobre o santo – pois ele ainda é santo para o povo da região, o São João Maria.

(...)E, se o pesquisador for além, verá que, assim como ele é considerado santo pelo sertanejo, santas são as cruzes que plantou, santas são as árvores sob as quais pousou, milagrosas as águas que apontou às abluções dos seus amigos e nas quais se dessedentou.

Tudo o que se refere à vida de João Maria ainda é, ali, santificado pela presença da sua lembrança.”⁴

Esse tipo de constatação por parte de um historiador tradicional como Oswaldo Rodrigues Cabral marca o reconhecimento da ambigüidade irrepresentável, cuja tradução está condicionada ao seu deciframento.

Mary Louise Pratt chama de *zona de contato* a esses espaços de confluência de culturas com trajetórias historicamente divergentes, e que sobrevêm como conflito:

³ Idem, *ibid.* p.94.

⁴ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Op. cit.*, pp. 8-9.

“zona de contato é uma tentativa de se invocar a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias agora se cruzam...Uma perspectiva de contato põe em relevo a questão de como os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros. Trata as relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e visitados, não em termos de separação ou segregação, mas em termos da presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas, freqüentemente dentro de relações radicalmente assimétricas de poder.”⁵

A *zona de contato* pode ser uma interpretação da cartografia ambígua do “Contestado”, do choque entre as concepções de mundo que são inscritas no espaço social onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam umas com as outras, travam disputas de poder e de significados que implicam um domínio simbólico pelo território real, cenário de lutas reais. Assim, a luta pelo poder interpretativo, como diria Jean Franco, é uma questão de vida ou morte para as culturas em conflito.

Nesse sentido, a imagem cartográfica do “Contestado” é paradigmática: nela se lê o “Contestado” como uma figura síntese, no qual as oposições aparecem superadas. Mas, como representação de um território, sua existência testemunha incisões radicais: pautada nos mapas da conquista colonial e nas regras imperialistas de anexação de terras e povos, realiza no campo simbólico as idéias de dominação que sustentam tais projetos, como as de inferioridade racial e cultural que implicam na de subalternização das populações nativas. A naturalidade da idéia de raças superiores e inferiores - lapidar da diferença essencial que hierarquiza os povos - de que está impregnada esta projeção viabiliza a velha noção “ *de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como às*

⁵ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império, relatos de viagem e transculturação*. Bauru:EDUSC,1999,p.32.

formas de conhecimento filiadas à dominação”⁶ e se tornam o fundamento da *racionalidade* da anexação e da missão *civilizatória* do ocidente.

A cartografia enquanto representação de territorialidades reais ou imaginárias tem o seu momento de maior eficácia como projeção de domínios, sejam eles coloniais, imperiais ou nacionais. Sua função, nesse sentido, tem sido a de projetar uma imagem do domínio numa determinada configuração histórica do capitalismo e criar um tipo de imaginário geopolítico destinado a articular a consciência política hegemônica desse momento.⁷ O outro lado, aquela cartografia que configura outros tipos de mapeamento cognitivo (portanto, outra episteme), outras totalidades (portanto, outra consciência política) e que se articula em posições contra-hegemônicas, outras visões, lutas, significações e correspondências, é jogada para além da própria cartografia como norma letrada e visão científica institucionalizada, como anteriormente nos foi sugerida pela constatação do historiador Oswaldo R. Cabral. Mas, como diz Pierre Bourdieu,

“... a ciência que pretende propor os critério mais bem alicerçados na realidade quer dizer, um estado da relação de forças materiais ou simbólicas entre os que têm interesse num ou noutro modo de classificação e que, como ela, invocam freqüentemente a autoridade científica, não deve esquecer que se limita a registrar um estado da luta das classificações, quer dizer, um estado da relação de forças materiais e simbólicas entre os que tem interesse num ou noutro modo de classificação e que, como ela, invocam freqüentemente a autoridade científica para fundamentarem na

⁶ SAID, Edward (1996). Op. cit., p.94.

⁷ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio*. SP: Ática, 1996, pp. 406-407.

realidade e na razão a divisão arbitrária que querem impor.”⁸

(grifo do autor)

Nessa visão científica, a cartografia eclipsada remonta à condição suplementar em que foi colocada a oralidade e a cultura subordinada, a qual testemunharia o conflito interpretativo no próprio texto historiográfico, não fosse a autoridade do historiador em decidir que o seu mérito esteja restrito a ser, para ele, o de fonte.

Para mapear “*ambigüidades e contradições*”, enfatiza Nelly Richard, é preciso repensar os valores como particularidades, o “*valor de cada localização teórica*”, ou seja, o valor da experiência que possibilita teorizar desde cada localização geocultural.⁹

Penso que há, portanto, uma disjunção entre a experiência cultural vivida da fronteira e a experiência escritural, e que esta disjunção se constitui naquela diferença entre as cartografias. De modo que,

“Salir de esa disyuntiva requiere imaginar una experiencia del discurso suficientemente fluida para moverse entre las fronteras de lo lógico-categorial y de lo concreto material; una experiencia impulsada por el ritmo interdialéctico de un tránsito entre estructura y bordes, entre sistema y residuos, entre código y márgenes desestructurantes, entre identidad y diferencia, pero sin re-positivizar la Diferencia como alteridad absoluta.”¹⁰

⁸ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p.115.

⁹ RICHARD, Nelly (1997). *Op.cit.*, p.346.

¹⁰ RICHARD, Nelly. “Feminismo, Experiencia y Representación”. In: *Revista Iberoamericana*, vol.LXII, n.176-177, 1996, p.736.

Para Michel de Certeau, a cartografia que se realiza pela oralidade é fundamentada nas narrativas e relatos que dão o testemunho da travessia. Diz ele: “*onde o mapa demarca, o relato faz uma travessia*”.¹¹

A cartografia do percurso, para retratar as experiências migratórias no “Contestado”, na medida em que dela se apreende um sentido de sacralização dos lugares percorridos pelo monge andarilho, inscreve também aquilo que Michel de Certeau considera como a “*extremidade da historiografia*” constituída pelo “*corpus de uma diferença*”: a hagiografia. Para Certeau a hagiografia é um gênero literário que trata da biografia dos santos, mas que deve retirá-la do invólucro da “*biografia científica*”, ou seja, da necessidade de ser uma verdade comprovada, nos termos a que tem sido submetido o relato biográfico pelo modelo historiográfico que “*não pode reter dele senão aquilo que ele não é.*”¹² O autor entende que a hagiografia deve ser transposta para o campo da oralidade e da experiência coletiva, pois

“A vida de santo se inscreve na vida de um grupo, Igreja ou comunidade. Ela supõe que o grupo já tenha uma existência. Mas representa a consciência que ele tem de si mesmo, associando uma imagem a um lugar.”¹³

Assim, percebe-se na hagiografia do monge João Maria – como construção oral –, uma perspectiva contra-hegemônica de rasura às legendas (contra-legendas) cartográficas, biográficas e historiográficas, e pelo que tal idéia pode, nesta perspectiva, manifestar um modo de consciência coletiva e de experiência cultural articuladas pelo sagrado. Ao se cruzar os percursos do monge aos demais

¹¹ CERTEAU, Michel de. Op.cit.,p.21

¹² Idem. *A escrita da história*. RJ: Forense,1982, p.266.

¹³ Id., ibid., p.269.

percursos dos sertanejos na Guerra do Contestado, em busca de terra e trabalho, em busca de união para a luta baseada na fé e na utopia, o encontro de ambos os percursos modifica ou dá novo sentido à própria performance do percurso: são posições corporais tornando-se uma força viva da cultura como *práxis* de criação e de sobrevivência, fazendo parte do texto que constrói a *semiosis*.¹⁴

Tal inscrição cultural que marca a sua diferença diante da “*materialidade da escritura*”,

“...tiene lugar en una comunidad donde se está imponiendo el ejercicio de la escritura, la *peregrinatio* latina está más relacionada com los acontecimientos relatados que com la “autoridad” y com el hecho de que tal “autoridad” está ligada, ya, a la práctica escrituraria.”¹⁵

IV.2 A cartografia do “Contestado” como espaço de poder

O “Contestado”, como cartografia, é delimitado no nível dos conceitos utilizados para descrevê-lo no período da guerra, mas a sua permanência e o seu vigor explicativo hoje implicam numa geografia imaginada e num modo de escrita, dependem de um consenso, de um regime de verdade, de todo um conjunto orgânico de textos e obras identificadoras, de uma abordagem geopolítica que precisa ser constantemente reiterada.

É necessário ponderar que, em primeiro lugar, os mapas do “Contestado” atendem à estratégia militar de demarcar o território como cenário das operações de guerra por parte do exército. Nesse sentido, carregam na sua grafia o ideal do limite do evento bélico, as fronteiras reproduzem as

¹⁴ MIGNOLO, Walter. (1995). Op. cit., p.10.

¹⁵ Idem, *ibid.*, p.11

prédicas do cercamento e do espaço controlado. A delimitação das fronteiras de uma guerra – circunscrevê-la – traduz-se em simbolismo do poder de controle sobre ela.



FONTE: *CONTESTADO*, FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO / INDEX, 1987.

Mas, aceita como referente, a visão cartográfica do “Contestado” se mostra como uma forma de contextualização pretensamente realista e científica dos fatos históricos. Desse modo, não se problematiza a própria cartografia como contexto arbitrário de construção e representação de um tipo de discurso e imaginário sobre as disputas territoriais e lutas de significação em questão. O manejo simbólico da cartografia, como referente ideal de representação das relações espaciais e como contexto,

não está sendo considerado. Mesmo que esteja manifestada a consciência da necessidade dialógica e os limites da criação cartográfica para atender a perspectivas culturalmente conflitantes, esta visão não se converte em possibilidade crítica, capaz de incidir sobre a autoridade do próprio historiador, particularmente o historiador que privilegia as fontes escritas. Nesse caso, o manejo de fontes escritas e documentos oficiais como os mapas, garante aos historiadores a posição de narradores oniscientes, relatando fatos dos quais não participam, mas dominam como na ficção.

E, se considerarmos, como adverte Vicent Crapanzano, que mesmo em situações de dialogismo textual, não existe um único contexto mas pelo menos dois; que todo texto dialógico é apenas uma representação de diálogo - é um “diálogo” - e, como tal, está sujeita a todas as limitações que lhe são inerentes ¹⁶, tenderemos a ver a cartografia como um texto que significa o máximo da autoridade monológica e letrada sobre uma outra cartografia que só pode ser apreendida pela oralidade e pelo percurso.

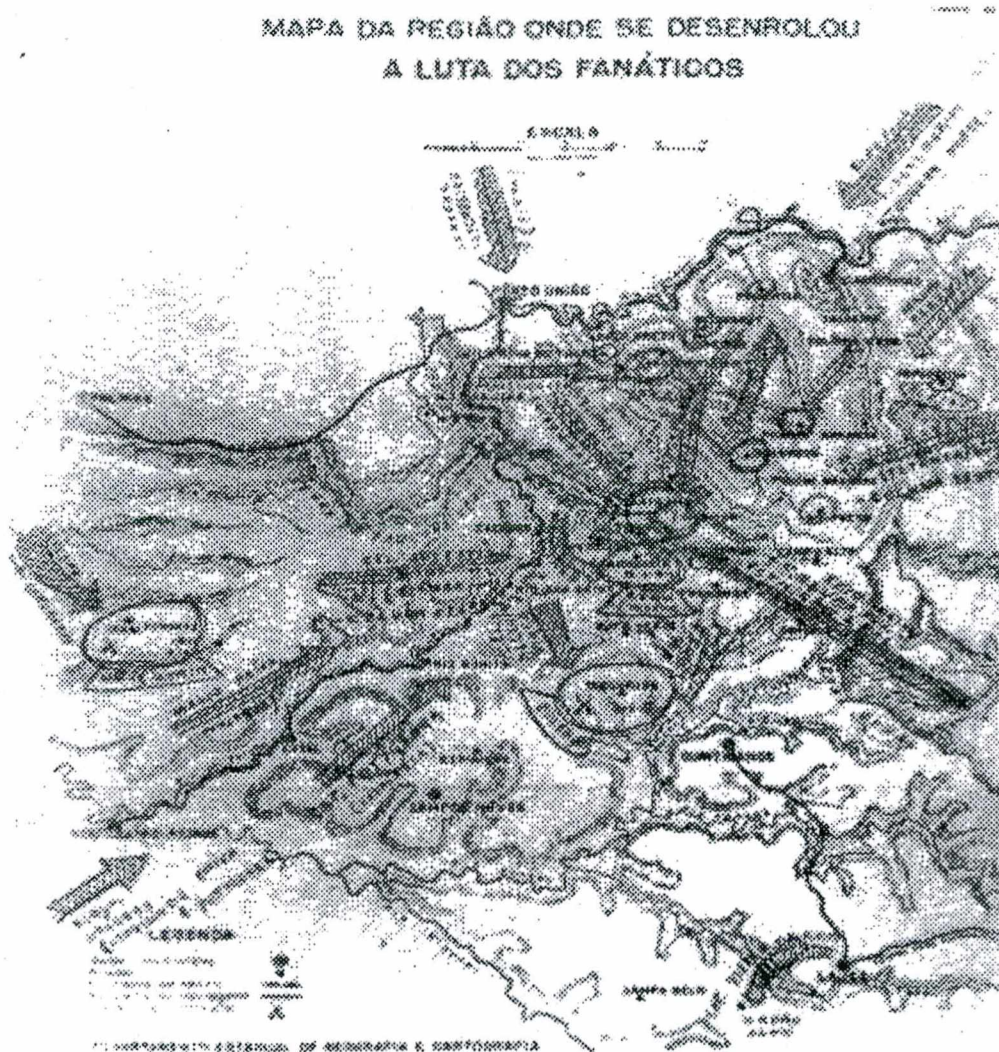
É impressionante como grande parte da historiografia sobre o “Contestado” nutre-se da figuração cartográfica, cuja autoridade esconde a ambigüidade. A figuração cartográfica ajusta-se à necessidade de uma linguagem figurativa que antecede a própria narrativa histórica e lhe serve como referente exterior. No momento em que entra em cena a figuração cartográfica, aceita sem refutações e acompanhada pela linguagem técnica da construção geopolítica do “Contestado”, é um tipo de posição cultural que passa a emoldurar por antecendência a narrativa e o imaginário histórico.

Para Hayden White,

“Todas as narrativas históricas pressupõem caracterizações figurativas dos eventos que pretendem representar e explicar. E isso significa que as narrativas históricas, consideradas meros

¹⁶ CRAPANZANO, Vicent. “Diálogo”. In: *Anuário Antropológico*. Ed.UnB, 1991, pp.75-76.

artefatos verbais, podem ser caracterizadas pelo modo do discurso figurativo em que são moldadas.”¹⁷



O cerco aos milenaristas foi progressivo e implacável

FONTE: DERENGOSKI, Paulo Ramos (1986), p.56.

Originalmente, o mapa acima consta na obra de Herculano Teixeira D'Assumpção, *A Campanha do Contestado* (1917), com o mesmo título. A fonte primária é o Departamento Estadual de

¹⁷ WHITE, Hayden. "O texto histórico como artefato literário". In: *Trópicos do discurso, ensaios sobre a crítica da cultura*. SP: EDUSP, 1994, p.111.

Geografia e Cartografia. Nota-se que o autor desenhou sobre o mapa – que no original apresenta somente um panorama da região com os locais estratégicos - um croqui das batalhas, uma figuração visando reconstituir como poderia ter sido o cerco aos redutos. A legenda reconstrutora, atribuída por Derengoski, diz: **“O cerco aos milenaristas foi progressivo e implacável”**. (grifo meu)

A cartografia estabelecida como oficial serve a um modo de conhecimento, a uma racionalidade que inventa a figura do sertão como desconhecido, ermo, selvagem, deserto, que antecede e cria a possibilidade do deciframento e da tradução e que prepara a intervenção, ou antes, produz a invenção da descoberta, que movimenta há séculos os discursos de expansão colonial e finalmente os projetos capitalistas modernos.

Antes mesmo de ser conhecido como “Contestado”, o planalto de serra-acima era descrito como uma fronteira entre a civilização e a selva no relato do viajante francês Robert Avé-Lallèmant (1858). Natureza tal qual o humano, elementos identificados em conformismo, sem as “desejáveis” lutas do “homem contra o meio”. A falta desse confronto marca a visão que produz a cartografia colonial da racionalidade iluminista: pelas fronteiras entre natureza e cultura, mundos confinados à geografia e mundos expandidos pelo determinismo histórico. Caos e ordem..

“Nunca vi tanta indolência ou melhor tanta preguiça como entre os camponeses de Lajes...Deixam os animais comendo no campo até crescerem e depois os abatem, vendem o couro e os chifres, fazem carne seca e exportam-na, mas não se conformam com o trabalho e vantagens menores. O queijo chega à cidade, mas a manteiga, não. E não me admiraria que um especulador trouxesse manteiga inglesa para vender em Lajes. O trigo medra magnificamente no planalto. Mas só se cultiva para o consumo doméstico, para os estômagos que gritam. Mas uma vez que os levam a calar-se,

calam-se também todas as outras atividades. Em Lajes há alguns moinhos. Em vez de derivarem convenientemente um fio de água dos regatos perenes para as rodas hidráulicas, preferem que os moinhos parem quando as águas baixam e fiquem parados meses, à espera que as águas cresçam. Se, aos homens indolentes enviassem, como concorrentes na terra alguns milhares de lavradores alemães, poderia haver uma completa transformação, com a qual não ficariam satisfeitos os grandes estancieiros e ainda muito menos os pequenos cultivadores.”¹⁸

Na forma moderna de imaginário da conquista territorial, traduzida em figuras científicas, estão conectadas as heranças colonialistas a funções nacionalistas e imperialistas, e ao passarem para a condição condigna de referente habitual e irrefutável, nas páginas canonizantes da historiografia, tornam-se ícones que reificam um certo sentido de real, distanciado das experiências de territorialidade vividas e praticadas cotidianamente pelas pessoas comuns, e mais, sobrepõe-se à elas enquanto interpretação codificada e autorizada dessas experiências. A história consagra o letramento e a técnica através desse seu ícone que é o mapa; como imagem, imprime características ou efeitos de cientificidade aos textos, como resultado do efeito de real que produz e maneja. Como documento de cultura que é, permanece fora do escrutínio do método historiográfico.

Essa troca simbólica deve ser observada atentamente, pois compõe tanto uma luta interpretativa entre saberes letrados e não-letrados, como uma aliança interpretativa da história com a ciência, sendo esta última determinante para a distinção entre história e ficção.

¹⁸ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo* (1858). SP: Itatiaia, 1980, p.69.

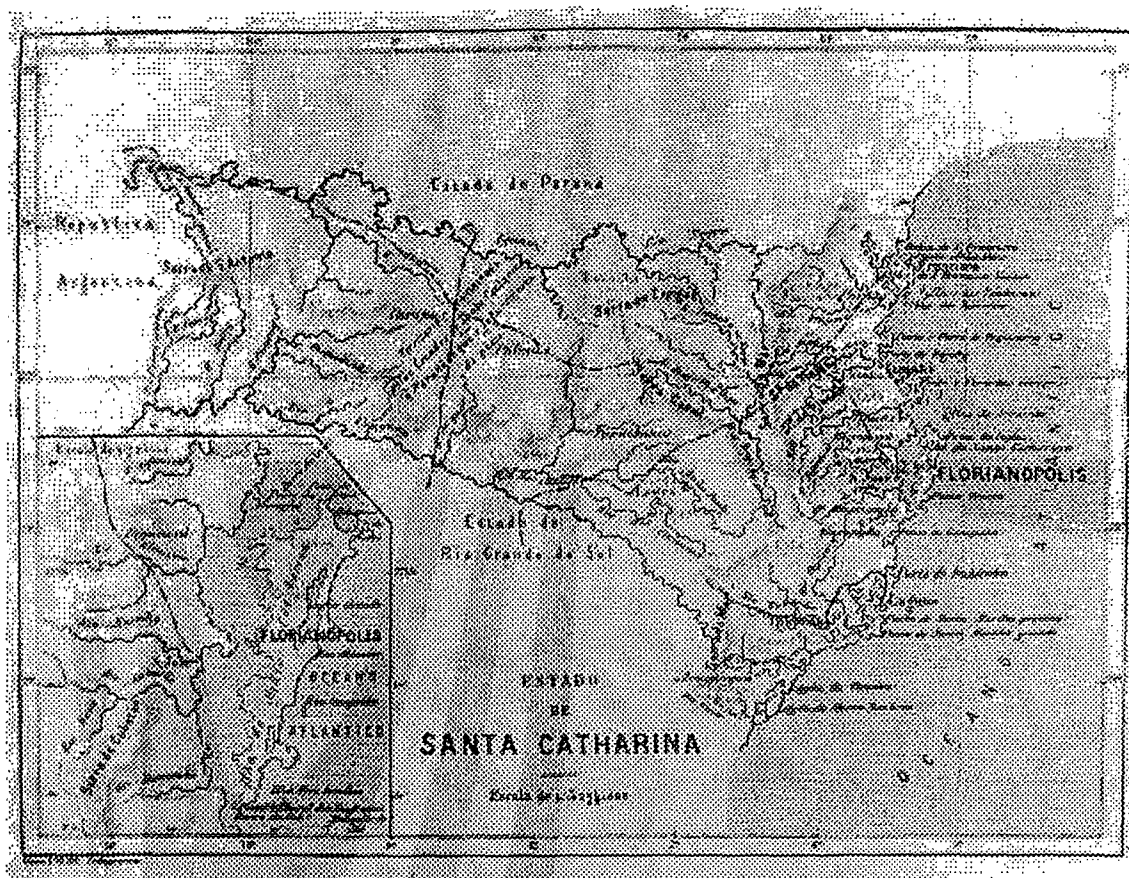
Na partilha acadêmica dos bens simbólicos, o usufruto comum dos processos narrativos é um aspecto desencadeador de um reformismo na política textual que, admitindo a comunidade narrativa em torno ao evento, pretende resguardar um determinado tipo de poder e autoridade – hierarquias - que só funciona em termos de uma distinção prévia das situações de locução. Tais situações de locução advertem para o como se deve ler, distinguindo de antemão o gênero em questão, se ficção ou história. Entretanto, tal distinção falha, na medida em que, como na historiografia, a ficção, baseada em dados históricos, sustenta a sua posição ancorada nas articulações dos momentos institucionais que a antecedem, em certa *gramática estrutural e gerativa*.

Tais momentos institucionais são constituídos por discursos geográficos e históricos articulados a linguagem do poder político. Assim, a linguagem técnica produz descrições e conhecimentos condizentes com as necessidades políticas, como na constituição do “Contestado”, em função do interesse nacionalista. Por outro lado, as conquistas territoriais da nação significam as condições políticas em que a autoridade funda um campo de saber; sem essas condições, as instituições e os saberes não podem ser reconhecidos oficialmente. Ou seja: a vinculação entre os sujeitos de fala e a autoridade do ato de dizer é dada pelas condições históricas e políticas. Por exemplo, as condições políticas que deram origem aos projetos de modernização do sertão e às disputas territoriais possibilitaram que certos sujeitos apoiados institucionalmente, pudessem ter reconhecidos os seus atos de fala como atos de autoridade e decisão, como também posições de autoridade puderam legitimar atos de fala como linguagem do poder.

Desse modo, pode-se entender como a história contada só o foi em função dessa articulação. A história que deveria ser representada como um espaço de conflito se faz contada por quem estabelece as normas estruturais segundo uma gramática de representação que soluciona os conflitos. Por outro lado, só existe a solução do conflito se se aceita tal representação como sendo válida para a solução do conflito. E

este é o desafio para as teorias críticas da enunciação pelas quais se pode discutir como as posições de enunciação são constituídas e confirmam a sua inscrição produtiva no real.

No mapa que segue, o território catarinense unificado traz no centro, entre uma discreta linha pontilhada, o espaço de inscrição do “Contestado”.



FONTE: *CONTESTADO*, FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO /INDEX, 1987.

O papel dos Institutos Históricos e Geográficos, surgidos no Brasil desde 1839, foi de extrema importância na produção e articulação dos discursos que visavam a consolidar o Estado-nação. À semelhança do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, institutos foram organizados em vários estados da federação, sistematizavam um tipo de conhecimento regional em primeira instância. Os Institutos

caracterizados por disputas regionais eram formados e financiados por elites locais intelectuais, políticas e econômicas, cujo objetivo era produzir um saber oficial. Os Institutos Históricos e Geográficos sob a influência do IHGB, eram conduzidos pelos “princípios da nacionalidade” adaptados da tradição histórica alemã, baseada nos condicionantes de grandeza territorial, densidade demográfica e unidade racial. Tais institutos, de certo modo, aplicam a tese fundadora de Von Martius (*Como se deve escrever a história do Brasil*, publicada em 1845), adaptando-a aos tempos republicanos, segundo a qual

“Cabia ao historiador brasileiro redigir uma história que incorporasse as três raças, dando predominância ao português, conquistador e senhor que assegurou o território e imprimiu suas marcas morais ao Brasil. Cabia-lhe também dar atenção às particularidades regionais, escrevendo suas histórias de maneira a fazê-las convergir rumo ao centro comum ou à unidade de uma história nacional.”¹⁹

A perspectiva da escrita oficial regionalizada apoiada no logo-etnocentrismo tem, assim, o efeito de reproduzir em cada “região” o mesmo jogo entre centros e margens que hierarquiza a cultura colonial e a cultura colonizada desde a metrópole. A marginalidade da cultura colonizada é perpetuada na história nacional seja pela ênfase à centralidade do traço colonial ou pela ênfase à uma unidade arbitrária.

Esse aspecto pode ser observado na concepção de *cultura caipira* de Antonio Candido na obra *Os Parceiros do Rio Bonito* (1964), na qual o autor analisa a recepção das relações capitalistas e o impacto das mudanças técnicas e econômicas na cultura local do município de Bofete, interior de São Paulo. O termo *cultura caipira* ou *rústica*, escolhido por Antonio Candido como portador de um sentido cultural mais verdadeiro em relação ao termo *cultura cabocla*, que advém do enfoque racial da

¹⁹ CHAUI, Marilena. Op. cit., p.50.

mestiçagem, tem para ele a “vantagem” de não deter-se neste aspecto e poder referir-se a uma comunidade em particular. Mas, reconhece ser este um movimento reducionista, comparando-o a uma “desvantagem” por reproduzir um contorno geocultural: uma visão demarcatória que compartimentaliza a experiência colonial do sertão paulista.

“Para designar os aspectos culturais, usa-se aqui caipira, que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo-de-ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial), e a desvantagem de restringir-se quase apenas, pelo uso inveterado, à área de influência histórica paulista. Como neste estudo não saímos dela, o inconveniente se atenua.”²⁰

A abordagem geocultural acaba amparando certo idealismo pois, de fato, a desvantagem não se atenua, mas garante a vantagem, enquanto revela e reforça um sentido abstrato de comunidade a que o termo cultura caipira está ligado por referir-se, em primeiro lugar, ao “*caipira em geral*”, ou seja, à “*acentuada incorporação dos diversos grupos étnicos ao universo da cultura rústica de São Paulo – processo a que se poderia chamar de acaipiramento ou acaipiração, e que os integrou de fato num conjunto bastante homogêneo.*” E, somente em consequência, escreve o autor, “*quando procuro compor esta abstração metodologicamente útil, a experiência real que a comprova é, sobretudo, a do grupo que estudei.*”²¹

A idéia-força é a de que a *cultura caipira* define-se como um modo de vida constituído pela assimilação mútua dos traços culturais indígenas, africanos e portugueses, caracterizada como síntese

²⁰ CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. (6ª-ed.)SP: Duas Cidades, 1982, p.2.

²¹ Idem, *ibid.*, p.p.20-23.

cultural e não apenas racial no *acaipiramento*. No *acaipiramento*, o elemento aglutinante e centralizador é o traço português, que se sobrepõe aos outros, sobretudo, através do bandeirantismo e do catolicismo.

Assim, a representação cartográfica, cujo sentido de existir é poder representar a região, como uso ideológico, produz um efeito de totalidade e continuidade, uma tendência à unificação dos elementos de dissenso e à absorção das contradições internas por um centro que as aglutina e indiferencia.

Depois de ter sido anexado ao Brasil, o território “Contestado” passou a ser considerado uma *região brasileira* e, como tal, era preciso que refletisse uma identidade nacional. A “*região do Contestado*” tinha para o Brasil uma existência jurídica, e assim sendo, estaria, a partir daí, predisposta às intervenções oficiais armadas e aos dispositivos legais que a unificariam à nação.

É interessante observar a função da autoridade jurídico-política na produção desse conhecimento regional, que fortalece a relação saber-poder.

Segundo explica Pierre Bourdieu,

“A etimologia da palavra região (*regio*), tal como a descreve Emile Benveniste, conduz ao princípio da di-visão, acto mágico, quer dizer, propriamente social, de *diacrisis* que introduz por decreto, uma descontinuidade decisória na continuidade natural (...). *Regere fines*, o acto que consiste em “traçar as fronteiras em linhas retas”, em separar o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro”, é um acto religioso realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o *rex*, encarregado de *regere sacra*, de fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade, de pré-dizer no sentido de chamar ao ser, por um

dizer executório, o que se diz, de fazer sobrevir o porvir enunciado.”²² (grifos do autor)

Do ato performático de autoridade, numa palavra, criador de sua própria autoridade enunciativa, uma região territorial é criada e junto com ela também um campo de saber que garante a existência de um corpo coletivo institucional e disciplinar que, por seu turno, legitima e propaga a linguagem do poder.

Os efeitos do poder estão ligados ao saber, ao conhecimento, à competência e, portanto, definem posições de privilégios. Tais posições de saber são igualmente conhecidas como posições de poder, mas a sua eficácia é distingüida pelo regime de verdade de que se nutrem estas posições, e que são sentidas como técnica de aplicação do poder. Regime de saber e regime de verdade estão amalgamados pela forma institucional. A produção de saber deve ser constante porque o poder não pode deixar de ser exercido.

Vejamos, sob essa ótica, o discurso do General Thaumaturgo de Azevedo, presidente da Sociedade de Geographia, em homenagem aos governadores do Paraná e Santa Catarina, pelo “Acordo de Limites”:

“Não nos trouxestes, para que vos pudessemos receber, novos trabalhos technicos, desses que justificam, para os estudiosos, um lugar aqui, afim de que possam trabalhar nestas salas, onde as próprias sombras nos parecem luminosas, porque recompomos dentro dellas imagens queridas, como a de Paranaguá, que nos acompanham abençoando; aqui, onde há mestres gloriosos em vida, como, para exemplo, Homem de Mello e Candido Rondon.

²² BOURDIEU, Pierre. Op. cit., pp.113-114.

Não, não nos trouxestes apenas estudos geographicos ou a promessa convincente de fazel-os. Vindes com uma obra que é incontestavelmente a maior que se possa realizar na sciencia que cultivamos. Fostes creadores, fizestes geographia, na maior expressão do termo.

Maiores que os bandeirantes antigos que incorporavam terras desconhecidas ao patrimonio da nossa civilização, completaes agora a geographia politica do Brasil, dando entidade, expressão physionomica, character, individualidade, por assim dizer, não a uma terra desconhecida e inculta, mas a uma região onde o progresso precisava apenas de paz na sua missão triumphal; a uma região onde 100.000 habitantes torturados permanentemente pelas lutas das quais eram victimas, não tinham tido nem sequer a calma necessaria para experimentarem a propria sensação de nacionalidade.(...)

Nesta hora em que todas as forças vivas do paiz se empenham e se conjugam numa grande obra de construcção nacional, são mais necessarios os geographos de acção que os geographos de gabinete. Sois os homens que o momento requer. (...)

Hoje sois vós, Srs. Governadores, que consentis em incorporar ao patrimonio desta casa o vosso feito, no qual não se vêm sertões desconhecidos, mas um territorio de progresso e de futuro magnifico, ambicionado por todos, que entretanto, se desconhecia a si proprio, acorrentado às duvidas do litigio secular.

Senhores Governadores! Neste momento em que emancipaes 100.000 brasileiros e os seus respectivos lares, completando nosso regimen de liberdade, a Sociedade de Geographia não podia deixar

de testemunhar-vos a sua admiração e o seu agradecimento ante a maneira de corrigirdes o mappa da patria, procedendo não só como homens, mas tambem como homens de coração!(...)

Há dias ainda, Miguel Calmon chamava minha atenção para um caso curioso: o apego incomparavel do Brasileiro às terras da patria. Enquanto povos novos e velhos têm negociado, tolerado, soffrido silenciosos, em todos os tempos, amputações terrotoariaes, o Brasil colossal, capaz sozinho de conter dentro de si todas aquelas nações transigentes não permittio até hoje o menor desmembramento de seu territorio. Não é preciso recordar como temos resistido, neste assumpto, às maiores potencias mundiaes.

Ora, meus senhores, esse apego patriotico que me recordava o joven estadista da Republica, já é um instincto no Brasileiro. Instincto que começou a ser formado pelo carinho de nossas mãis, com as cantigas que falam de nossa terra, mas instincto que chegou até à concepção da imagem da patria, através das encarnações do berço, do lar, da escola da aldeia, da cidadezinha do interior, dos campos, dos arredores, da capital da provincia, que fica sendo o nosso orgulho...Quem não compreende o resto, meus senhores, o que vem depois num caso de litigio como o que havia, o resto que o accôrdo nos permite esquecer?”²³

Assim, as fronteiras da região são constituídas por uma autoridade jurídico-política, mas a região em si, como uma categoria discursiva, é fundada pela autoridade do conhecimento acadêmico, ou antes, cria um sentido de existir para esta autoridade que evoca uma confluência de saberes para

²³ Discurso também publicado no *Jornal do Commercio* em 26/10/1916, In: MIRA, Crispim. *Confraternização Republicana*. RJ, 1918, pp.217-220.

apreender uma realidade diversa. O fato de que a unidade saber-poder que se manifesta no discurso só pode existir em função da delimitação, e que a não delimitação implica, para a população do “Contestado”, em um desconhecimento de si própria é a prova cabal de que a região do “Contestado” tem a sua origem fundamental no etnocentrismo e na imposição institucional do letramento. É por isso que as autoridades, ao decidirem os limites regionais, “*fizeram geografia*”.

Mas para a representação da região, além da existência discursiva, é necessário que haja um consenso mínimo entre os saberes disciplinares. É esse consenso que define a cartografia, como síntese de saberes de valor pluralista e universal.

A marca do universalismo e do pluralismo – que define o alcance sógnico da representação cartográfica como condição enunciativa de uma verdade -, tem a função de produzir agenciamentos controlados ou intervenções *válidas* no espaço pelo consenso de um grupo especializado, contruído segundo critérios particulares.

Assim, tal tipo de agenciamento, como desdobramento do enunciado “Contestado”, “*já contém em germe um perigo de etnocentrismo*”, como lembra Todorov. Segundo esse autor, o etnocentrismo é, no campo ético, a “*possibilidade de levar os julgamentos para além das fronteiras*”, promovendo os valores de uma cultura particular à hipóstase do *valor* em geral, levando ao absoluto uma forma particular de conhecimento e raciocínio como triunfo da *Razão*.²⁴

IV.3 O hiato historiográfico e a não-cartografia

Segundo o geógrafo Victor Peluso Jr.:

²⁴ TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p.23.

“Em 1910, devido à necessidade de se acelerar o ritmo dos trabalhos de construção da estrada de ferro São Paulo- Rio Grande, foram recrutados, nos centros populosos, gentes de toda espécie. Cerca de 10.000 homens, arrebanhados entre os piores elementos, afluíram ao vale do Rio do Peixe. O banditismo assolou o vale. Terminada a construção, esta gente espalhou-se pelo Planalto, transformado em valhacouto de malfeitores que ali se homiziavam, vindos de toda parte. Era terra sem autoridade, pois a questão de limites não permitia, na área, policiamento eficiente por parte do Paraná ou de Santa Catarina...

O Monge João Maria encontrou, no território contestado, as melhores condições imagináveis para a tragédia que iniciou em 1911. A população, fanatizada, seguiu-o . As autoridades combateram-nos, e os chefes políticos procuraram na luta a solução de seus conflitos pela supremacia. Na ‘Guerra do Contestado’, os bandidos tiveram oportunidade para saquear, matar, incendiar fazendas e povoados. Em 1916, o Contestado foi pacificado, e nesse ano terminava a questão de limites entre os dois Estados. **Abria-se nova era para o Planalto.**

Os colonos começaram a chegar ao vale do Rio do Peixe.

O contrato da construção da estrada de ferro previra a concessão de terras às margens da ferrovia à empresa construtora. A *Brazil Development and Colonization Company* iniciou seus trabalhos em 1916, nas imediações da estação de Herval, na Colônia de Bom Retiro, onde localizou descendentes de imigrantes alemães dos velhos núcleos do Estado do Rio Grande do Sul...

Chegara ao Planalto o povoamento de agricultores.”²⁵ (grifo meu)

Esta longa citação, na verdade, é uma forma breve de apresentar a inscrição de uma essencialidade. Antes da chegada dos colonos, o que narra o autor é quase um preâmbulo do momento em que, com eles, é que se inicia verdadeiramente a história.

Há um texto subentendido sobre a questão que o autor despreza tratar em relação à condição do sertanejo e da migração em massa que foi provocada pela construção da estrada de ferro, antes da chegada dos colonos, uma trajetória que termina não em uma colonização pacificadora, mas em guerra.

Esse silêncio é incômodo, esse hiato historiográfico é inquietante - quando há várias análises exclusivas e de fôlego sobre a questão do “Contestado” - e se deve justamente ao fato de que o silêncio pode ter um impacto muito mais forte e, sobretudo, porque o “Contestado” tende a figurar como um apêndice tal como é cartograficamente representado.

Mas voltemos ao texto, e especialmente ao aspecto dito com todas as letras pelo autor, da origem da pequena propriedade em Santa Catarina, notadamente, no Planalto ou região do “Contestado”.

Não há nenhum tipo de controvérsia sobre o assunto. A pequena propriedade surgiu, como se sabe, pela intensa atividade das empresas coloniais em acordo com o estado, baseada na política migratória muito bem constituída pela Lei de Terras de 1850. Particularmente, na região do “Contestado”, as terras tomadas pela *Brazil Railway & Southern Brazil Lumber and Colonization*, ao longo das ferrovias para fins de colonização e exploração econômica, era fruto de acordo firmado ainda na época do engenheiro Teixeira Soares com o Estado (Decreto n. 305 de 07/04/1890), o que, aliás, já havia sido feito em outras áreas do sertão, inclusive ao longo da ferrovia São Paulo- Rio Grande.

²⁵ PELUSO Jr., Victor. “Aspectos da população e da imigração no Estado de Santa Catarina”. In: *Fundamentos da Cultura Catarinense*. Fpolis: Landes/ UDESC, 1970, pp.72-73.

O efeito do historicismo dentro da história tem sido descrever ou descobrir fatos sob uma perspectiva fundacional e, nesse sentido, atribuir valor aos acontecimentos que leva para dentro da sua lógica discursiva. A construção de sentido implica em que nada pode deixar de ser explicado sob a ótica da causalidade.

A história de Santa Catarina é, sob esta perspectiva já fragmentária, tal como se institucionalizou, ou seja, como historiografia, cindida e polarizada. Interpretada como descompasso entre o litoral e o interior, reedita temporalidades que não vencem os estigmas de regiões geoeconômicas que, por fim, estão balizadas em idéias de progresso vinculadas a potencialidades coloniais.

A entrada na modernidade, ou seja, a entrada na história como história do progresso e da civilização, é simbolizada pelo imigrante europeu, cujo papel encarna esses mitos fundacionais, e é destacado à exaustão como protagonista da história de Santa Catarina.

O valor atribuído ao imigrante europeu na formação econômica e social é pronunciado, e vai do mito colonial do pioneiro “*apoiado em uma pá – pois não deixa de pôr mãos à obra, fixando seu olhar ao longe, no horizonte de suas terras*”²⁶ ao retrato do colono-empresário (geralmente alemão), conhecido como *modelo shumpeteriano*. Mesmo que tal constatação não implique em uma desqualificação do mestiço brasileiro, como afirma Américo Souto (reiterando a tese de Bresser Pereira), o autor nos coloca diante do consenso entre estudos clássicos da economia brasileira e da historiografia catarinense sobre o papel fundamental do imigrante alemão na humanização e civilização nos primórdios da colonização e da industrialização como alavanca do processo de desenvolvimento econômico, não só de Santa Catarina ou do Sul, mas do Brasil desde o início do século XX, especialmente a partir dos anos 20, fase em que se definem os padrões internos de produção e acumulação capitalista.²⁷

²⁶ MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. SP: Paz e Terra, 1977, p.21.

²⁷ SOUTO, Américo A. da Costa. “Industrialização de Santa Catarina: o Vale do Itajaí e o litoral de São Francisco, das origens ao mercado nacional (1850-1929)”. In: BRANCHER, Ana (org.) *História de Santa Catarina, estudos contemporâneos*. Fpolis: Letras Contemporâneas, 1999, pp.120-121.

A transposição desse valor empresarial e desenvolvimentista para os cânones da história constrói uma visão reificadora de certas biografias identificando-as a experiências de lugar definidas pela relação entre elitismo e subalternidade.

Mas se a “nova história” tende a reafirmar ou a se ressentir de certas posições, notamos que elas são vigorosas, pelo que carregam, por conta de uma mentalidade já consolidada como visão oficial e tradição. Na história recente, ainda se mantém a meta de que “é preciso organizar a experiência de ser catarinense”.

Do ponto de vista da história das mulheres, nota-se que essa marca aparece.

Segundo Cristina Scheibe Wolff e Karen Christine Réchia, “*a história das mulheres de Santa Catarina, no século XX, é marcada pela grande diversidade regional e étnica do Estado.*” E mesmo que recentemente vários trabalhos tenham sido realizados, lacunas importantes aparecem, pois “*pouco se tem pesquisado ainda sobre as mulheres indígenas, as afro-brasileiras, ou sobre as mulheres de etnias asiáticas que vivem em nosso estado*”.²⁸

Assim é que, pela clivagem regional, se produz uma historiografia excludente das mulheres. A história das mulheres que tem sido escrita comporta os mesmos silêncios que a história tradicional logo-falocêntrica produziu. Além disso, baseia-se inteiramente no pilar das formações hegemônicas coloniais, de modo que é assim que se apresenta a história das mulheres em Santa Catarina, segundo as autoras: mulheres do sul, descendentes de italianos, alemães e portugueses; mulheres luso-brasileiras do litoral; colonas-operárias alemãs do Vale do Itajaí; e, de colonização mais recente, o oeste das mulheres descendentes de imigrantes italianos e alemães.

²⁸ WOLFF, Cristina S. e RÉCHIA, Karen C. “Mulheres de Santa Catarina: vidas de trabalho”. In: BRANCHER, Ana (org.). Op. cit., p.61.

Mas, não obstante as lacunas deixadas por etnias menos representativas, como já foi colocado, o perfil regionalista da história das mulheres implica no mesmo hiato que já aponte anteriormente, ou ainda, numa cartografia excludente do planalto ou do que foi ou é a “região do Contestado”.

“Se para as outras regiões de Santa Catarina já se pode considerar que existem alguns trabalhos de pesquisa sobre a história das mulheres, nas regiões do Planalto Lageano e do Oeste praticamente tudo está por fazer.

Apesar de ser de ocupação muito antiga, a região de Lages tem sido lembrada muitas vezes pela criação extensiva de gado e pela extração da madeira de seus pinheirais. Praticamente nada há, em termos de trabalho de história, sobre as pessoas que lá viviam, produziam este gado, cortavam os pinheiros a machado, serravam a madeira e a transportavam, a não ser referências esparsas. Até chega a ser surpreendente, para quem acompanha os livros de história de Santa Catarina, que de repente, apareçam nesta região, bem como pouco mais ao Norte e oeste, todo aquele povo que participou da Guerra do Contestado. De onde apareceu tanta gente? E, olha só, havia muitas mulheres entre estas pessoas!”²⁹ (grifo meu)

Não é o caso de se invocar um preenchimento de lacunas ou suturas cartográficas pelas narrativas “que faltam” para suprir a ausência na “*história de Santa Catarina*” ou completar o mapa. Mas o discurso da falta coloca em jogo o próprio caráter suplementar da sutura, toda uma condição epistemológica, da qual não se consegue extrair mais do que concessões e apêndices, justificativas para o silêncio. O que estou questionando é o problema de engendrar as mesmas possibilidades narrativas da

história das mulheres a partir da epistemologia tradicional, e especialmente, de que estas expectativas de uma totalidade cognitiva estruturante sejam suficientes para compensar a invisibilidade e o silêncio. Essa é uma experiência que jamais poderá ser unitária. Devemos não cessar de interromper, ou antes, interrogar a conversão de mitos fundacionais em produção de identidades e questionar a inadequação da racionalidade histórica e suas heranças coloniais.

Assim, o mapa invocado, como recorrente instrumento conceitual para expressar um determinado discurso e dotá-lo de um “efeito de real”, se destina a um “jogo de figuração”³⁰ produzindo uma visibilidade hegemônica e totalizadora da territorialidade, caracterizada num determinado tipo de agenciamento espacial (que eu chamaria de um consenso, no âmbito da sociedade civil, agenciado pela legenda - que é obra consensual da *cidade letrada*). No entanto, essa adequação do discurso – como escrita, ideologia ou estratégia política - à cartografia tem um limite: não pode expressar o contraditório ou os antagonismos que não possam ser contidos nas idéias de síntese, de totalidade ou de consenso; como, enfim, ocorre com todas as formas de representação ancoradas nessas idéias. Elas enfrentam também, os mesmos problemas inerentes à expressão da sua própria lógica contraditória.

O que entendemos como “região” tem, em sua expressão gráfica (o mapa), um simulacro das diferenças, sobre o qual a percepção das fronteiras dessas diferenças surge, a princípio, como prerrogativa dos movimentos diaspóricos, da condição do migrante, do estrangeiro, mas também das histórias confinadas de homens e mulheres. Se essas condições podem denunciar o entre-lugar, a transição, a transferência do signo, a tradução, melhor seria que esses elementos não fossem restringidos a delimitar (*tipificar* ou *fixar*) uma experiência, mas sim, que pudessem conduzir a uma leitura daquela outra cartografia ou a uma não-cartografia que resulta de quaisquer experiências que *rasurem* uma atribuição de lugar, anteriormente dada por uma legenda.

²⁹ Idem, *ibid.*, p.71.

³⁰ JAMESON, Fredric (1996). *Op. cit.*, p. 407.

As diferenças culturais não podem derivar a sua autoridade enunciativa dos mesmos ícones erigidos pela cultura hegemônica como sustentação de uma tradição seletiva, utilizados para demarcar as fronteiras da alteridade ou os limites de expressão contra-hegemônicos, o que significaria, em princípio, uma leitura a partir da posição hegemônica, ou, como diria Nelly Richard, significaria atuar como cúmplice das visões que *tipificam e fixam*, que funcionam como aplicativos das essencialidades : nação, etnias, raças, gêneros.³¹

A importância da história das mulheres advém da possibilidade de intervenção do gênero como diferença na produção historiográfica, entretanto é uma construção que não terá capacidade crítica se conformada com a fronteira que define uma experiência de mulher baseada em sua “visibilidade padrão” da região. A diferença do gênero, como afirma Joan Scott, exige que se trabalhe “*a diferença dentro da diferença*”, pois há muito as mulheres questionam as políticas de representação unificadas, tendo em vista que os seus interesses – que incidem sobre como a sua história deve ser narrada - não são auto-evidentes, mas uma questão ampla de “*disputa e discussão*”.³²

Observo que é da oralidade feminina e popular que surge a construção da diferença como *diferença*, por ser ela, ao mesmo tempo, uma rasura à legenda da cartografia como escrita hegemônica e um questionamento do lugar epistemológico fundante das narrativas unificadoras. É dela que surge, como afirma Nelly Richard, a manifestação do *outro* diante da *cidade letrada*,

“El Logos de Occidente (consciencia, espíritu, historia, técnicas e ideologías) representaría, según sus autores, el dominio masculino de un proyecto civilizatorio que se há dedicado a reprimir sistemáticamente su otro lado más oscuro y salvaje (naturaleza, cuerpo, inconsciente, rito y mito) cuya naturaleza más

³¹ RICHARD, Nelly. “Feminismo, experiencia y representación”. In: *Revista Iberoamericana*, n.176-177, 1996, p.736.

³² SCOTT, Joan. “História das Mulheres”. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História*. SP:UNESP, 1992, p.88.

viva se expressa en la oralidad femenina y popular: una oralidad que la máquina disciplinaria de Occidente há asimilado com violencia colonial a la cultura del libro y a su modelo de lo blanco, letrado y metropolitano. Es cierto que el paradigma de autoridad de la “ciudad letrada” (Rama) trazado por la inteligencia razonante del conquistador se ha impuesto sobre la pluralidad etnocultural de cuerpos y lenguas domesticadas a la fuerza por el canon erudito de la palabra occidental.”³³

Finalmente, penso que a esse *outro*, feminino e oral, que foi engendrado pela própria estrutura hegemônica, como sendo uma alteridade absoluta, cabe assumir uma posição contra-hegemônica, interrogadora e propositiva, diante dos cânones disciplinadores.

IV.4. Tradição seletiva e semióforos do “Contestado”

A ênfase nos fundamentos geoculturalistas, geoeconômicos e geopolíticos do pós-guerra referendaram a representação da vitória da racionalidade, do colonialismo e da civilização sobre o banditismo, o fanatismo religioso e a barbárie. Muitos fizeram (e fazem) coro a essa prática etnocêntrica ao afirmar a unidade do território nacional e a “integração” da população do território contestado-conquistado à nação como consequências da Guerra do Contestado e ao promover a noção de uma “experiência em comum” dos catarinenses baseadas em seus estereótipos regionais.

A atualização dessa prática pôde ser vista recentemente pela televisão, quando o atual governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, ainda em campanha política, recorreu ao “povo”, ao

³³ RICHARD, Nelly. (1996) op.cit., p.736.

“homem” da “região do Contestado”, fazendo referência ao imaginário geopolítico e geocultural, reforçando uma vez mais a tipificação e sinalizando o reconhecimento de uma cartografia latente e das fronteiras de atitude que fazem pensar na existência de uma territorialidade profunda - cujo suporte é a memória -, e que se conflituava com a cartografia disciplinadora e normativa que configura, representa ou ilustra discursivamente a unidade, tendo em vista que a “região do Contestado” não existe como categoria operacional do ponto de vista da cartografia oficial do Estado de Santa Catarina. Esta região, do ponto de vista administrativo, é geralmente designada como “região do Planalto Serrano”, como existe o “Sul Catarinense”, o “Oeste”, o “Vale do Itajaí”, o “Norte”, etc. O “Contestado” é algo mais, é uma cartografia opcional, um recurso que pode ser utilizado ou não, pode ser configurado ou não, dependendo da conveniência.

A alusão à “região do contestado”, como categoria discursiva, expõe o fato de que o “Contestado” é um campo de saber e de referências que se constrói institucionalmente, mas que atende às necessidades de eficácia do poder porque, sobretudo, seu efeito elocutório ressoa popular e massivamente. O “Contestado” mostra sua configuração como *semiosis* ao tornar-se ponte entre o imaginário coletivo e a norma letrada que atua explorando diferentes posições e projeções simultâneas de inclusão e exclusão, ao indicar a ambivalência da própria norma em prescrever e omitir. Quando a política hegemônica lança mão desses efeitos narrativos de sutura para uma *zona de contato* que implica numa cartografia conflitiva, eis o momento de perceber nos interstícios sob a opacidade plana do mapa, a possibilidade da ruptura, da insurgência de saberes locais.

Na sutura cartográfica, acompanha-se, então, a produtividade da ambivalência do estereótipo em torno da questão do “Contestado”. Ao lado do estereótipo racista do fanatismo, o discurso do poder - quando o retorno à via democrática impunha a necessidade da construção de uma hegemonia em Santa Catarina - foi, aos poucos, se tornando condescendente e auspicioso em relação à população pobre e subjugada do território anexado.

Esse estratagema era imprescindível para a consolidação não só da hegemonia política, mas da hegemonia cultural – que muito facilita a primeira –, a qual seria produzida desde um sentido de unificação e pertinência para as “unidades geoculturais” de Santa Catarina, sob a marca de uma “identidade catarinense”.

Marlí Auras chama a atenção para um fato: em 1980, Esperidião Amin, então secretário de Transportes do governo Jorge Bornhausen, foi convidado para ser o patrono de honra nas comemorações do “Contestado” em Irani. Afirmou ele em seu discurso:

“Nós precisamos criar a marca de Santa Catarina. Quando a gente fala no gaúcho, sabe o que é o gaúcho. Quando se fala do carioca, também se sabe o que é o carioca. Quando a gente fala do catarinense não se sabe como representar o catarinense. Para criar a identidade de Santa Catarina, para expressar numa única palavra o que é o catarinense, podemos buscar no Contestado uma alternativa. Nós podemos ganhar aqui esta palavra. Esta palavra é o homem do Contestado, é o jagunço, é o fanático, enfim é o homem que deu a sua vida para conseguir um pouco daquilo que nós já temos de justiça social; para conseguir que o oeste catarinense fosse chão de propriedade de milhares de famílias.(...) aqui neste local mora a identidade de Santa Catarina.”³⁴

É importante considerar que se trata da fala de uma posição de poder, mas também que ela não pode ser desprendida da situação de comunicação que dá sentido ao enunciado político. É um discurso para o povo e remete ao seu enraizamento sócio-cultural e a sua intenção particular que deseja

³⁴ ESPERIDIÃO, A. “Em Irani, um desfile recorda a Guerra do Contestado”. Jornal “*O Estado*”. 16/09/80, p.17., apud AURAS, Marlí. *Poder oligárquico catarinense: da guerra dos “fanáticos” do Contestado a “opção pelos pequenos”*.

“ganhar aqui” o consentimento para ligar os símbolos do “Contestado” – dada pela representação entre imagens conhecidas ou visíveis e abstrações que ela manifesta – aos *semióforos* do poder.

O sistema de comunicação e os efeitos de poder não correspondem a um modelo geral, mas a formas e lugares diversos, circunstâncias específicas, de modo que as relações de poder, entendidas como ações que modificam outras, podem e devem ser apreendidas “*en la diversidad de su secuencia lógica, de sus capacidades y sus interrelaciones.*”³⁵

Segundo Foucault, a linguagem do poder e a situação de comunicação têm em comum o objetivo de agir sobre as pessoas. No entanto, as relações de poder não são necessariamente conseqüências das relações de comunicação. Mas, como no caso, não estando separadas - campo político e campo dos signos -, elas possuem uma especificidade nessa união. Atuando num âmbito preciso se sustentam reciprocamente, isto é, as relações de poder implicam num campo de informação que produza efeitos de poder como a hierarquia da autoridade que fala e a obediência, ou seja, a aceitação da dominação está implícita como conseqüência do ato de comunicar o que se pretende.³⁶

Mas, se trata de algo mais. Estamos diante de uma outra exigência do poder, que é levar aquele estereótipo do “homem típico” sobre quem o poder é exercido livremente, um sujeito historicamente sujeitado às formas de violência e controle, para uma posição em que a identidade que lhe é imputada, seja para ele como fruto do auto-conhecimento³⁷, que garanta que ele seja um sujeito não só “*plenamente reconhecido*” em seus atributos fixos, mas também que seja levado a crer que é um sujeito que atua frente à relação de poder – atua nas relações de consenso - de modo que se possa “*abrir todo um campo de respostas, reações, resultados e possíveis invenções.*”³⁸

Tese de doutorado, PUC/SP, 1991, pp.323-324.

³⁵ FOUCAULT, Michel (1995). Op. cit, p.179.

³⁶ Idem, *ibid.*, pp. 177-178.

³⁷ Idem, *ibid.*, p. 170.

³⁸ Idem, *ibid.*, p.180.

Na forma em que se coloca a estratégia discursiva, ancorada no *dispositivo discursivo* da *comunidade imaginada*, a marca da identidade catarinense se inscreve no “*homem do Contestado*” como apagamento dos traços degenerativos. Apaga-se o *outro* como alteridade absoluta. Assim, o **fanático** desordeiro, o **mestiço** desagregador, o **jagunço** bandido, torna-se o conciliador das diferenças – as mesmas que, anteriormente, haviam se constituído no antagonismo dos caboclos sertanejos ao discurso da nação e criado a sua insularidade territorial -, resgatado na idéia de totalidade e inclusão regeneradora ao “povo catarinense”. Possibilita-se, assim, uma assimilação do contra-hegemônico ao hegemônico pela formação de uma *tradição seletiva*.

O conceito de *tradição seletiva* de Raymond Williams, ao tratar da tensão entre o hegemônico e o contra-hegemônico, se refere à necessidade da cultura hegemônica que, para ser vivenciada como tal, deve incluir os resíduos da cultura contra-hegemônica numa tradição que recria o passado ratificando o presente, dando-lhe um sentido de continuidade predisposta.³⁹

Ela vai significar, portanto, um ponto de recuo para os que foram forçados a se incluir nesse processo, restando para estes uma relação de silêncio e recalçamento com as experiências vividas no passado, ou seja, uma relação folclórica *pedagógica* com a herança cultural baseada na *tipificação* e na *fixidez* desse passado.

Voltando ao discurso, esse ponto de recuo está claro na distorção dos valores defendidos pelos sertanejos na Guerra do Contestado, que os coloca na história de Santa Catarina como protagonistas das conseqüências sociais e econômicas que hoje vigoram, coloca-os em linha de continuidade com o projeto hegemônico da colonização de pequenos agricultores e, de certo modo, isso pretende criar a idéia de que o projeto dos sertanejos foi, efetivamente, o vencedor.

³⁹ WILLIAMS, Raymond. Op. cit., pp.118-119.

Nesse sentido, poderíamos pensar que a política agrária vigente, sobretudo no “Contestado”, estaria balizada por essas idéias anunciadas. No entanto, estamos longe disso, e as grandes propriedades improdutivas, como atestam as intervenções do MST no planalto e no oeste do Estado, dão testemunho disso. Comenta Marli Auras que

“Os Sem Terra de hoje, herdeiros da marginalização social dos caboclos de outrora, buscam no Contestado elementos fortalecedores de sua luta. A partir do ano de 1985, em todo dia 25 de maio, milhares de homens sem terra reúnem-se em Taquaruçu (primeiro reduto dos caboclos do Contestado), a fim de reafirmar e aprofundar sua presença, enquanto movimento social, na luta pela terra...”⁴⁰

Em 1999, ao percorrer algumas localidades do planalto, como Campos Novos, tive a oportunidade de ver dois grandes acampamentos de sem-terras em duas grandes fazendas, a movimentação policial em torno, infelizmente, não favoreceu a aproximação. Mas, por outro lado, conversando com pessoas comuns, a preocupação com o desemprego e a falta de uma política para os pequenos agricultores das comunidades rurais em torno à cidade é unânime. E na falta de uma política sensata, as mulheres dessas comunidades rurais resolveram montar uma cooperativa onde trabalham com uma infinidade de coisas, desde um variado artesanato a compotas e doces, biscoitos e bebidas que vendem num espaço cedido de uma lanchonete na rodoviária. São essas estratégias de percurso e sobrevivência das mulheres ou dos sem-terra sobre os traçados do poder e seus espaços cercados, configurando uma sorte de *semiosis*, que produzem intervenções no real não tuteladas pelas instâncias de poder e decisão, ou antes, as questionam.

⁴⁰ AURAS. Marli. (1991). Op. cit., p.330.

A luta dos sertanejos, embora tenha na exploração econômica uma causa primordial, combina várias lutas contra outras formas de sujeição e dominação, que mesclam o controle sobre a produção material objetiva da subsistência e sobre a produção da subjetividade. O controle da subjetividade não existe à parte das relações materiais e o êxito desta inexiste sem aquele.

Desse modo, a invenção da vitória sertaneja, sobre a qual se constrói a *tradição seletiva* do “Contestado”, se expressa, segundo essa tese, no sentimento de defesa da terra, no sentimento de liberdade, no repúdio à opressão e na difusão da pequena propriedade como regime fundiário economicamente viável.

Nesse discurso, que foi o embrião para o projeto político-cultural de Amin para o “Contestado”, vemos que a repetição do estereótipo do “*homem do contestado*”, “*o jagunço, o fanático*” é o retorno da destruição da ordem como sua construção atual. A tradução desse paradoxo da destruição,

“... abre a possibilidade de que ela possa sempre ser restaurada por um esquema que a religa às contradições sociais, a uma realidade histórica contraditória, ou a uma interpretação da história como contradição e ideologia.” ⁴¹

Como mostra Benjamin (em relação ao fascismo clássico), a invenção é uma estratégia política exigida pela própria destruição, e seus “*traços característicos são a manutenção de categorias tradicionais e a tentativa de conservar as condições capitalistas de propriedade.*” ⁴²

Paradoxalmente, é uma invenção que consuma a destruição, e nisso consiste a eficácia política da produção do estereótipo sobre o qual se constrói o discurso que inventa um retorno, “*um resgate*

⁴¹ DÜTTMANN, Alexander Garcia. “Tradição e Destruição, a política da linguagem de Walter Benjamin.” In: BENJAMIN, Andrew e OSBORNE, Peter (orgs) *A Filosofia de Walter Benjamin – Destruição e Experiência*. RJ: Zahar, 1997, p. 57.

⁴² Idem, *ibid.* p.50.

histórico do pequeno esquecido". A sua força política, nesse sentido, é manifestada pela fala autorizada da representação cuja linguagem, constituída e constituidora de conceitos e imagens é, para os silenciados, um reconhecimento. Estes conceitos e imagens apropriados, tipificados, não podem mais ser usados, tomados de volta e resignificados. Esta é a política da inutilização dos conceitos e imagens. Sobretudo das imagens, uma vez que pela repetição de imagens o estereótipo carrega consigo um excesso que, sob outros efeitos de verdade, novas alegorias, ele pode adequar-se sem se modificar, pode ser mantido – fixo e típico – sem deixar de ser atual.

Marli Auras enfatiza, por outro lado, que se trata de um aspecto coerente:

“Há uma forte coerência, no programa político aminiano, entre sua opção pelos setores desorganizados, dispersos e desassistidos da sociedade – que se apresentam receptivos, sem maiores problemas, à ação paternalista, tuteladora do Estado – e o seu empenho em voltar-se para o passado para contar uma história, preenche de significado social, cujo desconhecimento é resultado direto da repressão praticada pelas forças oligarcas que, vencedoras, tiveram o poder de banir o Contestado da história oficial – indecente nódoa a manchar a quietude e disciplina da província - relegando-o, quando muito, a uma ou outra rápida referência ao pé de página. A violência das elites sobre o Contestado foi tão grande que, durante décadas, os caboclos do interior catarinense – participantes ou descendentes de participantes do conflito – praticamente não se manifestavam sobre o ocorrido, visto pelas autoridades como coisa de “fanáticos”, de “bandidos”⁴³

⁴³ AURAS, Marli. (1991). Op. cit., p.325.

A produção da ambivalência do estereótipo é a garantia da sua constante atualidade e da manutenção do exercício do poder mesmo na alternância de conjunturas históricas e discursivas . A ambivalência é o que lhe dá a condição de sua centralidade ou de sua marginalidade enunciativa, pois,

“Estereotipar não é criar uma imagem falsa que se transforma no bode expiatório das práticas discriminatórias. É um texto muito mais ambivalente de projeção e introjeção de estratégias metafóricas e metonímicas, deslocamentos, causas múltiplas, culpa e agressividade; significa o encobrimento e a ruptura de conhecimentos “oficiais” e fantasmáticos para construir as posições e oposições no discurso racista.”⁴⁴

Assim, em torno da ambivalência do estereótipo está toda alteridade produzida de acordo com a articulação da diferença contida na fantasia colonial da origem e da identidade, de uma presença que é ao mesmo tempo “*objeto de desejo e de escárnio*”⁴⁵. O desejo de presença e a sua não-satisfação característicos da episteme ocidental pode levar “*a uma série interminável de desconstruções lúdicas*” que recorrem tanto a uma “*certa igualdade em nome da diferença*”, como à necessidade de reconhecer a “*alteridade como símbolo da presença*”, um “*pluralismo do signo*” e não como seu signo diferencial, “*implicando condições históricas e discursivas e solicitando uma construção de práticas ou leituras diferentes.*”⁴⁶ Pode-se acompanhar o encaminhamento da solução desse tipo de conflito em uma forma de *alegoria da ausência* do “homem do Contestado” na *escrita da história* de Santa Catarina

⁴⁴ BHABHA, Homi. “A questão do ‘outro’. Diferença, discriminação e o discurso do colonialismo”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque, (org.) *Pós-modernismo e Política*, RJ: Rocco, 1991, pp. 200-201.

⁴⁵ Idem, *ibid.*, p.180.

⁴⁶ Idem, *ibid.* p.181.

“Este ‘homem típico’ já existiu. Existiu e foi destruído, tanto física quanto culturalmente, mas deixou muitas marcas, apesar dos poucos registros escritos, porque a perversidade da história não registra a ‘história’ dos vencidos. À história ‘passam’ somente os vencedores, independentemente de suas virtudes. Este vencido que a história registra apenas como um ‘jagunço fanático’ foi o mais típico dos catarinenses. A sua luta de 70 anos atrás é uma luta de inúmeros ‘catarinenses’ de hoje e, mais, luta de milhões de pequenos em todo o mundo.”⁴⁷

O sintagma “*homem do Contestado*” é uma alegoria porque não obstante, o simbolismo de que é constituído discursivamente –onde o simbólico tende a unidade entre o ser e a palavra, entre significante e significado visando a um processo estável de significação⁴⁸– vemos que tal simbolismo é decomposto no próprio discurso. Assim, “o *homem do Contestado*” pode ser interpretado como um fragmento ou um momento da condição de subalternidade não-típica, mas colonial que, no entanto, não se restringe ao próprio colonialismo mas é uma condição mundializada produzida pelas tecnologias capitalistas de exclusão social.

Esse discurso inaugurador, está configurado aqui como *escrita política moderna*, pela forma como o “ocidente” nele aparece como o seu centro gerador, sendo a sua argumentação uma prerrogativa da norma oficial letrada e masculina, na medida em que nele estão postas em “diálogo” desigual - que preserva as hierarquias e a dependência - as posições de sujeito destinadas ao homem, o que tem autoridade para falar e o que por ele é falado. A fala, neste discurso, se destina a demonstrar o máximo controle da escrita e é, ela mesma, destinada à reafirmação da função desse controle sobre a ausência da

⁴⁷ ESPERIDIÃO, Amin. “O Homem do Contestado”. In: *Resposta à carta dos catarinenses. Governo do Estado de Santa Catarina*, Fpolis, 1987, p.139.

⁴⁸ GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Alegorie, mort, modernité”. In: *Histoire et narration chez Walter Benjamin*. Paris: L’Harmattan, 1994, pp.57-63..

fala do outro constituída na estrutura dos documentos escriturais. A necessidade de manutenção da hegemonia leva à inevitabilidade da criação do estereótipo e de um *suplemento que possa sanar a falta* do testemunho do outro na história oficial a que o discurso faz alusão.

A lógica do estereótipo leva à lógica do *suplemento*, porque é o suplemento que produz a substituição para aquela falta pré-existente, para a lacuna da presença *na origem estrutural* do discurso que pretende inaugurar uma alteridade. Propriamente, no discurso político que nos oferece uma estrutura narrativa característica da racionalidade política moderna, observa-se a necessidade de um discurso da ausência que reconhece a falta, mas não pode criar a presença e, assim, necessita do estereótipo.

Esse discurso da ausência nos leva a perceber que ela é inteiramente dependente da criação institucional, de uma troca simbólica no âmbito do letramento, das narrativas historiográficas e etnográficas, da cartografia, de todos os recursos que foram utilizados para produzir um discurso vitorioso e hegemônico que, assim sendo, reproduziu a *ausência do outro*, precisamente através de um amplo arsenal figurativo que abre uma *cadeia de suplementos*.⁴⁹

A *cadeia de suplementos* – a saber, os recursos imagéticos das fotos, mapas, legendas e transcrições de testemunhos – está condicionada a um sistema textual cuja política negligencia o signo da diferença para promover, através de imagens e legendas, a simbologia da alteridade e a estereotipia, a *criar o outro*. Nestes recursos, a *suplementariedade da significação cultural*, destinada a suprir aquela falta dos testemunhos orais na origem da estrutura narrativa escrita, recai como a estereotipia do “*homem do Contestado*”, e se instala no texto pelo recurso à *techné*: “*a imagem, a representação, a convenção, etc., vêm como suplementos da natureza e são plenas de toda esta função de cumulação completa.*” (pedagógica)”⁵⁰

⁴⁹ As noções de *suplemento*, *suplementariedade* e *cadeia de suplementos* são utilizadas basicamente, de acordo com Jacques Derrida, para o qual o suplemento não consiste em um acréscimo a uma presença, mas assinala a marca de um vazio estrutural; o suplemento destina-se à exterioridade, à substituição e ao distanciamento da estrutura. In: *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973, pp.178-192.

⁵⁰ DERRIDA, J. *Of Grammatology*. Trad. G. C. Spivak. Baltimore, Md: John Hopkins University Press, 1986, p.208,

As narrativas da Guerra do Contestado correspondem a um modo de escrita, mas também um modo de leitura massificada das imagens e mapas, de legendas e *anexos*, enfim, da parte *ilustrada* que tem com o *corpo* do texto uma relação de *suplementariedade* que se torna produtiva em sua repetição, pois cria o imaginário sobre o qual uma determinada política escritural tenta manter o controle e a distância: confina a oralidade e o sincretismo no mito e a rebeldia nas formas de sujeição.

No capítulo I, denominado *O Pequeno Esquecido*, da *Carta dos Catarinenses*⁵¹, do programa de governo de Esperidião Amin, quando este fora candidato ao governo do Estado de Santa Catarina em 1983, a intenção de consolidar a *tradição seletiva* do “Contestado” aparece mais claramente, como um amplo projeto que se articularia através de *semióforos*.

A construção dos *semióforos* do “Contestado” depende daquilo que o Estado designa como válidos para a transformação da memória histórica em patrimônio nacional, visando à tutela dessa memória. São ações próprias do Estado, ações de poder em primeiro lugar, que possibilitam existir um sistema de obras, imagens, eventos, coleções públicas e acervos privados de objetos e documentos raros, sustentados em projetos destinados ao “Resgate da Memória do Homem do Contestado” que afinal não é *dele*. Eles atendem ao modelo da *tradição seletiva* conduzida e avalizada por instituições que garantem estrutura e financiamento, como tem sido o governo do Estado de Santa Catarina um grande fomentador destes projetos, especialmente nos governos de Esperidião Amin, desde que este iniciou na carreira política.⁵² É um projeto cultural que vingou e continua a ampliar-se, alicerçado sobre uma política institucional e não sobre propostas populares vindas da comunidade local e definidas pelos seus anseios e necessidades.

apud BHABHA, Homi. (1998). Op.cit., p.218.

⁵¹ AMIN, Esperidião. *A vez do pequeno. Uma experiência do governo de Esperidião Amin*. Governo do Estado de Santa Catarina, 1983-84, Fpolis, pp. 105-107.

⁵² Marlí Auras afirma que Amin utiliza-se do “Contestado” como forma de promoção para a sua carreira política. In: AURAS, Marlí. (1991) Op. cit., p.326.

As ações efetivas daquele projeto inaugural, quatro anos depois, segundo a *Resposta à Carta dos Catarinenses* (1987)⁵³, foram as seguintes:

Instalação do Museu do Contestado, em Caçador, com um acervo do material histórico e documental relativo à Guerra do Contestado;

Realização de seminário nacional e dois festivais de folclore sobre o Homem do Contestado;

Realização de 10 exposições sobre a Guerra do Contestado e 20 apresentações folclóricas encenando o combate do Irani;

Demarcação do aeroporto militar do Contestado, em Caçador;

Fixação de marcos históricos alusivos à Guerra do Contestado;

Publicação de cinco títulos sobre o tema , e a gravação de um disco, o “Oratório do Contestado”, com 6 mil cópias;

Levantamento historiográfico através de depoimentos orais de ex-combatentes;

Montagem de acervo fotográfico;

Celebração de convênio com a fundação Roberto Marinho para a publicação de um livro bilingüe e a divulgação nacional da Guerra do Contestado.

A política cultural que lança mão da construção estereotípica legitima uma vez mais a prática discriminatória e autoritária de base racista e moralista de dispor e apropriar-se, de manipular e tutelar, de servir-se de identidades forjadas e, por tudo isso, impedir que a cultura seja articulada pelos grupos que a produzem.

⁵³ AMIN, Esperidião *Resposta à carta dos catarinenses*. Governo. do Estado de SC, Fpolis, 1987, pp. 140-141.

Como diz Edward Said,

“O poder de narrar, ou de impedir que se formem ou surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos.”⁵⁴

Desse modo, a “palavra-força” da cultura oficial, católica e nacionalista, que se fez ouvir no pós-guerra, com suas interações discursivas, aprofunda a ruptura entre a história escrita oficial e patrimonial e a memória popular, exilada no subterrâneo das coisas ditas fora da sistemática documental ou das finalidades pré-estabelecidas da tradição seletiva na produção de testemunhos e depoimentos, que mantém a tutela da “verdade histórica.”

⁵⁴ SAID, Edward. (1995). Op. cit., p. 13.

V FOTO-ETNO-GRAFIAS

V.1. *Imagens e legendas, estereótipos e figurações*

Flora Süssekind sugere, na abertura do capítulo I de *Cinematógrafo de Letras*¹, a imagem como substituição da epígrafe. Imagem como epígrafe: o paradoxo que funda a textualidade moderna (os textos impregnados de imagens, instantâneos impressos). Sugere uma leitura, espreitar a imagem que antecede, que conduz e ambienta a escrita. Sugiro uma inversão: atentar para a legenda que ancora a leitura da imagem, e traz consigo toda uma didática popularizada de leitura apressada e superficial, um desejo de realismo e verdade, formada desde os primeiros contatos entre textos e imagens fotográficas na modernidade.

A disseminação, em diversos textos que tratam do “Contestado”, das mesmas imagens fotográficas, alicerçadas em legendas explicativas, pode nos tornar suscetíveis a tomá-las como uma quase-evidência. E, desse modo, poderíamos também supor que quase nada possa ser dito a respeito dessa quase-evidência.

Penso, no entanto, que a evidência da fotografia está ligada a uma forma específica de racionalidade submetida a uma política escritural que a consolida e sua leitura crítica depende de um posicionamento cultural aliado a um postulado pelo qual se possa argumentar que

“... Tudo demonstra ao contrário, que a fotografia entra fortemente no campo de um **saber indicial** e que o estatuto epistemológico da evidência é um dos mais complexos a ser abordado.”² (grifo meu)

¹ SÜSSEKIND, Flora. Op. cit., p.11.

² BEAUGÉ, Gilbert. “A Fotografia na Argentina no Século XIX”. In: SAMAIN, E. (org.) *O Fotográfico*. São Paulo: Hucitec, 1998, p.67.

Tomar a foto como indício significa que ela, como todo o regime de imagens, não pode ser compreendida fora do projeto cultural, estético e técnico que define a construção da identidade e da representação que é, sobretudo, uma construção política. Do mesmo modo, a política, pela visão de Benjamin, é influenciada pela exposição e o controle do corpo que as técnicas de reprodução das imagens possibilita.³

O poder, para ser exercido, deve produzir o *outro*, primeiro, como uma realidade fixa não somente material, mas como idéia e imagem, conhecida, visível, imediata e, para isso, requer uma produtividade narrativa, uma circulação de signos, enfim todo um sistema de representação cuja estrutura se assemelha ao realismo, ou seja: não pode ser distanciado das (re)leituras, (re)significações e (re)semantizações a que as imagens estão submetidas no trabalho de produção discursiva do real na qual predomina “*uma ênfase nos aspectos subjetivos da visão e da crescente virtualização do sujeito, cada vez mais suscetível aos procedimentos de modelização agenciados pelas novas técnicas de controle.*”⁴ Isso leva à idéia fundamental de que o estereótipo tão produtivo nas manipulações ideológicas requer, sobretudo, uma extensa cadeia de *suplementos*.

A instrumentalização da fotografia (não meramente figurativa), que imprime um “efeito de real” às narrativas históricas na modernidade, é um indício de que nelas a formatação objetiva do passado se processa por uma inoculação do seu contemporâneo literário, o realismo.⁵ Pode-se, na diversidade dos textos - não obstante as divergências de interpretação que expressam -, ler legendas que apresentam, *diferentemente*, as mesmas imagens do ponto de vista de uma estratégia de escrita que pretende ser realista pela crença na referencialidade da imagem fotográfica a propósito da verossimilhança que é, segundo Barthes, o próprio realismo moderno.

³ WEIGEL, Sigrid. *Cuerpo, Imagen y Espacio en Walter Benjamin. Una relectura*. Buenos Aires: Paidós, 1999, p.50.

⁴ FATORELLI, Antonio. “Fotografia e Modernidade”. In: SAMAIN, E. (org.). *O Fotográfico*. São Paulo: Hucitec, 1998, p.

⁵ BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.163.

Assim, a imagem fotográfica, não possuindo um sentido inerente, está subordinada à legenda ou ao texto.⁶ Cada texto, ao apresentar uma interpretação própria, pretende *produzir* o real ao qual se refere – que é, contudo, um desligamento do referente –, incorporando as imagens que devem imprimir o “efeito de real” e imprimindo nelas o “teor de verdade”, produzindo o realismo que deve ratificar o discurso. Essa montagem é própria do modelo de narrativa histórica da modernidade. Para desconstruí-la

“seria necessário entrar nos detalhes de cada uma dessas imagens para ver o que revelam do que não é dito. Mas, grosso modo, esse conjunto de imagens segue de muito perto o desenrolar da crônica escrita. Constituem-se numa ‘autópsia’ (ver por seus próprios olhos) do acontecido, de que fornecem, de certo modo, as peças comprobatórias.”⁷

Portanto, não se trata aqui de uma exegese iconológica, mas de ver, pela relação imagem-legenda, as imagens compondo um modo de escrita, de perseguir o indício do saber legendário da modernidade na performance textual, ao mesmo tempo individual e coletiva, onde o que cada legenda enuncia, através da autoridade da escrita, torna-se evidente, torna-se real.

Existe uma especificidade para as imagens fotográficas legendadas da modernidade. Walter Benjamim aponta que

“Essas fotos orientam a recepção num sentido predeterminado. A contemplação livre não lhes é adequada. Elas inquietam o observador, que pressente que deve seguir um caminho definido

⁶ DARBON, Sébastien. “O Etnólogo e suas Imagens”. In: SAMAIN, E. (org.). *O Fotográfico*. São Paulo: Hucitec, 1998, p.1

para se aproximar delas. Ao mesmo tempo, as revistas ilustradas começam a mostrar-lhe os **indicadores** de caminho – verdadeiros ou falsos, pouco importa. Nas revistas, as legendas explicativas se tornam pela primeira vez obrigatórias. É evidente que esses textos têm um caráter completamente distinto dos títulos de um quadro. As instruções que o observador recebe dos jornais ilustrados através das legendas se tornarão, em seguida, mais precisas e imperiosas no cinema, em que a compreensão de cada imagem é condicionada pela seqüência de todas as imagens anteriores.”⁸

(grifo meu)

Walter Benjamin chama a atenção para o momento em que “*as fotos se transformam em autos no processo da história*” e que nisso “*consiste a sua significação política latente*”⁹, para a qual as legendas são indícios. De acordo com Benjamin, observamos que pelas legendas as imagens dizem mais sobre a cultura que as produziu. Mais que isso, observamos que, tratadas como documento histórico, elas ganham uma força impressionante, mostrando não só o imaginário de uma época mas reproduzindo e revigorando esse imaginário. A historiografia, assim, assume a tarefa da reprodutibilidade da modernidade – espetáculo.

O aporte imagético da Guerra do Contestado, disseminado em várias obras, tende a reproduzir um imaginário sobre a cultura cabocla sertaneja. As fotografias mostram, daquele contexto, o imaginário da modernidade misturado aos eventos bélico-maquínicos da época; já as legendas agregam a estes outros sentidos, criando alegorias, ou reforçam os mesmos, segundo uma *gramática gerativa* eficaz, criando os estereótipos.

⁷ BEAUGÉ, Gilbert. Op. cit., p. 61.

⁸ BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp.174-175.

⁹ Idem, *ibid.*, pp. 174-175.

Entendo, portanto, que às relações entre legendas e imagem corresponde uma eficácia simbólica peculiar que tende a apresentar os enunciados como inequívocos. No entanto, tal eficácia não vem nem da imagem e nem da linguagem em si, mas do seu uso ancorado numa autoridade institucionalizada e concedida anteriormente. Assim, muitas das legendas que acompanham as fotografias apresentam conotações morais que incidem sobre os corpos e que podem ser lidas como alegorias de recuperação e reinscrição dos *semióforos* da nação.

A construção mais recorrente na relação imagem-legenda nas obras sobre o “Contestado”, que define o sujeito insurgente, é dada pelo conjunto indissociável **o fanático, o jagunço e o caboclo**, sendo que tais conceitos são freqüentemente confundidos, na perspectiva de uma conotação recíproca entre eles.

Nestes termos, a mestiçagem, em contraponto ao ideal de eugenia que aparece em imagens que se antagonizam, se converte em explicação científica do fanatismo: a degeneração racial *é visível* como degeneração moral.

Na grande maioria das obras sobre a Guerra do Contestado, a imagem fotográfica serve à classificação tipológica desqualificante. Nestas ocorrências, a fotografia, pelo tipo de análise a que é submetida, ou melhor, pela legenda a ela atribuída, tem a função de tornar visível o traço da degeneração, o *facie* da criminalidade, da perversão e da loucura. Vejamos como Paulo Ramos Derengoski descreve o monge José Maria, antes de apresentar a sua foto comprobatória:

“Barbudo, atarracado, cabeçudo, indiático, José Maria havia sido soldado raso da policia militar do Paraná e não era um despreparado embora trouxesse estampados (no *facies* e na fala) os traços característicos da paranóia. Não por acaso, seu livro de cabeceira – do qual nunca se separava – era “Carlos Magno e os

Doze Pares de França”, donde tirava histórias fantásticas para contar e recontar aos caboclos embevecidos...”¹⁰

Provocando uma leitura induzida baseada no realismo da fotografia, reveladora de uma identidade dúplice ou de uma identidade verdadeira obscurecida por uma máscara, na fotografia de José Maria, o autor coloca a seguinte legenda: “**O facies de Miguel Lucena Boaventura, o ‘seu’ José Maria do Irani**” (grifo meu). Mas, o que predomina é a ambivalência numa legenda que pretende ser desmistificadora.



○ “*facies*” de Miguel Lucena de Boaventura o “*seu*” José Maria, do Irani.

¹⁰ GERENGOSKI, Paulo Ramos. Op. cit., p.10.

Esse tipo de representação segue de muito perto o modelo antropométrico de identificação utilizado pela antropologia criminal lombrosiana (compartilhada por Garófalo e Benedikt), para a qual a exaustiva exposição e repetição de fotos tipificantes, especialmente de rostos enquadrados, mutilados em partes consideradas relevantes (como orelhas, narizes, bocas, testas, etc...), leva ao pressuposto geral de que o fenótipo do criminoso define a idéia de crime.¹¹ O papel dessas fotos é de mostrar, empiricamente, como uma hipótese, ou como um conceito de crime, perversão ou loucura está adequado a certos sujeitos segundo uma “predisposição natural”.

Tal perspectiva, dentro da qual se produziram as identidades cabíveis e inconcebíveis à nação, influenciou toda uma estruturação disciplinar e laboratorial destinada aos serviços de identificação de criminosos baseada em decifrar crimes através de estereótipos, difundindo, assim, um uso frenológico das fotografias e “retratos falados” como imagem-diagnóstico, como indícios do crime.

Vê-se, por exemplo, no caso de Adeodato Ramos, o último líder do movimento, descrito invariavelmente como bandido e assassino cruel, que a divulgação do seu “retrato falado” numa obra de referência - portanto, fora do âmbito policial -, pode funcionar como um reforço na argumentação contra ele. Sobre a linha promotorial que tem marcado a visão sobre Adeodato Ramos, Marli Auras faz o seguinte comentário:

“Em virtude das informações sobre sua pessoa que corriam interior adentro e eram alimentadas pela imprensa das capitais e outras cidades, Adeodato era visto como a encarnação do próprio demônio. Um homem capaz de cometer as maiores atrocidades pelo simples prazer de cometê-las. É de se indagar, então, o alvoroço que se seguiu à prisão de tão “hedionda” criatura. Os

¹¹SCHWARCZ, Lília. *O Espetáculo das Raças Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. SP: Cia das Letras, 1993, p.166.

jornais abriram largas manchetes para anunciar o feito. De Canoinhas, por medida de segurança, Adeodato foi transferido para São Francisco do Sul, no litoral catarinense. Nesse deslocamento, e nos que se seguiram, grande número de curiosos saíram às ruas a fim de conhecer o famigerado “bandido”.

A imprensa florianopolitana entrevistou Adeodato na cadeia de São Francisco do Sul. Pasmado o repórter percebe que o preso não se enquadrava nas características do tipo lombrosiano, tão em voga na descrição e classificação de indivíduos tidos como “degenerados”.¹²



Retrato falado do jagunço Adeodato Manoel Ramos – o “flagelo de Deus”

FONTE: DERENGOSKI, Paulo Ramos, 1986, p.116.

Na legenda de Derengoski lê-se: **“Retrato falado do jagunço Adeodato Manoel Ramos – o ‘flagelo de Deus’”**. (grifo meu)

Mas, paradoxalmente, observa Paul Virilio, “quanto mais a fotografia se tornava instrumental (médica, astronômica, militar,...) e penetrava além da visão direta”, mais sua leitura se distanciava da “evidência objetiva” e mais se voltava para o “ponto de vista”.¹³

Assim, a construção do estereótipo é feita não só pela exposição e contraposição de imagens fotográficas e legendas mas, também, de descrições.

Falávamos antes de cartografia, e ainda agora de “pontos de vista”. A imagem que eu sugiro serve para ligar os dois assuntos. Procurei mostrar que os mapas do “Contestado”, enquanto figuram denotando um sentido geopolítico de “foi aqui” às extensas descrições geográficas, se colocam em situação de domínio simbólico. Apresento a seguir uma imagem cartográfica do “Contestado” que pretende explicar um sentido mais próximo do etnográfico do “por que foi aqui”.¹⁴



Mapa mostrando a distribuição populacional à época do surto messiânico.

FONTE: DERENGOSKI, Paulo Ramos (1986), p.155.

¹² AURAS, Marli. Op. cit., pp.149-150.

¹³ VIRILIO, Paul. (1994). Op. cit., p.41.

¹⁴ BANN, Stephen. “A verdade em Cartografia”. In: *As Invenções da História, ensaios sobre a representação do passado*. UNESP, 1994. Segundo este autor, a cartografia destinada a explicar “por que foi aqui e não em outro lugar” liga descrições justificadoras do habitat social e natural características do realismo (séc.XIX).p.253.

Este mapa aparece tanto na obra de Aujor Àvila da Luz *Os Fanáticos, crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos* (1952), como em *O desmoronamento do mundo jagunço* (1986), de Paulo Ramos Derengoski. Na obra de Àvila da Luz, o mapa acima aparece acrescido das seguintes legendas antagônicas: “**zonas colonizadas de Santa Catarina (linhas hachuradas)**” e “**região do fanatismo dos caboclos (em pontilhado)**”¹⁵ (grifos meus). O mapa surge ao final de extensa descrição geológica e fitogeográfica e antes do capítulo destinado a tratar da “história”.

As descrições do meio geográfico geralmente abrem os textos sociológicos e históricos para justificar um argumento que irá remeter a concepções naturalistas e realistas e, avançando um pouco, para determinismos geográficos e raciais. Assim, o mapa apresenta o “Contestado” de um ponto de vista que mescla o mecanismo *panóptico* da abordagem a uma prova cartográfica cuja leitura proposta passa pelo olhar treinado do leitor pelo instantâneo fotográfico e pelo conhecimento anterior dos mapas e das narrativas históricas. A credibilidade da abordagem depende dessa introjeção anterior de mecanismos.

O mapa anterior apresenta a tese do “Contestado” como uma área de fanatismo em contraposição às áreas de colonização européia. A explicação do autor para a oposição fanatismo-eugenia baseia-se, em primeiro lugar, na idéia de que a causa da guerra não foi uma luta de excluídos e explorados, mas o puro fanatismo religioso, sendo o fanatismo religioso uma degeneração moral como atributo próprio de uma degeneração racial – a mestiçagem.

“Assim, a religiosidade do caboclo é forçosamente um produto da mestiçagem...O catolicismo do português, o animismo do índio e o fetichismo do negro, fundindo-se na alma do caboclo, criaram-lhe uma religiosidade que ainda está na fase de um monoteísmo mal compreendido, muitas vezes deformada por heresias terríveis e que

¹⁵ LUZ, Aujor Àvila da. Op. cit., p. 40.

está impregnada de misticismo estúpido, pronto a descambar para o fanatismo. Sua religião é politeísta, pois, para ele cada santo, um mais que outro, possui poderes divinos. Idólatra, o caboclo adapta a sua religião à sua psique atrasada, aceitando facilmente as exterioridades do culto da Igreja, mas, não podendo, pela sua incapacidade psicológica para a abstração, apropriar-se da pura doutrina católica.”¹⁶

A defesa desse tipo de argumento se faz acompanhada de descrições. O método discricionário funciona de forma a naturalizar o argumento, criando um estereótipo de fácil manejo em sua ambivalência.

“A feição psíquica do homem do planalto, portanto, delineia-se assim: é valente e fatalista mas belicoso; serviçal, afeiçoado às lides do campo; honesto, bom, hospitaleiro; grave, pouco sentimental e nada romântico, mas amoroso com a família; no exterior um desconfiado mas no interior um crédulo; sem grandes alegrias, nem expansividade: um introvertido, inteligente mas analfabeto...”¹⁷

Numa das raras referências à “mulher do planalto” destaca-se, pelo óbvio ideal de feminilidade que o autor Aujor Ávila da Luz pretende afirmar, aquelas que ao preservarem os traços indígenas estariam mais próximas a esse ideal, adequado aos padrões comportamentais que, nesta perspectiva, visa, por fim, corroborar à defesa de padrões eugênicos.

¹⁶ Idem, *ibid.*, p. 114.

¹⁷ Idem, *ibid.*, p.75.

“As mulheres deste tipo, chamadas chinas, encontramos ainda mais freqüentemente. As chinas, de valiosas qualidades domésticas, desempenham nos lares sertanejos papel saliente: são a mulher, a criada, a ama ou a amásia...”¹⁸

Ou ainda, vinculando à dominação de “homens brancos” sobre “mulheres índias e negras”, a mestiçagem só é possível pela “disponibilidade natural” ou pela subjugação destas mulheres de “raça inferior”, já que, por outro lado, há uma “indisposição natural” dos homens índios e negros. A mulher branca é preservada da mestiçagem, provavelmente porque se pretende que ela seja destinada aos homens brancos e que tenha, além da anulação de opções afetivas ou sexuais, uma função exclusiva na reprodução da raça branca. Diz o mesmo autor:

“A mulher índia e a mulher negra é que, cruzando-se com o homem branco, fizeram a mestiçagem.

Qualquer outra combinação era impossível ou praticamente nula: a repugnância do índio pela cor e pelo cheiro do negro e a animosidade natural entre estas duas raças fizeram do tipo cafuzo um fator insignificante no balancear a etnogenia do brasileiro.”¹⁹

Além das fotografias em que aparecem as “mulheres com poder”, ou seja, as Virgens acompanhantes do Monge José Maria, que serviam de mediadoras entre o céu e a terra, as fotografias de mulheres sertanejas nas obras sobre a Guerra do Contestado são também raras. Destinadas a configurar o estereótipo das raças na “típica mulher do Contestado” existem duas publicadas, as quais acabam

¹⁸ Idem, *ibid.*, p. 74.

¹⁹ Idem, *ibid.*, p. 70.

conferindo visibilidade à imagem da mulher “típica”, criada pela descrição e argumentação como a de Aujor Ávila da Luz.



FONTE: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO / INDEX, 1987, p. 10.



FONTE: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO / INDEX, 1987, p. 23.

As respectivas legendas das fotos anteriores apresentam as duas índias Kaingang: **“duas índias da tribo Kaingang, os mais antigos e originais habitantes da região”** e a mulher negra: **“Nega Jacinta, uma típica cabocla da região”** (grifos meus). São, assim, visíveis dois planos do olhar sobre a mulher e a raça. O olhar do fotógrafo que, no início do século, seleciona o que julga interessante registrar (e, provavelmente, o que o levou a fotografar estas mulheres foi a impressão do “exótico”). Sobre esse olhar primeiro se põem os olhares inventariais dos tempos recentes, que reúnem o desejo do exótico colonial ao ideário nacional de pureza racial, trazendo à cena duas raças puras, “típicas”. Veremos adiante

outra manifestação eugenista em algumas fotografias em que aparecem mulheres brancas em famílias de descendência européia. Mulheres mestiças não aparecem em destaque.

Nesses olhares cruzados sobre a “mulher do Contestado” se espelha o Brasil moderno, em busca de sua identidade nacional, sob a fórmula cultura-raça, mantendo os mesmos tipos de hierarquização racial de produção de alteridade que o colonialismo havia engendrado, mas experimentando um arrefecimento das concepções racistas com a introdução da psicanálise, que desemboca no extremo controle da eugenia e da sexualidade.

“Num certo número de mestiços recentes, pouco caldeados, realmente, não há unidade psicológica: são vadios, impulsivos, inconstantes, imprevidentes, sugestionáveis e superexcitados sexuais. Intelectualmente, entretanto, não são inferiores ao branco. Os mamelucos têm mais *self-control*, mais decisão, mais fidelidade; enfim são mais equilibrados do que o mulato.

Mas do fato importante de os mestiços tenderem para a raça branca, sob a ação do meio, do tempo, da infusão de melhor sangue e da “*self-domesticação*”, decorre a atitude otimista em que se pode colocar, para considerá-los, não como tipo involuídos, atavicamente degenerados, psíquica e moralmente instáveis, mas como tipos normais ou, pelo menos, suscetíveis de se aperfeiçoarem.

Encontrando nas raças formadoras caracteres recomendáveis, altamente eugênicos, até agora injustamente olvidados, com o correr do tempo estes melhores atributos se fixam predominando sobre o que há de inferior no mestiço. Pois o negro era dócil, trabalhador, afetivo, alegre e com sentimento de justiça, do bem e de coletivismo. O índio era moral: punia o homicídio, o adultério,

a perfídia e o roubo; se era vingativo, era bravo e altivo; se indolente, mas observador da natureza; se desconfiado, mas hospitaleiro.”²⁰

O discurso moderno reescreve o que era o objetivo do discurso colonial, na medida em que, como este, se concentra em produzir imagens do colonizado “*como população de tipo degenerado, tendo como base uma origem racial para justificar a conquista e estabelecer sistemas administrativos e culturais.*”²¹

A inferioridade do “*sujeito-raças*”, atribuída em imagens, legendas e enunciados, naturaliza o poder disciplinar e se torna uma via indireta de exercício do poder. Assim, “*A ‘anormalidade’ dos degenerados e primitivos demanda a ‘anormalidade’ da intervenção para acelerar o processo de seleção natural.*”²²

Um estereótipo vinculado totalmente à legenda, sem indício na imagem, que consiste numa vilolência simbólica direta da escrita, é o que se produziu pelo uso estigmatizante da categoria *bando*, ou mesmo no caso de *grupo de jagunços, fanáticos ou caboclos*, para se referir a um tipo de associação no qual o nome e o próprio ato de nomear era de extrema importância. Trata-se de uma desqualificação *a priori* daqueles para quem a noção de identidade era, certamente, diversa do ideal liberal. Transmutável, a identidade era construída em termos relacionais, ou seja, cada individualidade não era uma permanência ou signo de estabilidade, mas se achava disponibilizada às funções desempenhadas coletivamente, aos papéis sociais móveis e posições de sujeito e poder que, não raro, se agregavam num mesmo indivíduo - e que eram dadas ou retiradas pelo nome -, como acontecia com os Pares de França.

O logocentrismo que, historicamente, fundamentou o poder colonial, hierarquizando as culturas escrita e oral, aqui atua também como supressão e aniquilação da oralidade como apropriação da

²⁰ LUZ, Anjor Avila da. Op. cit., p.71.

²¹ BHABHA, Homi. (1991). Op. cit., p. 184.

²² Idem, *ibid.*, p. 185.

escrita e inversão da hierarquia. A supressão nominal se revela um tipo de estratégia de poder, referendando a linguagem normativa e oficializada, por incidir diretamente sobre um tipo de resistência cultural que a nomeação articulava dentro do movimento insurgente.

Outro caso emblemático nesse sentido era o dos monges, cujas identidades verdadeiras - no sentido liberal de identidade como individualidade: nome, sobrenome, origem, profissão, etc.- são objeto da investigação dos historiadores para diferenciá-los entre si e torná-los comuns.

O monge João Maria, figura lapidar, precursor de José Maria, é na verdade um homem cuja história pessoal e sua origem se fundiram com a de outro monge do mesmo nome, e talvez com outros mais, no imaginário coletivo. Ele é, nesse sentido, um personagem da tradição oral, criado por uma infinidade de relatos e testemunhos. Nas narrativas orais da religiosidade cotidiana a sua imagem é recorrente.

Na biografia de Nilson Thomé (1987) sobre o monge João Maria, o autor argumenta que para separar o mito da realidade, evitara “*entrar no mérito das lendas pois, como ficção, se mostraram de difícil caracterização como acontecimentos reais*”. No entanto, tarefa mais difícil ainda, segundo o próprio autor, foi “*separar os dois João Maria de outras personagens místicas, profanas e hereges que igualmente existiram, deixaram registros como fatos históricos e lendas sobre as suas atuações, em diversos momentos e em diversos locais do sul do Brasil, inclusive no Contestado.*”²³

Entretanto, a “*irmandade cabocla*”, organização religiosa em torno ao mito do monge santificado João Maria, não contava com a sua presença à época em que se deflagra a Guerra do Contestado, e o seu precursor, José Maria, morreria em combate nos campos de Iraní. O mito da volta do monge João Maria é, pois, constitutivo do imaginário cultural dos caboclos desde antes da Guerra, tendo contudo, na época da Guerra, uma função fundamental na formação da resistência.

²³ THOMÉ, Nilson. *São João Maria na História do Contestado*. Caçador: Ed. Un.C./Universal, 1997, p.17.

Para os caboclos sertanejos, a sua religiosidade articulada pelas várias histórias de curas e benções recebidas através das figuras dos monges produzia o “encantamento do mundo”, uma redenção para o sofrimento e a morte. A idéia de morte era a de uma passagem: pela morte se *passava* para o lado do exército encantado de São Sebastião, que retornaria para vencer a guerra. Essa idéia de morte como rito de passagem é própria da cultura cabocla e especialmente na cultura Kaingang.

A organização religiosa que sustenta a criação do mito e a utopia de recriação do mundo confere o traço de resistência cultural numa conjuntura bem definida: o contexto da guerra, no qual, não o mito do monge em si, mas a narrativa mítica da sua passagem, do seu retorno e das suas profecias perpassa o real para conter o caos, e reorientar a experiência da fronteira, da violência e da morte. A narrativa mítica, lembrando Lévi-Strauss, transpõe o espaço entre as duas experiências da realidade, entre o consciente e o inconsciente; organiza o léxico individual no contexto semântico da sua enunciação diante do grupo.

Foi assim, como criação coletiva, que as histórias de guerras revividas nos causos à beira do fogo de chão tornaram-se conhecimento elaborado para a tática de guerrilha dos caboclos na Guerra do Contestado. Um provérbio ilustra o valor do ensinamento: “*O que vale na luta é a sabedoria e não a coragem.*”

Contando a história de Carlos Magno e os Doze Pares de França para os fiéis nas suas pregações, o monge José Maria fundou o seu exército pessoal com vinte e quatro homens - os doze pares -, como também inspirou parte dos ideais monarquistas como representativos de um mundo de igualdade e liberdade, um reino escatológico antes de oposição declarada ao *semióforo* República, que fora defendido pelo Exército, na ocasião da Guerra.

V.2 Ambivalência e preservação

Em *Império Caboclo* (1994) Donaldo Schüler procura restaurar identidades individuais perdidas na produção historiográfica, fazendo coexistirem vários pontos de vista particulares e vozes diversas. Mas, se há uma sorte de heteroglossia construída pela intervenção de vários narradores nesta narrativa, que pretende se mostrar um campo aberto às várias posições de sujeitos, por outro lado, o manejo destas posições é feito por uma única voz ativa que controla as demais, funcionando em relação a elas como uma espécie de inconsciente colonial assumido pelo autor.

Assim, Schüler trabalha sobre personagens típicos e recorrentes das narrativas históricas, mas subverte constantemente os estereótipos, seja física ou moralmente.

No entanto, é o desejo do exótico que impregna a trama. É por esse desejo de ir “além da pele”, de mergulhar no inconsciente, latente na fantasia colonial, que ocorre a subversão dos estereótipos.

Há outro desdobramento do estereótipo, que é a própria fantasia colonial em torno do personagem Kaspar Hauser - retirado do filme do cineasta alemão Werner Herzog, traduzido ao português como *O enigma de Kaspar Hauser* (1974) -, que entra na Guerra do Contestado como um imigrante alemão auto-exilado, mantém a busca do exótico na paixão pela mestiça Sebastiana e extravasa seus conflitos existenciais engajando-se nas lutas sertanejas contra a condição colonial que, no entanto, impera no seu próprio imaginário. A ambigüidade deste personagem traduz-se na provocação de Albert Memmi:

“O colonizador que recusa o fato colonial não encontra na sua revolta o fim do seu mal-estar. Se não suprime a si mesmo como colonizador, instala-se na ambigüidade. Se repele essa medida

extrema, concorre para confirmar, para instituir a relação colonial:

a relação concreta de sua existência com a do colonizado.”²⁴

Kaspar recusa profundamente a ambigüidade, procura refugiar-se na sua própria condição de estrangeiridade, que é um desdobramento da condição de estranhamento do personagem de Herzog, pois se no filme a origem de Kaspar permanece obscura, no personagem de Schüler ela é evidente. Se no filme Kaspar encarna em si o exótico para a sociedade alemã, no romance Kaspar alimenta-se do exótico, busca-o além de si mesmo, busca-o no outro juntando-se aos sertanejos rebeldes e morre, ao mesmo tempo, como qualquer um deles e como estrangeiro, precisamente o que mais desejava para saciar sua fome de exótico, para curar-se do estranhamento. Mas Kaspar é o único personagem que pôde sobreviver na trama de Schüler e, estrategicamente subjetivado torna-se o estereótipo do inconsciente colonial.

“- Quem é Kaspar Hauser ?

- Não é nenhum indivíduo. Kaspar Hauser é cada um de nós...

- Nesse caso Kaspar Hauser esteve no Contestado.

-Esteve e está, como está em toda parte. Hauser nasce e morre,
fala e cala todos os dias.”²⁵

A leitura do estereótipo sugerida por Hommi Bhabha, baseada em Frantz Fanon e Edward Said é de que se deve “*mudar da identificação de imagens como positivas ou negativas para uma compreensão dos processos de subjetividade tornados possíveis (e plausíveis) por meio do discurso estereotípico.*”²⁶

Assim, segundo a visão de Fanon, é preciso fugir da força identificadora articulada pela

²⁴ MEMMI, Albert. Op. cit., p. 51.

²⁵ SCHÜLER, Donaldo. Op. cit., p.223.

²⁶ BHABHA, Homi (1991). Op. cit., p.178.

autoridade cultural, daquela “*linguagem do inconsciente que emerge no psicodrama grotesco da vida cotidiana nas sociedades coloniais*”, indagando nos textos, como o faz Said, o confinamento do colonizado em mitos de poder e conhecimento ocidentais.²⁷

O personagem de Schöler funciona na narrativa como o “quarto escuro” na revelação fotográfica, ao contrário do personagem de Herzog que, sempre descrito e exposto como um tipo aberrante, resiste a qualquer lógica identificadora, inclusive à dissecação do seu cadáver e ao exame do seu cérebro retalhado inutilmente, pelos médicos legistas, no início do século XIX. Assim, se o Kaspar de Herzog pode estar livre de qualquer apreensão do seu ser, o Kaspar de Schöler tem restituída uma origem – *em cada um de nós* – que o torna assimilável possibilitando a sua decifração em práticas identificadoras.

Então, nesse caso, poderíamos responder à provocação de Memmi, pela ambivalência de Kaspar. Se Kaspar vive e morre todos os dias em cada um, e está, como esteve no “Contestado”, significa que Kaspar é uma atitude subjetiva que põe em movimento a fantasia colonial de fome e saciedade do exótico que atua em cada leitura do “Contestado” e identifica a todas, é a ambigüidade introjetada no próprio entendimento do “Contestado”.

V.3 Alegorias da modernidade II

Se no início do século XX a produção cultural deveria ser um reflexo da produção científica, incorporando as suas idéias, o problema da narrativa que retrata aquele período é reproduzir esse mecanicismo. Alegorias da modernidade são assim produzidas: introduzindo signos do imaginário moderno nos textos históricos ou ficcionais através de imagens. Essas imagens experimentam uma espécie de *auratização* pelo caráter da objetividade do que querem mostrar e pela função documental, que lhe fornecem o frescor da verdade do original.

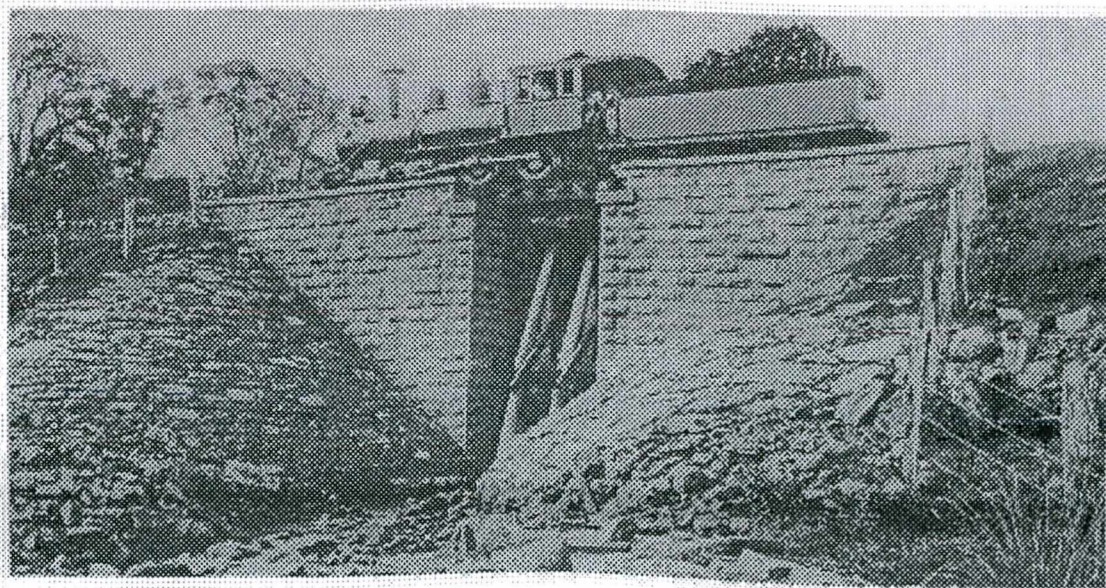
²⁷ Idem, *ibid*, pp.178-179.

Segundo Lilia Schwarcz, a burguesia nascente, seguindo os modelos da ciência positiva e determinista na elaboração da representação do seu poder, se valia de “*noções coladas: a idéia do progresso, o conceito de civilização e o orgulho diante da ferrovia*”.²⁸

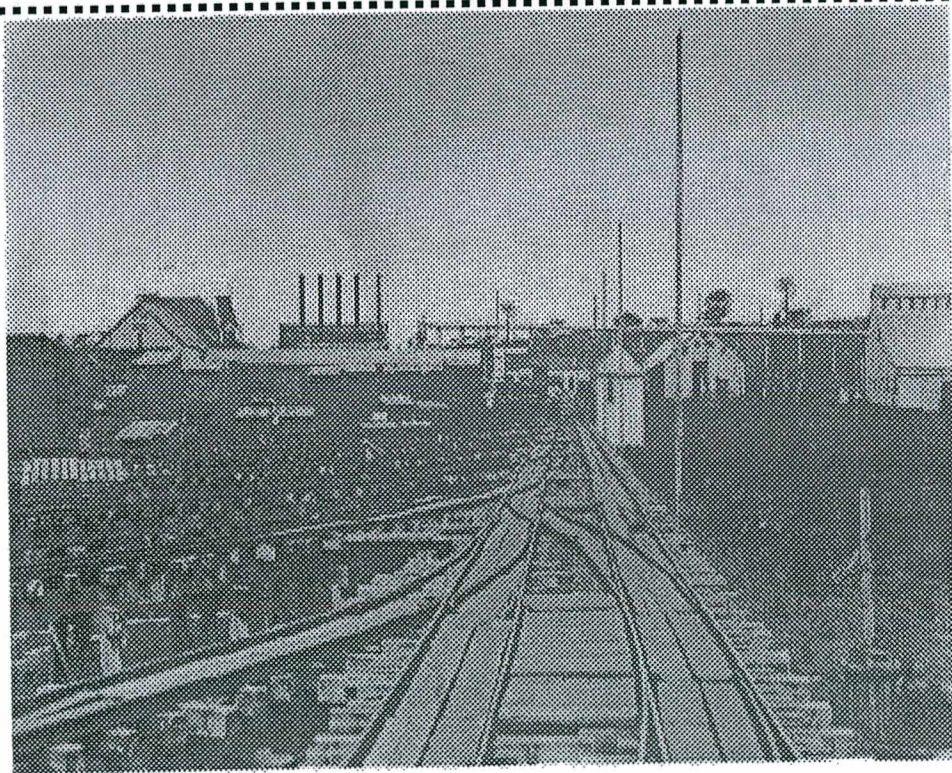
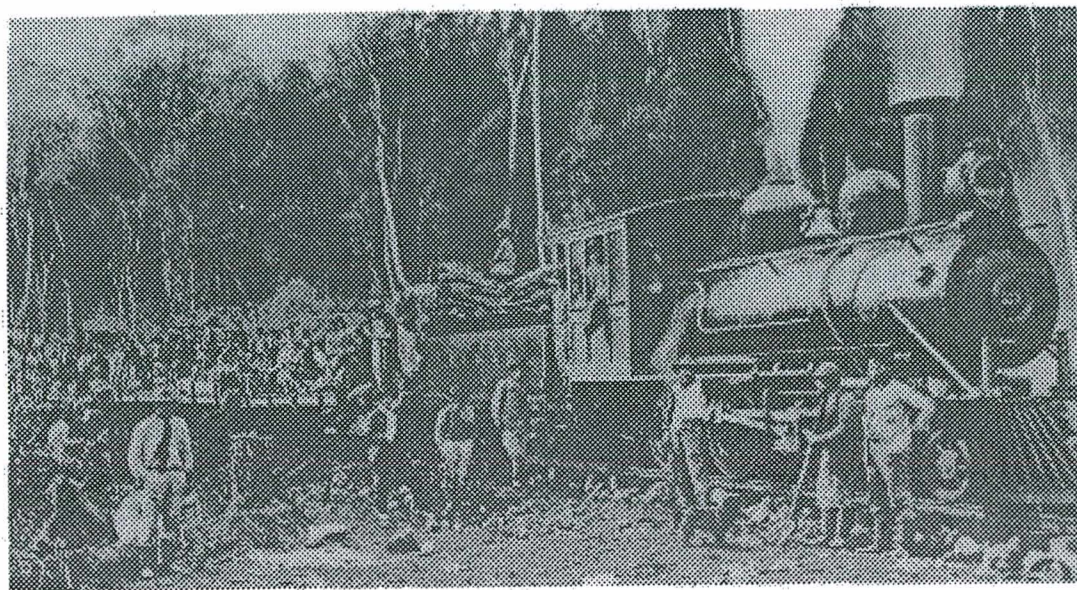
As imagens celebratórias da ferrovia, da serraria, da cidade planejada em torno de Três Barras recriam a colagem a que se refere Lilia Schwarcz, amalgamada pelo realismo da fotografia. As imagens que expõem os símbolos de poder econômico e tecnológico – numa palavra: *civilização* – estão muito bem no clima criado pelas exposições universais, mostrando avanço técnico e seleção natural, sobretudo hierarquias.

Entretanto, as celebrações dessas exposições reais não podem mostrar o progresso sem deixar de ser um documento das ruínas, que podemos ler em alguns rastros.

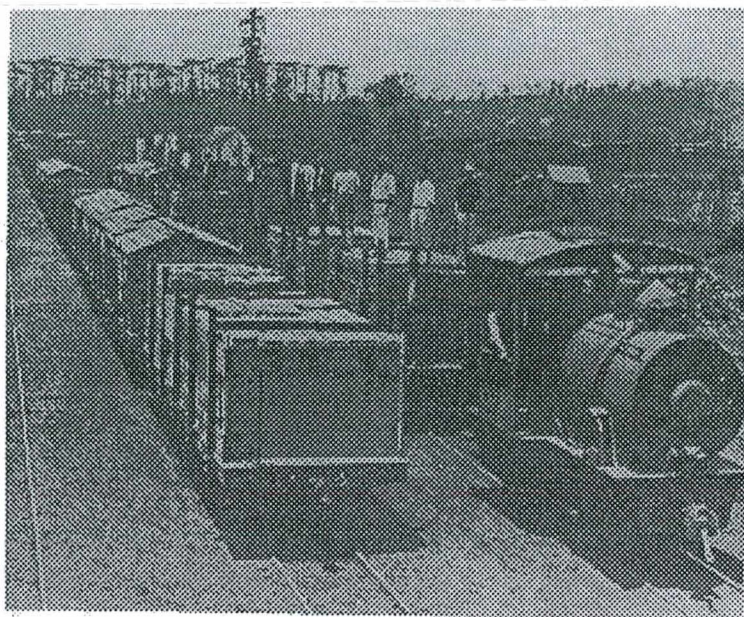
Nas fotografias a seguir, o princípio: a estrada de ferro em primeiro plano, a floresta, ainda imponente, ao fundo. Depois, com a serraria da *Lumber*, a devastação total: “*A Lumber comprou tudo quanto foi pinheiro aqui destas bandas. Pra gente da terra não sobrou nenhum, nem mesmo pra tirar e dar pros filhos comer...*”²⁹



²⁸ SCHWARCZ, Lilia. (1996), op. cit., p.164.



²⁹ SASSI, Guido. *Geração do Deserto*. Porto Alegre: Movimento, 1982, 2ª-ed., p.15.

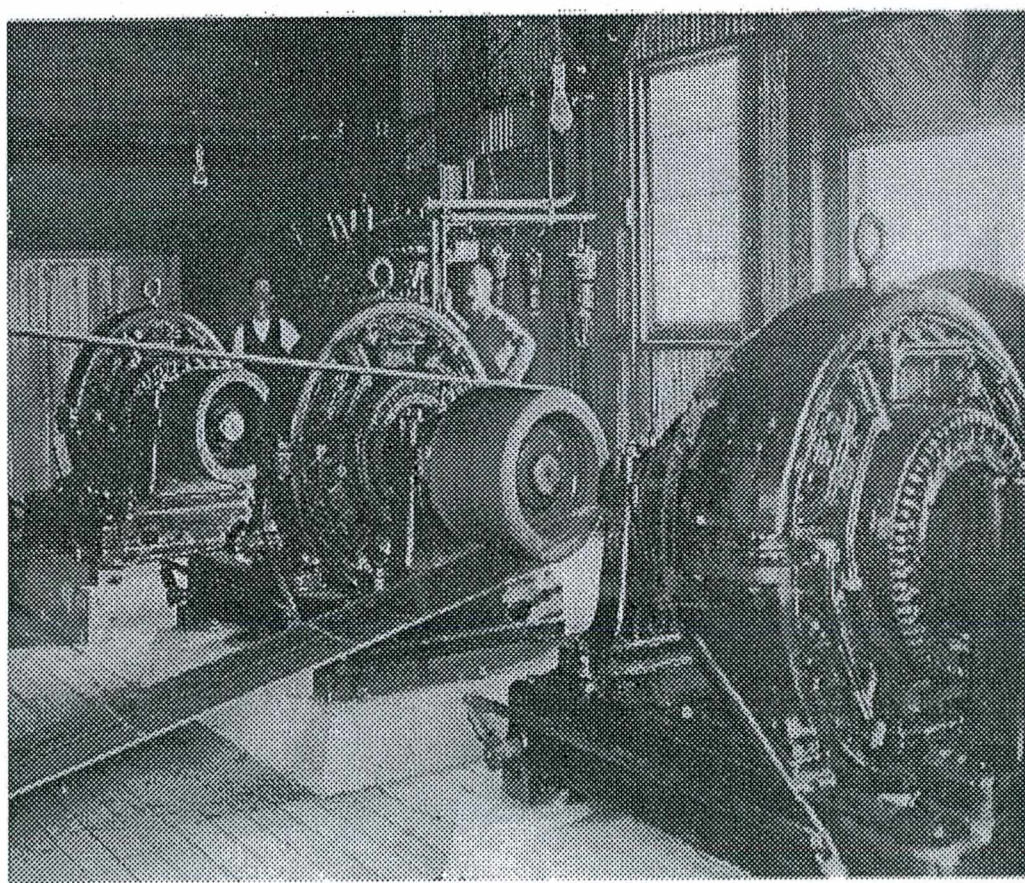


.....

FONTE: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO / INDEX, 1987. (todas as fotos da seqüência: p.p. 35, 39, 56, 57, 56).

As duas imagens acima mostram o potencial devastador da *Lumber* na serraria de Três Barras. Na primeira foto vê-se, em primeiro plano, o destaque para o seu projeto vitorioso: o carregamento de madeira sobre o vagão do trem, enquanto ao fundo podemos ver, ao lado da área devastada, ainda uma parte exemplar da floresta de araucária com seus imensos pinheiros aguardando o mesmo destino. Na imagem seguinte, uma outra área devastada em que foi construída a insólita cidade de Três Barras, somente casas-dormitórios coladas, quase maquete de vila operária no deserto.

Na fotografia seguinte, a imagem distorcida do trabalhador pela tomada em primeiro plano da maquinaria, imperiosa e total , testemunha o apogeu da técnica e a mais perversa “seleção natural” constituída pelo capitalismo industrial, que é a anulação do trabalhador como agente principal do processo produtivo.



FONTE: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO / INDEX, 1987, p.51.

Mais visível o imperialismo se torna, quanto mais ele impõe os *semióforos* de uma cultura apagando os traços da outra. Nota-se que a inscrição da fotografia a seguir está em inglês, vinculando a imagem à produção da memória e do imaginário de conquistas da nação norte-americana. Ao apresentar a festa de “4 de julho” em Três Barras, os signos do progresso deixam de ser apresentados como “universais”, ou como signos da racionalidade universal, e passam a significar que o caminho imperialista do capitalismo ao se impor, o faz como dominação de uma nação pela outra, desterritorializando uma cultura no seu próprio território.



FONTE: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO / INDEX, 1987, p. 45.

V.4 Etnografia e alegoria

A historiografia que lança mão do aporte imagético e discricionário para produzir um discurso sobre a cultura cabocla pode ser também focalizada como um registro etnográfico, a partir do deslocamento do seu foco narrativo principal – a Guerra do Contestado - para a posicionalidade cultural do discurso pela qual se concebe a visão do *outro*.

Num mundo em que está generalizada em abordagens diversas no âmbito das representações culturais, a etnografia pode ser entendida como uma conduta exploratória e , por definição, escritural presente em diversos tipos de textos fundados em farta documentação escrita, transcrições e imagens. Experiências de escrita etnográfica aparecem como constitutivas de relações históricas específicas.

Segundo Jacques Le Goff, a separação entre a história e a etnologia só aconteceu em meados do século XIX, por conta da influência do evolucionismo que preconizava a separação entre o estudo das sociedades ditas primitivas daquelas ditas evoluídas, instituindo para as segundas o privilégio da historiografia. As sociedades ágrafas seriam sociedades sem história e, portanto, sem direito à historiografia.³⁰

Para Michel de Certeau, já antes do período apontado por Le Goff, no século XVII, algumas noções se tornaram uma referência científica para a clivagem estrutural entre o saber histórico e o etnográfico, a qual se prolongaria até o século XX. As noções de escrita, temporalidade, identidade e consciência estariam destinadas ao campo da história e em contraposição, estariam circunscritas à etnologia, as noções de oralidade, espacialidade, alteridade e inconsciência. Assim é que, escreve Certeau:

³⁰ LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média*, Lisboa: Estampa, 1993, p.p. 313-323.

“Lévi-Strauss testemunha uma diferenciação já existente desde há quatro séculos, quando acrescenta a sua variante pessoal ao gênero literário do paralelo entre etnologia e história.”³¹

A leitura das legendas que explicam as imagens permite observar a construção etnográfica a partir das referências à raça e cultura, ou mais enfaticamente, a uma construção alegórica da mistura racial e da expressão cultural da etnia cabocla. O grupo *caboclo* está, assim, identificado, mas difuso e anônimo, num filtro discursivo que o insere no movimento insurgente como sendo inata – porque *caboclo* conota racialmente - a representação que o distingue, o revela e o representa de modo mais preciso e total. As ilustrações e legendas que vão desdobrando e repetindo o *caboclo* compõem, com esta designação, um quadro da alegoria etnográfica.

Para James Clifford,

“As alegorias culturalistas e humanistas estão por trás de ficções controladas sobre diferença e similitude que chamamos de relatos etnográficos, o que se mantém nesses textos é uma dupla atenção à superfície descritiva e aos significados mais abstratos, comparativos e explanatórios.”³²

No conceito de alegoria encontramos a problematização moderna da alteridade onde, como recurso, lhe cabe o desdobramento: do discurso sobre o *outro* ao *outro* no discurso e destes a *outros* discursos que reciclam o mesmo movimento propositivo da significação do *outro*.

³¹ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p. 212.

³² CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998, p.67.

Nesse sentido moderno, a escritura alegórica expõe representações figuradas e linguagens figurativas em que imagens lidas e repetidas organizam um *corpus* semiótico, um espaço de distorção e tradução a partir de uma representação fundacional.³³

Diz Benjamin que *nas mãos do autor da alegoria*

“la cosa se vuelve algo diferente, por ese proceso él establece un diálogo com esse algo diferente, mientras lo diferente deviene así una clave para el ámbito de un saber oculto que su autor reverencia como su emblema. Esto determina el carácter escriturario de la alegoria. La alegoria es un esquema y como esquema es objeto del saber, pero será imperdible sólo hasta que ese esquema se fije: una imagen fijada y un signo que fija, todo en uno.”³⁴

Nesse sentido, as alegorias da modernidade são uma redenção da própria escrita, vinculando-se a práticas de leitura de imagens (“*imagens lidas*”) como deciframento de escrituras fundacionais sobre as quais se produzem as alegorias.³⁵

Assim, a distinção conceitual sobre a alegoria como expressão estética moderna segue de perto as marcas da tradução na escritura e das formas modernas de representação que estabelecem mudanças semânticas e releituras da tradição cultural, de onde surgem os textos e as imagens fundacionais que constituem os *semióforos*. A releitura, desse modo, provém do sistema de saber e de imagens instituído e oficializado a que se tem acesso, o qual tem, por sua vez, na dimensão alegórica, um caminho de afirmação: entre o desejo de representar emitido como chave da alegoria e o desejo do

³³ WEIGEL, Sigrid. “El ‘outro’ en la alegoría: una prehistoria de la alegoría de la modernidad en el barroco”. In: *Cuerpo, imagen y espacio en Walter Benjamin*. Buenos Aires: Paidós, 1999, pp. 167-168.

³⁴ BENJAMIN, Walter. *La obra de los pasajes* (1974/1979) compilada por Rolf Tiedemann e Hermann Schweppenhäuser, tomo I, p.359, apud WEIGEL, Sigrid. Op. cit., p. 177.

³⁵ WEIGEL, Sigrid. Op. cit., pp.178-179.

significante de aceitá-lo ou de negá-lo agrega-se, de qualquer modo, outros sentidos àquele inicialmente proposto. Assim,

“La relación de la traducción (*translatio*) entre palabra (o también imagen) y significado proviene, entonces, de un *saber* determinado y, de tal modo, arroja la cuestión del acceso a este saber. En la dedicación a la alegoría, el interés se dirige en primera instancia al establecimiento de tal sistema. Ello implica que el punto de atención sea el esfuerzo por lograr diferencias constitutivas en cuanto al significado que sean suficientes en la representación figurativa, pero alternativamente también por reconstruir claves e códigos históricos.”³⁶

O processo de leitura alegórica ocorre numa interessante topografia da “*pequena pátria da alegoria*”, segundo a visão de Benjamin, onde sobre ruínas e cadáveres se realiza a escrita. E, me valendo dessa imagem, pondero que nela existe um trabalho de reconhecimento de superfície onde se percebem as balizas do discurso que vão sendo fixadas, segundo um plano, e também que ocorre um trabalho de profundidade, uma arqueologia dos pontos onde estas balizas se encaixam. Esse campo de interpretações é construído pela diferença entre a leitura de superfície (literal) de textos e imagens e a leitura em profundidade (alegórica) pela qual podemos encontrar encravados os sistemas de poder e de saber. É precisamente na leitura alegórica que se pode travar uma luta “explícita ou tácita” contra esses sistemas que auxiliados pelas estruturas do imaginário e da percepção figurativa, se inscrevem na experiência cotidiana dos indivíduos.³⁷

Entretanto, entre texto ou imagem e significado se instaura uma distância num solo movediço das interpretações, ou seja, o significado fixado tem uma validade, cuja duração se liga à duração de um

³⁶ Idem, *ibid.*, p.p. 170-171.

dado sistema de conhecimento que pode, portanto, ser duradouro ou questionável pela alegorização contínua. Benjamin nos fala da existência de um “*abismo entre ser e significar da imagem*”.³⁸

Nessa distância se estabelece o território do *outro*, tanto do discurso regulador sobre o *outro* quanto do discurso que questiona tal regulação. Esse abismo é o entre-lugar, espaço da tradução, das contra-legendas, contracaras, contra- discursos como diria Foucault. É o lugar do sujeito interpretante das alegorias da modernidade.

V.5 Simulacro e alegoria



FONTE: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO / INDEX, 1987.

³⁷ Idem, *ibid.*, p.p.173-174.

³⁸ Idem, *ibid.*, pp.174-175.

As legendas de algumas das imagens do “Contestado” abordam a alegoria etnográfica da etnia cabocla como simulacro da sua performance social e sua insurgência como enredo. Este significado pode ser detectado, fundamentalmente, na imagem anterior, que se tornou ícone por ser a mais recorrente e emblemática nos textos sobre a Guerra do Contestado. Nela, os sertanejos atuam como numa performance, pela pose, pelos trajes, pela formação, pela posição do fotógrafo no momento em que aciona a câmera. A intenção da produção da foto (que pode ser do fotógrafo, dos sertanejos ou de ambos) é retratar uma simulação: representam a si mesmos, já no momento em que a imagem é produzida, negando a possível referencialidade total que lhes é atribuída posteriormente pelas leituras e pelas várias legendas que a acompanham. Na verdade, do ponto de vista semiótico, a simulação é uma constante desde quando

“...o plano do significado se subordina a uma hipótese interpretativa, no confronto de uma certa realidade ou de um certo projeto de significação; quando faz corresponder a essa hipótese um modelo representativo e quando, enfim, deduz desse modelo uma performance que se verifica no uso.”³⁹

No entanto, nessa fotografia o simulacro sobressai especialmente, porque mostra um sentido pleno que agrega ao alegórico um outro nível anterior que define a intenção.

“...a arte da simulação comporta a habilidade executiva do retrato, da estátua e da representação de uma idéia. Comporta, ainda, o saber fingir, ou seja, o estratagema. O simulacro, construção ficticiamente substitutiva no confronto com a realidade, tem o

³⁹ BENTZ, Ione. “A palavra e a imagem: diálogo de linguagens”. In: OLIVEIRA, Ana Claudia de e FECHINE, Yvana (org.) *Visualidade, urbanidade, intertextualidade*, São Paulo: Hacker, 1998, p. 285.

valor de contigüidade e de contemporaneidade em relação ao objeto substituído.”⁴⁰

No interessante trabalho de Marli Auras, intitulado *Guerra do Contestado: A organização da irmandade cabocla*, essa mesma imagem é tratada com impressionante realismo. Diz a legenda naquela obra: **“Caboclos à espera das forças repressoras. A festa e a luta.”** (grifo meu). Salvo se o fotógrafo estivesse na linha de frente do ataque armado, poderia se criar o eixo interpretativo de que se tratava do momento do combate. A legenda coloca claramente a tese da autora de que a posição do movimento na Guerra era de espera, de resistência e de defesa. Uma legenda que, portanto, estabelece uma ruptura com outros enunciados e significados construídos para essa mesma foto na grande maioria dos textos em que ela aparece, os quais corroboram a tese oficial da agressividade dos caboclos. A *festa e a luta* trazidas como conteúdo visível e indissociável criam, desse simulacro, a alegoria da conduta política de “vencer batalhas e comemorar”, como também faz da festa uma representação estética da Guerra, que pode ocultar o entendimento da festa como um valor cultural mais amplo.

Do ponto de vista da alegoria, esta não se potencializa no instante da fixação da imagem pela fotografia, no instantâneo, pois a imagem por si só não cria o alegórico. Ele é obra de uma intertextualidade, um sentido que para ser entendido remete da legenda ao texto, a outros textos e outras legendas, bem como a outras imagens.

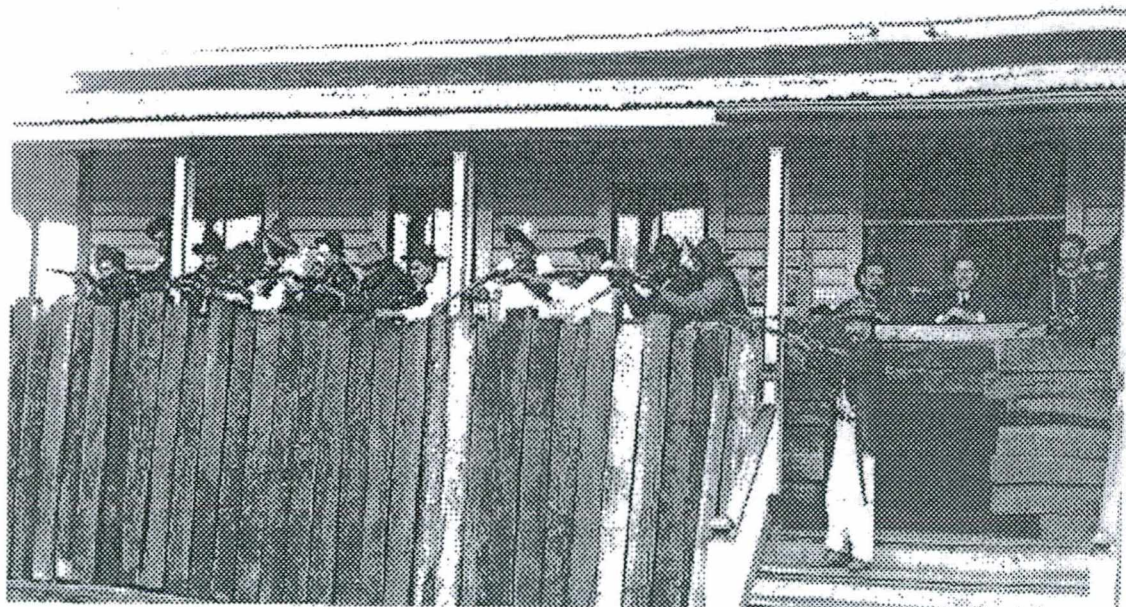
“A alegoria concede especial atenção ao caráter narrativo das representações culturais, às histórias embutidas no próprio processo de representação. Ela também rompe com o aspecto de continuidade da descrição cultural, acrescentando um aspecto

⁴⁰ Idem, *ibid.*, p.284.

temporal ao processo de leitura. Um nível de significado em um texto vai sempre gerar outros níveis.”⁴¹

Assim, essa mesma imagem, na obra *Contestado* (1987), pode ser observada em contraponto às que mostram a expectativa do ataque inimigo, as fotografias que retratam o outro lado, o exército ou a guarda particular do Grupo Farquhar. Estas fotografias não foram feitas com o objetivo de criar uma imagem agressiva, ao contrário, aparecem como imagens de entrincheiramento e defesa. As legendas definem esse aspecto, tornando-o inequívoco.

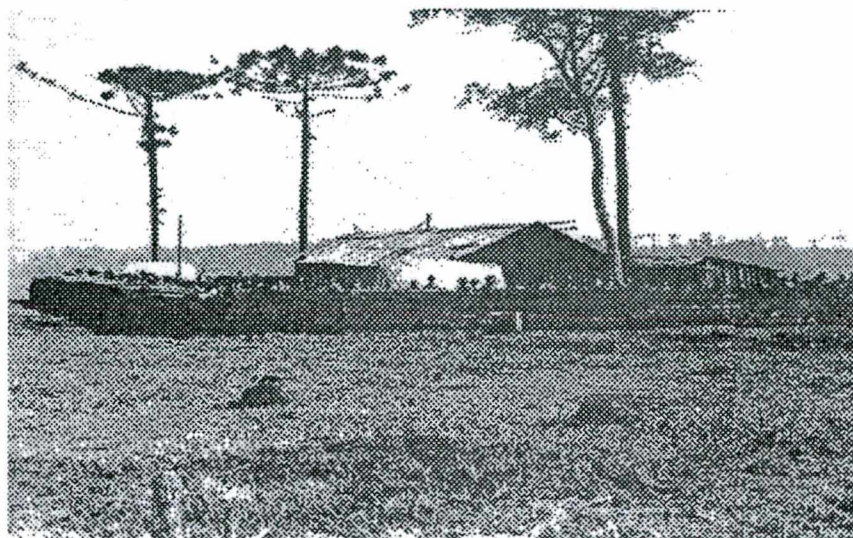
Nas imagens seguintes, retiradas da obra *Contestado*, a legenda da primeira foto apresenta a **“Trincheira de defesa da Lumber em Três Barras. A proteção era feita com dormentes da linha ferroviária.”** (grifo meu).



FONTE: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO / INDEX, 1987,p. 79.

⁴¹ CLIFFORD, James. Op. cit., p.66.

Nesta segunda imagem, a legenda diz o seguinte: **“Trincheira em Três Barras aguardando o avanço jagunço”** (grifo meu).



FONTE: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO / INDEX, 1987, p.78.

Nesta última imagem, o caráter belicoso do movimento sertanejo sobressai. Diz a legenda: **“A Guarda de Segurança da Lumber, organização sempre ameaçada pelos jagunços e fanáticos.”** (grifo meu)



FONTE: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO / INDEX, 1987, p.75.

Aquela mesma célebre imagem dos sertanejos, com armas e instrumentos musicais, recebe na obra *Contestado* a seguinte legenda: **“Bando de jagunços e fanáticos em demonstração de poder armado e animado por uma dupla de músicos. Nota-se a mistura étnica do grupo.”**(p.67) (grifo meu). Nesta legenda não existe a crença no realismo da imagem, acredita-se numa “demonstração”, ou seja, há o reconhecimento implícito do simulacro.

Mas, para entender o ponto de vista dessa enunciação, é necessário fazer um jogo comparativo entre outras legendas e imagens nessa mesma obra.

Nas fotografias em que são apresentados colonos europeus, as legendas enunciam: **“Família Müller, de origem alemã, uma das fundadoras de Canoinhas”** (p.19). Ou ainda: **“Família de colonos típica da região, possivelmente de origem italiana”** (p.17). (grifos meus)

Assim, as legendas, chamando a atenção para a origem, traduzem que, em primeiro lugar, existe uma predisposição étnica para a violência e a “baderna” (a presença dos músicos); depois, que os mestiços andam em *bando*, não têm nome ou família como aqueles colonos brancos, europeus; e, por último, destitui qualquer possibilidade de pertinência ou territorialidade para o grupo caboclo, o qual estaria destinado ao êxodo e à exclusão permanente, tendo em vista que se coloca em contraposição aos colonos brancos, europeus, como fundadores e típicos da região.

As imagens que contrapõem mistura e pureza podem ser lidas como alegorias da lei de colonização do sul brasileiro (1889), a qual continha recomendações suplementares ao texto principal, que restringiam as concessões de terras devolutas para o estabelecimento de colônias homogêneas para famílias alemãs ou italianas, mediante a certidão de casamento que funcionava como atestado de moralidade e bom comportamento, e que permitiram excluir a população regional cabocla.⁴²

⁴² SEYFERTH, Giralda. “Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo (orgs). *Raça, ciência e sociedade*. RJ: Fiocruz, 1996, p. 47.



FONTE: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO / INDEX, p.19.



FONTE: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO / INDEX, 1987, p. 17.

V.6. A sacralização da fotografia

Quando a doutrina da encarnação do Verbo rompeu com a tradição judaica que prioriza a Escritura na condição de manifestação da essência do divino, possibilitou que a tradição cristã se projetasse no “*universo do visual, da representação antropomórfica, da união entre o ver e o crer.*”⁴³ Assim, no catolicismo, a imagem religiosa, que se constituiu como objeto de religiosidade à margem do dogma, não chegou a ser considerada sagrada sem atingir o *status* da Escritura.

É o estilo barroco que funda a retórica do visível e sacraliza a arte humana, tornando-a manifestação do divino. Afrescos, vitrais e estátuas formam o universo do sagrado visível.

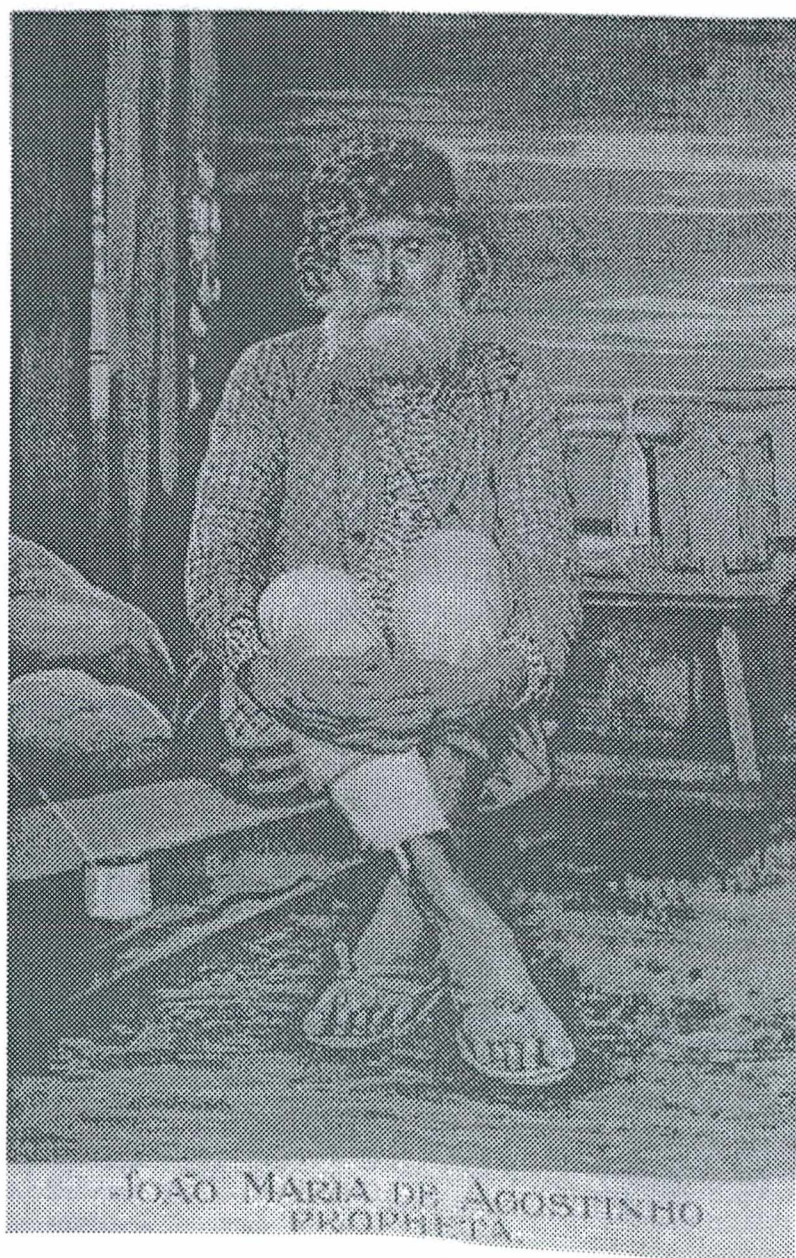
A sacralização da imagem fotográfica do monge João Maria na cultura popular e oral está vinculada à profanação. Impregnada de oralidade e destituída da *aura* pela intensa reprodução e disseminação, a imagem não corresponde à imanência do divino nem mantém a autoridade da Escritura, mas somente mantém a *evidência do real* e a projeção da autoridade anônima dos relatos de pessoas que tiveram contato com o monge e deram testemunhos dos seus milagres e profecias.

Desse modo, a imagem fotográfica sacralizada em sua difusão rompe com o monopólio da representação do divino pela igreja católica, seja ele manifestado na Escritura ou nos ídolos barrocos, e passa a ser uma imagem ritual fora deste âmbito.

Impregnada de oralidade, a imagem fotográfica sacralizada carrega consigo o fluxo do imaginário popular de várias gerações e se torna depositária cotidiana do desejo e da devoção de um número incalculável de pessoas. Poderíamos dizer que ela adquire a sua *aura* pela reprodutibilidade e difusão; na contemplação intensa, massificada, ela se torna parte de uma tradição, ou seja, no sentido imediatamente inverso ao que, segundo Walter Benjamim, pelos mesmos motivos, seria para a obra de arte, a destruição da *aura*, a perda da tradição.

⁴³ VÉRICOURT, Virginie de. “Imagens e Santos dos Andes: abordagem teórica e problemas metodológicos em torno de uma peregrinação”. In: *Cadernos de Antropologia e Imagem*. R.J: Ed.UERJ, n.6, 1995, p.50.

Para Benjamin, a *aura* como “*aparição única de uma coisa distante*” se perderia pela reprodutibilidade técnica e intensa contemplação. De modo dessemelhante, entendo que quanto maior é a exposição da fotografia do monge João Maria, maior é o seu poder ritual. No entanto, neste aspecto particular em relação ao culto à imagem fotográfica, o mesmo Benjamin afirma que ele “*não se entrega sem resistência*”, pois na fotografia, a *aura* “*acena pela última vez*”.⁴⁴



⁴⁴ BENJAMIN, Walter (1985). Op. cit., p.174.

Considerações finais

Se considerarmos que “*no período contemporâneo, a tecnologia e os meios de comunicação são os verdadeiros veículos da função epistemológica*” constituída ao longo do século XX, pela promoção da visibilidade e da reificação do olhar¹ a história das representações do “Contestado” vive, atualmente, o ápice do imaginário da modernidade, enquanto reprodução imagética e legendária.

O seriado de televisão *O Contestado* exibido diariamente pela RBS, como vinheta entre os programas e comerciais, oferece-nos um pastiche do sistema de escrita e imagens que criou o campo de significação do “Contestado”, encenando o consenso e as suas imagens-clichês, recitando pequenos trechos dos textos e, ao mesmo tempo, criando um ambiente publicitário de divulgação do cânone e da literatura especializada; um olhar “sobre” e sob os auspícios do governo do Estado. Uma busca na Internet também não é nada surpreendente, antes, confirmadora. Vê-se lá, novamente, algumas fotografias com as mesmas legendas copiadas, sem alteração, das páginas dos livros.

O sistema de escrita, nesse processo, tornado essencialmente imagem e legenda, teve anulado o espaço de luta de significação com suas aporias, silêncios, faltas, traduções e suplementos. Este espaço conflitivo de significação que só pode existir pela amplitude das leituras foi reduzido, na televisão, a uma série de fragmentos de textos, em partes complementares entre si, articulados por uma “*memória artificial que apaga a memória viva*”, como considera Jean Baudrillard ter ocorrido com o extermínio dos judeus transformado no evento de mídia “Holocausto”. A televisão, para ele, “*arrefece e neutraliza o sentido e a energia dos acontecimentos*” sendo, portanto, o “*princípio da reencenação do extermínio*.”²

Passou-se da fase em que o sistema de imagens - basicamente documental ou referencial (como no caso das fotografias e dos mapas), ou documental e artístico (como no caso do cinema) –

¹ JAMESON, Fredric (1995), op. cit., p. 119.

² BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'água, 1991, p.p. 67-72.

funcionava somente dentro do sistema de escrita no qual adquiria sentido ao articular o real e a representação, para a fase em que o sistema de escrita – tornado absolutamente *legendas* - está totalmente absorvido pelo sistema de imagens da mídia que já “*não remete a nenhum real e por isso, se constitui num universo auto-referente.*”³

As imagens do *outro* construídas em extensos argumentos e descrições, são abandonadas tornando-se “*imagens de si mesmas, para serem consumidas agora por si mesmas, como imagens e não como representações de uma outra coisa.*”⁴

Os significados inexprimíveis que espreitam às margens da referencialidade cartográfica tendem a ser eliminados, pois, rudimentos de imagens sem imaginário, os personagens do “Contestado”, como diria Jameson, *flutuam como resíduos e ícones sem chão.*⁵ Nesse caso, a cartografia não é mais tratada como figuração de uma referencialidade, mas como aparato cognitivo do inconsciente coletivo. Jean Baudrillard define esse processo:

“O território já não precede o mapa, nem lhe sobrevive. É agora o mapa que precede o território – precessão dos simulacros – é ele que engendra o território cujos fragmentos apodrecem lentamente sobre a extensão do mapa. É o real, e não o mapa, cujos vestígios subsistem aqui e ali, nos desertos que já não são os do Império, mas o nosso. *O deserto do próprio real...*

Mas já não se trata de mapa nem de território. Algo desapareceu: a diferença soberana de um para o outro, que constituía o encanto da abstracção. Pois é na diferença que consiste a poesia do mapa e o encanto do território, a magia do conceito e o encanto do real. Este imaginário da representação, que culmina e ao mesmo tempo se

³ JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papirus, 1996, p.122.

⁴ JAMESON, Fredric (1995). Op. cit., p.158.

⁵ Idem, *ibid.*, p.216.

afunda no projecto louco dos cartógrafos, de uma coextensividade ideal do mapa e do território, desaparece na simulação – cuja operação é nuclear e genética e já não especular e discursiva.”⁶

Atualmente, a perda da supremacia de certos referentes culturais e políticos, que acompanharam os discursos e as práticas políticas das instituições da modernidade, precipita também a falência da idéia de totalidade, a qual sempre esteve ligada, fundamentalmente, à consciência de classe no espaço conflitivo da nação e da divisão internacional do trabalho. Fredric Jameson considera que a perda de tais referentes contribuiu para que a representação política e as práticas culturais partilhem de uma dificuldade comum, a saber, a dificuldade de percepção de que cada experiência singular é parte de uma totalidade de novo tipo.⁷

Homi Bhabha entende que a impossibilidade de mapear a totalidade de novo tipo - já levantada por Jameson, considerando a falibilidade da figuração cartográfica, sendo a nova totalidade por ela *irrepresentável*⁸ - não é senão o problema de mapear as diferenças que definem essa nova totalidade, de “*removê-las da pluralidade demográfica*”⁹ e trazê-las para os espaços de fronteira – resíduos da modernidade - onde as experiências do percurso dão origem ao mapa cognitivo dessa nova condição.

Nesse sentido, a política da escrita deve ser articuladora dos significados das perdas no processo de modernidade, ou seja, deve ser capaz de abrigar a *diferença* da escrita, a oralidade, as narrativas de percurso e outras performances que modificam a própria escrita, precipitando nela os seus limites de autoridade e representação. A política da escrita deve ser como aquela experiência de discurso fluída (a qual solicitava Nelly Richard), que se permite ser um espaço de desordem dos signos: uma cartografia onde nenhuma significação pode ser apreendida ou fixada e, portanto, dispensa o índice, a

⁶ BAUDRILLARD, Jean. Op. cit., p. 8.

⁷ JAMESON, Fredric. (1996). Op. cit., p.p.410-411.

⁸ Idem, Ibid., p.p.298-310

⁹ BHABHA, Homi (1998). Op. cit., p.306.

legenda e a figuração. É uma escrita que não parte de um movimento individual em direção ao coletivo, mas surge dele; é, ela mesma, uma escrita agenciada, contingente.

Bibliografia

- ABREU, Regina. *O Enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Rocco/FUNARTE, 1998.
- ADORNO, Rolena. "Textos imborrables: posiciones simultaneas y sucesivas del sujeto colonial". In: *Revista de critica literaria latinoamericana*. n.41, Lima-Berkeley, 1995.
- AGUIAR, Flávio et all. (orgs). *Gêneros de Fronteira*. São Paulo: Xamã, 1997.
- AMIN, Esperidião. *A vez do pequeno. Uma experiência do governo de Esperidião Amin 1983-84*. Fpolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1985.
- _____. "O homem do Contestado". In: *Cadernos da cultura catarinense*. n.00, p.3.
- _____. "Em Iraní, um desfile recorda a Guerra do Contestado". In: *Jornal O Estado*, 16/09/80, p.17.
- _____. *Resposta à carta dos catarinenses*. Fpolis: Governo do estado de Santa Catarina, 1987.
- ANDREW, Benjamin e OSBORNE, Peter (orgs). *A filosofia de Walter Benjamin, destruição e experiência*. Trad. Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.
- _____. *Poder oligárquico catarinense: da Guerra do "Fanáticos" à "opção pelos pequenos"*. Tese de doutorado, PUC / SP, 1991.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Trad. Teodoro Cabral. São Paulo: Itatiaia, 1980.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de Francois Rabelais..* Trad. Yara Fratechi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1987.

- _____. *Questões de literatura e de estética*. Trad. Aurora Fornoni Bernadini e equipe. São Paulo: Ed.UNESP. 1993, 3ª - ed.
- BALANDIER, Georges. *O Contorno*. Trad. Reginaldo Di Piero. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BANN, Stephen. *As Invenções da história*. Trad. Flávia Villas-Boas, São Paulo: UNESP, 1990.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. *O óbvio e o obtuso*. Trad. Isabel Pascoal. Lisboa: Edições 70, 1982.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e Simulação*. Trad. Maria João da C. Pereira. Lisboa: Relógio d'água, 1991.
- BENJAMIN, Walter. *Mágia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENTZ, Ione. "A palavra e a imagem: diálogo de linguagens". In: OLIVEIRA, Ana Claudia de, e FECHINE, Yvana (orgs.) *Visualidade, urbanidade, intertextualidade*. São Paulo: Hacker Ed., 1998.
- BERND, Zilá e MIGOZZI, Jacques. *Fronteiras do literário, literatura oral e popular Brasil / França*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1995.
- _____. *Racismo e anti-racismo*. São Paulo: Moderna, 1994.
- BESSONE, Tânia Maria T. e QUEIROZ, Tereza Aline P. (orgs.). *América Latina: Imagens, Imaginação e Imaginário*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura / São Paulo: Ed.USP, 1997.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Reis e Glaucia Gonçalves. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.
- _____. "A questão do 'outro'. Diferença, discriminação e o discurso do colonialismo." Trad. Francisco Caetano Lopes Jr. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.) *Pós-modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, 2ª ed.

- BLIKSTEIN, Izidro. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
- BRANCHER, Ana (org.). *História de Santa Catarina. Estudos Contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.
- BRESSAN, Carla Rosane. *A construção da identidade do homem do Contestado enquanto grupo social*. Dissertação de mestrado, UFSC, 1992.
- BURKE, Peter. "Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro." In: BURKE, P. (org.) *A Escrita da História*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A campanha do Contestado*. Florianópolis: Lunardelli, 1979, 2ª ed.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Vol. 1, São Paulo: Itatiaia, 1975, 5ª ed.
- _____. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1985, 7ª ed.
- _____. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1982, 6ª ed.
- CARONE, Edgard. *A República Velha. I- Instituições e Classes sociais (1889-1939)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, 5ª ed.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite político-imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- _____. *A formação das almas. O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CAVALCANTI, Walter Tenório. *Contestado, verdade histórica*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1995.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- _____. *A invenção do cotidiano*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1996, 2ª ed.

- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel 1988.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- CHOMSKY, Noam. *Studies on semantics in generative grammar*. The Hague: Mouton. 1975.
- CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica*. Trad. José R. Santos Gonçalves. Rio de Janeiro:Ed. UFRJ, 1998.
- CÓWAN, James. *Meditações de Fra Mauro na corte de Veneza do século XVI*. Trad. Maria de Lourdes Reis Menegale. RJ: Rocco, 1999.
- CRAPANZANO, Vicent. "Diálogo". In: *Anuário Antropológico*. Ed.UnB, 1991.
- CUNHA, Euclides da. *Obra Completa*. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.
- D' ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *A campanha do Contestado (as operações da columna sul)*. Vol.1 e 2. Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917.
- DE GRANDIS, Rita. "Incursiones en torno a hibridación: una propuesta para discusión de la mediación linguística de Bajtin a la mediación simbólica de Garcia Canclini." In: *Revista de crítica literária latinoamericana*. n.46, Lima-Berkeley, 1997.
- DERENGOSKI, Paulo Ramos. *O desmoronamento do mundo jagunço*. Florianópolis: FCC, 1986.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Trad. Miriam Schneiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.
- DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1994.
- FABRIS, Annateresa (org.). *Fotografia, usos e funções no século XIX*. São Paulo: EdUSP, 1991.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, 2ª ed.

- FILHO, Raul J. M. de Arruda. *Baruio di purungo (literatura no planalto catarinense)*. Dissertação de mestrado, UFSC, 2000.
- FINAZZI-AGRÓ, Ettore. "A Invenção da Ilha, tópica literária e topologia imaginária na descoberta do Brasil". In: *Revista Remate de Males*. n.13, Campinas, 1993.
- FODOR, Janet D. *Semántica: teorías del significado en la gramática generativa*. Trad. Francisco Aliaga García. Madrid: Catedra, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad. Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- _____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1986, 6ª ed.
- _____. *Vigiar e Punir*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2000, 22ª ed.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1976.
- FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. *Contestado*. Rio de Janeiro: Index, 1987.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Histoire et narration chez Walter Benjamin*. Paris: L'Harmattan, 1994
- GALLO, Ivone Cecília D'Avila. *O Contestado, o sonho do milênio igualitário*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- _____. "O Inquisidor como Antropólogo". In: "América, Américas", *Rev. Brasileira de História*. n.21, São Paulo, 1990-1991
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma. A modernidade na selva*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

- _____. "Mapas guizados à ventura". In: *Revista Remate de Males*. n.12, Campinas, 1992.
- _____. (org.) *Morte e progresso, cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo: UNESP, 1998.
- HERSCHMANN, Micael e PEREIRA, Carlos Alberto M. (orgs). *A invenção do Brasil Moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- JAMESON, Fredric. *Espaço e Imagem*. Trad. Ana Lúcia Almeida Gazolla. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1995, 2ª ed.
- _____. *Pós-Modernismo*. Trad. Maria Elisa Cevalco, São Paulo: Ática, 1996.
- JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1996.
- KRISTEVA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Trad. Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LACOSTE, Yves. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Trad. Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 1988.
- LE GOFF, Jacques. *Para um Novo Conceito de Idade Média..* Trad. Maria H. da Costa Dias. Lisboa: Ed. Estampa, 1993.
- LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos, história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15, 1996.
- LEVI, Giovanni. "Sobre a Micro-história". In: Burke, P. (org.) *A Escrita da História*. São Paulo, Ed. UNESP, 1992.
- LIMA, José Lezama. *A expressão americana*. Trad. Irlemar Chiampi. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LOSURDO, Domenico. *Hegel, Marx e a Tradição Liberal*. Trad. Carlos Alberto Dastoli. São Paulo, Ed. UNESP, 1998.

- LUDMER, Josefina. *El género gauchesco. Un tratado sobre la patria*. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 1988.
- LUZ, Aujor Ávila da. *Os Fanáticos, crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*. Fpolis: Ed.UFSC, 1999, 2ª ed.
- MEIRINHO, Jali. *República e Oligarquias, subsídios para a história catarinense (1889-1930)*. Florianópolis: Insular, 1997.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Trad. Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- MÉSZAROS, István. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. Trad. Lab. CENEX/ FALE/UFMG. São Paulo: Ensaio, 1993.
- MIGNOLO, Walter. "Decires fuera de lugar: sujetos dicentes, rôles sociales y formas de inscripcion". In: *Revista de critica literaria latinoamericana*. n.41, Lima-Berkeley, 1995.
- _____. "Occidentalización, Imperialismo, Globalización: Herencias coloniales y teorías postcoloniales". In: *Revista Iberoamericana*. n.170-171, Santiago-Pittsburgh, 1995.
- _____. "Posoccidentalismo: las epistemologías fronterizas y el dilema de los estudios (latinoamericanos) de areas". In: *Revista Iberoamericana*. 176-177, Santiago-Pittsburgh, 1996.
- MIRA, Crispim. *Confraternização Republicana*. Rio de Janeiro, 1918.
- MIRANDA, Heloisa Pereira H. *Travessias pelo sertão Contestado: entre ficção e história, no deserto e na floresta*. Dissertação de mestrado, UFSC, 1997.
- MISSAC, Pierre. *Walter Benjamin: de um siglo al outro*. Trad. Beatriz E. Anastasi de Lonné. Barcelona: Gedisa, 1988
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

-
- _____. "Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado". In: FAUSTO, Bóris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira – 9 – III – O Brasil Republicano – 2 – Sociedade e Instituições (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1978.
- OLIVEIRA, Lúcia L. "Representações geográficas da identidade nacional: o caso norte-americano". In: LEENHARDT, J. (org.) *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.
- ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PERUS, Françoise. *Literatura y sociedad en America Latina: el modernismo*. México: Siglo Veintiuno, 1978, 2ª ed.
- PINHEIRO, Amálio. *Aquém da identidade e da oposição: formas na cultura mestiça*. Piracicaba: UNIMEP, 1994.
- POMPA, Cristina. "A construção do fim do mundo. Para uma releitura dos movimentos sócio-religiosos do Brasil 'rústico'". In: *Revista de antropologia*. Vol. 41,, n. 1, São Paulo, 1998.
- PORTELLI, Alessandro. "Forma e Significado na História Oral. A Pesquisa como um Experimento em Igualdade (a)". In: *Revista Proj. História*. São Paulo, (14), 1997.
- _____. "O que faz a História Oral Diferente (b)". In: *Revista Proj. História*. São Paulo, (14), 1997.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*. Trad. Gésio Ernani Gutierre. Bauru: EDUSC, 1999.
- QUEIROZ, M. I. P. de. "Identidade nacional, religião, expressões culturais: a criação religiosa no Brasil". In: SACHS, Viola (org.) *Brasil e E.U.A., religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *O Campesinato Brasileiro*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976, 2ª-ed.
- QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestato*. São Paulo: Ática, 1977.

- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1980.
- RAMA, Ángel. *A Cidade das Letras*. Trad. Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Os primeiros contos de dez mestres da narrativa latino-americana*. Trad. Eliane Zagury, Carlos Augusto Corrêa e João da Penha. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- _____. *La critica de la cultura en America Latina*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985.
- _____. *Transculturación narrativa en América Latina*. México: Siglo XXI, 1982.
- RETAMAR, Roberto Fernandez. *Ensayo de otro mundo*. Habana: Instituto del libro, 1967.
- RICHARD, Nelly. "Intersectando latinoamerica com el latinoamericanismo". In: *Revista Iberoamericana*. n. 180-181, Lima-Berkeley, 1997.
- _____. "Feminismo, experiencia y representación". In: *Revista Iberoamericana*. n. 176-177, Lima-Berkeley, 1996.
- ROMERO, Silvio. *Provocações e Debates*. Rio de Janeiro: Imprensa moderna, 1910.
- ROSA, Sandro R.. *A crítica cultural de Ángel rama: ética e política para interpretar as diferenças na América Latina*. Dissertação de mestrado, UFSC, 2000.
- SAID, Edward. *Orientalismo*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- _____. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SANTIAGO, Silviano. *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1976.
- SAMAIN, Etienne (org). *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SARTRE, Jean-Paul. *Reflexões sobre o racismo*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.
- SASSI, Guido Wilmar. *Geração do deserto*. Porto Alegre: Movimento, 1982, 2ª-ed.

SCHÜLER, Donaldo. *Império Caboclo*. Porto Alegre: Movimento, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

_____. “As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro”. In: SCHWARCZ, Lilia M. e QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.) *Raça e Diversidade*. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. “O olhar naturalista: entre a tradução e a ruptura”. In: *Revista de Antropologia*. Vol.35, USP, 1992.

SCOTT, Joan. “História das Mulheres”. In: Burke, P. (org.) *A Escrita da História*. São Paulo, Ed. UNESP, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SEYFERTH, Giralda. “A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos”. In: *Anuário antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

_____. “Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo V. (orgs.) *Raça, ciência e Sociedade*. RJ: Ed. Fiocruz, 1996.

SILVA, Ricardo V. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Tese de doutorado, UNICAMP, 1998.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco*. Trad. Raul de Sá Barbosa. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

SKLODOWSKA, Elzbieta. “Testimonio Mediatizado: Ventriloquia o Heteroglosia? (Barnet/ Montejo; Burgos/ Menchú)”. In: *Revista de crítica literária latinoamericana*. XIX.38, Lima-Berkeley, 1993.

SONTAG, Susan. *Ensaio sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

- STULZER, Frei Aurélio. *A Guerra dos Fanáticos (1912-1916), a contribuição dos franciscanos*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem*. Trad. Carlos Eugênio M. de Moura. SP: Paz e Terra, 1993.
- TEDLOCK, Dennis. "A Tradição Analógica e o Surgimento de uma Antropologia Dialógica". In: *Anuário Antropológico*, Ed. Tempo Brasileiro, 1986.
- TERÁN, Oscar (comp.). *Discurso, poder y subjetividad*. Buenos Aires: El cielo por asalto, 1995.
- THOMÉ, Nilson. *A aviação militar no Contestado*. Caçador: Impressora Universal, 1986.
- _____. *Os iluminados*. Florianópolis: Insular, 1999.
- _____. *Rio Branco e o contestado*. Caçador: Incon Edições, 1993.
- _____. *Sangue, suor e lágrimas no chão do contestado*. Caçador: Incon, 1992.
- _____. *São João Maria na história do contestado*. Caçador: Incon, 1997.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Trad. Carmen Grisci. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 1987, 2ª-ed.
- _____. *Costumes em Comum*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão Francesa sobre a diversidade humana*. Trad. Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- TURNER, Victor. *O processo ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- UERJ. *Caderno de antropologia e imagem*. Rio de Janeiro, 1995.
- VASCONCELLOS, A. Sanford de. *O dragão vermelho do Contestado*. Florianópolis: Insular, 1998.
- VÁRIOS. *Fundamentos da Cultura Catarinense*. Florianópolis: Landes / SEC / UDESC, 1970.

- VERDESIO, Gustavo. "Las representaciones territoriales del Uruguay colonial: hacia una hermenéutica pluritópica". In: *Revista de crítica literária latinoamericana*. n.46, Lima-Berkeley, 1997.
- VIRILIO, Paul. *A máquina de visão*. Trad. Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- _____. *Guerra e cinema*. Trad. Paulo Roberto Pires. São Paulo: Scritta, 1993.
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. Trad. Maria Júlia Cottvaser. São Paulo: Brasiliense, 1991, 2ª ed.
- WEIGEL, Sigrid. *Cuerpo, Imagen y Espacio en Walter Benjamin, una relectura*. Trad. José Amícola. Buenos Aires: Paidós, 1999.
- WILLIAMS, R. *O Campo e a Cidade*. Trad. Paulo Britto. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- _____. *Marxismo e Literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *Cultura*. Trad. Lólio L. de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. Trad. Alípio Correia de F. Neto. São Paulo: EdUSP, 1994.
- ZUMTHOR, P. *A Letra e a Voz*. Trad. Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- _____. *Introdução à Poesia Oral*. Trad. Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Hucitec, 1997.